

primeiríssima infância — interações

Comportamentos de pais
e cuidadores de crianças
de 0 a 3 anos

 FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

KANTAR

 CONHECIMENTO
SOCIAL

PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA – INTERAÇÕES –

Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos



KANTAR



São Paulo (SP) – 2020

Primeiríssima Infância — Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos é uma publicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Ela foi elaborada a partir de uma pesquisa realizada para a Fundação, em dezembro de 2019, pela consultoria Kantar, com análises desenvolvidas pela Kantar e pela consultoria Conhecimento Social.

Direitos e permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria.

Sugestão de citação

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2020)
Primeiríssima Infância — Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos.
<http://www.fmcsv.org.br>

Realização

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
www.fmcsv.org.br

Apoio

Porticus América Latina

CEO

Mariana Luz

Diretor de Operações

Leonardo Hoçoya

Diretora de Relações Institucionais

Heloisa Oliveira

Diretor de Conhecimento Aplicado

Eduardo Marino

Diretora de Comunicação

Paula Perim

Gerente de Comunicação

Ana Carolina Vidal Guedes

Analistas de Comunicação

Nathalia Florêncio
Raquel Maldonado
Sarah Maia

Estagiária de Comunicação

Natalia Dalle Cort Leite

Consultores técnicos para elaboração da publicação

Ana Lucia Lima
Daniel Becker
Flávia Ávila
Juliana Prates Santana
Tânia Savaget

As opiniões dos consultores expressas nesta publicação são independentes e autônomas e não refletem, necessariamente, a opinião da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Da obra

Coordenação geral

Ana Carolina Vidal Guedes/Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Apoio técnico

Leticia Manna Born/Porticus América Latina

Coordenação editorial e edição

Sandra Mara Costa/Mc&Pop

Revisão

Mauro de Barros/BN

Projeto gráfico e editoração

Gisele Tanaka/Studio 113

Fotos

Capa: Getty Image

Internas: Ana Paula Paiva Andrade, Daniela Toviansky, Fernando Martins, Julio Cesar de Almeida da Silva, Lalo de Almeida, Raoni Maddalena, Raquel do Espírito Santo

Notas

- Por concisão, adotamos nos textos deste livro o gênero masculino em situações de plural. Porém, sempre que a distinção de gêneros era determinante para a compreensão do assunto, nos referimos especificamente a pais e mães, avós e avós, tios e tias etc.
- Em alguns gráficos que deveriam totalizar 100%, a soma dos valores pode diferir deste índice por questões de arredondamento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Primeiríssima infância. Interações : comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos. / Coordenação de Ana Carolina Vidal Guedes ; -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. 120 p.	
ISBN 978-65-991620-3-9	
I.Primeira Infância I.Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. II.Título	CDD 306.874
2020-000	

Jéssica de Oliveira Molinari — Bibliotecária - CRB-8/9852

Índices para catálogo sistemático:

1. Primeira Infância
2. Comportamento
3. Desenvolvimento infantil.
4. Psicologia social.
5. Sociologia da infância.
6. Pediatria.



Desde 2007, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal trabalha pela causa da primeira infância com o objetivo de impactar positivamente o desenvolvimento de crianças em seus primeiros anos de vida. As principais frentes de atuação da Fundação são a promoção da educação infantil de qualidade, o fortalecimento dos serviços de parentalidade, a avaliação do desenvolvimento da criança e das políticas públicas de primeira infância e a sensibilização da sociedade sobre o impacto das experiências vividas no começo da vida.

PROPÓSITO

“Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.”

APRESENTAÇÃO

quando interagir é desenvolver



DANIELA TOVANSKY

Possibilidade e potencialidade. Vulnerabilidade e atenção. Para sobreviver e crescer, o bebê precisa de um adulto que o apoie, alguém que o segure literalmente nos braços e o alimente. Para se desenvolver plenamente, necessita de interações e estímulos – e, neste caso, o adulto assume papel constitutivo no vínculo que estabelece com o bebê. É desta convivência tão próxima e intensa da criança pequena com seus cuidadores que trata este livro.

Primeiríssima Infância – Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos foi escrito com base em uma pesquisa feita pela consultoria Kantar, em dezembro de 2019, para a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O levantamento foi realizado em parceria com a Porticus América Latina e investigou como são e como agem, em diferentes situações, as pessoas responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas.

Os resultados do estudo foram aprofundados por reflexões da consultoria Conhecimento Social, especializada em desenvolvimento infantil, e de um time de profissionais com trajetória reconhecida nos campos de interesse da pesquisa – pediatria, psicologia, comunicação e economia.

As discussões abordaram das exigências dos primeiros cuidados à configuração das redes de apoio, do mito do amor materno à ascensão do novo pai, da importância dos estímulos à formação para a parentalidade. *Spoilers* à parte, esta publicação sistematiza e dissemina um rico manancial de informações.

Como demonstra a ciência, a primeira infância, período que abrange o momento do nascimento aos 6 anos de idade, é fase fundamental para o desenvolvimento do ser humano, fornecendo o alicerce necessário para a evolução das habilidades que lhe permitirão atingir, futuramente, todo seu potencial. A primeira infância é também a causa raiz de grande parte dos desafios prioritários da sociedade brasileira – melhor educação, mais segurança, saúde para todos, mais empregos. Ela é a mãe de muitas políticas públicas.

Assim, é nosso desejo que o conteúdo deste livro seja inspirador para lideranças do setor público e do setor privado, bem como para educadores, cuidadores, profissionais da imprensa e ativistas da infância. E que ele ajude a iluminar a construção de pontes e caminhos para contribuir para o desenvolvimento das crianças em seus primeiros anos e, conseqüentemente, ao longo de toda a vida. Boa leitura!

Mariana Luz
CEO, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

sumário

- 8** **INTRODUÇÃO**
Relações tão delicadas
- 14** **CAPÍTULO I > PESQUISA**
Sobre o estudo e os segmentos sociodemográficos analisados
- 28** **CAPÍTULO II > ATENÇÃO**
Comportamentos de cuidado dos adultos com as crianças
- 54** **CAPÍTULO III > APRENDIZAGEM**
Em casa, na creche, no mundo
- 72** **CAPÍTULO IV > ESTÍMULOS**
Conversar, cantar, passear e ler
- 90** **CAPÍTULO V > BRINCADEIRAS**
Interações genuínas e essenciais para o desenvolvimento
- 110** **CAPÍTULO VI > FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO**
Fontes de aprendizado e busca de conhecimento para cuidadores
- 116** **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

relações tão delicadas

Na sociologia, o conceito de interação social refere-se às ações recíprocas entre dois ou mais indivíduos durante as quais existe compartilhamento de informações. A interação social influencia as ações e provoca diferentes respostas de comportamento nos indivíduos envolvidos. Isso se dá como resultado do contato e da comunicação que se estabelece entre eles.

As interações sociais podem ter caráter pontual, de curta duração, ou podem ter maior permanência, como as que ocorrem entre os adultos responsáveis e as crianças que estão sob sua atenção. Quando elas envolvem uma sequência de interações e trocas entre as mesmas pessoas ao longo do tempo, são classificadas como relações sociais.

Tais relações se transformam em conexões especiais para a criança pequena: vínculos que intervêm no processo de aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança – físico, psicológico, intelectual e social – e que, por isso mesmo, precisam ser positivos.

Este livro reúne os principais resultados da pesquisa **Primeiríssima Infância – Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos** e os apresenta junto das reflexões de um conjunto de especialistas do campo da pediatria, psicologia, comunicação e economia. A convite da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, os especialistas participaram de três debates on-line realizados em agosto de 2020, quando tiveram a oportunidade de comentar em profundidade o estudo.

Os debates foram mediados por Ana Carolina Vidal Guedes, gerente de comunicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, enquanto a exposição dos achados da pesquisa ficou a cargo da também especialista Ana Lucia Lima. Em função de sua experiência em investigações sobre primeira infância, Ana Lucia foi chamada pela Fundação para fazer uma releitura dos dados levantados pela consultoria Kantar segundo recortes de interesse específico.

Os debatedores analisaram criticamente os resultados apresentados, discutiram informações entre si, retrucaram ideias e responderam a perguntas. O produto dos debates on-line foi registrado pela jornalista Sandra Mara Costa, que o transformou nesta publicação.

Conheça, a seguir, os especialistas envolvidos.

FACILITADORA

Ana Lucia Lima,
economista

Possui experiência na gestão de pesquisas desde 1985, tendo dirigido o Ibope Media e o Instituto Paulo Montenegro. Criou e lidera a consultoria Conhecimento Social – Estratégia e Gestão, especializada na produção de conhecimento no campo social, bem como em pesquisas e avaliações, com foco em investidores sociais, implementadores de programas e gestão pública. É cofundadora da Rede Conhecimento Social, organização sem fins lucrativos que concebe, planeja e implementa abordagens de construção de conhecimento por meio de colaboração, cocriação e compartilhamento de saberes, a fim de gerar mobilização, transformação e participação social.

ESPECIALISTAS

Daniel Becker,
médico pediatra, palestrante e escritor

Formado e com residência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em saúde pública e promoção da saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP-Fiocruz). Possui grande experiência no Brasil e no exterior, trabalhando como consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) e em diversas fundações. Foi pediatra da organização Médicos Sem Fronteiras e fundou, em 1993, o Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), organização não governamental com forte atuação em comunidades de baixa renda. É docente do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ e foi um dos criadores da Estratégia Saúde da Família. É pioneiro da pediatria integral no Brasil e membro do conselho consultivo do programa Criança e Consumo do Instituto Alana.

Flávia Ávila,
economista

Fundadora e CEO da consultoria InBehavior Lab, possui especialização em estudos sobre o comportamento humano usando experimentos de laboratório, on-line e de campo. É mestre em economia comportamental pelo Center for Decision Research and Experimental Economics (CeDEx) da Universidade de Nottingham (Inglaterra). Leciona economia comportamental e ciências comportamentais aplicadas em cursos de pós-graduação e educação executiva, tendo fundado, em 2016, o primeiro curso de pós-graduação em economia comportamental no Brasil pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Foi idealizadora e coorganizadora do livro *Guia de Economia Comportamental e Experimental* (EconomiaComportamental.org, 2015), primeira publicação abrangente e gratuita em português nesta área temática.

Juliana Prates Santana,
psicóloga

Graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é mestre em psicologia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em estudos da criança pela Universidade do Minho (Portugal). Possui pós-doutorado pela Universidade de Illinois Urbana-Champaign (Estados Unidos) na área de desenvolvimento humano e estudos da família. É professora associada do Instituto de Psicologia da UFBA, onde ministra disciplinas ligadas à psicologia do desenvolvimento e coordena atividades de pesquisa e extensão com crianças inseridas em diferentes contextos. Integra a coordenação da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), é membro do Grupo de Trabalho Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), e é colunista do portal Lunetas.

Tânia Savaget,
comunicadora, consultora e facilitadora de diálogos

Graduada em comunicação social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pós-graduada em sociopsicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), com especialização em marketing, *branding e design thinking*. É mediadora de conflitos e facilitadora de diálogos com formação em antroposofia e tecnologias de convivência. É consultora nas áreas de cultura organizacional, construção e gestão de marcas para os segmentos B2B e produtos de consumo. Atua em projetos de inteligência de mercado e inovação, liderando o desenvolvimento de estudos qualitativos e quantitativos, estudos etnográficos e grupos focais. É membro do Comitê de Comunicação da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

pesquisa

Sobre o estudo e os segmentos sociodemográficos analisados

O que pais e outros cuidadores fazem para estimular o desenvolvimento da criança? Como costumam brincar com ela? Como é a hora da refeição e do banho? Com que frequência o pai e a mãe dividem os cuidados da casa?

Com questionamentos desta natureza, a pesquisa **Primeiríssima Infância – Interações: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos** mapeou como agem os adultos que convivem e são responsáveis direta ou indiretamente pelo bem-estar e cuidados de crianças na primeira infância. A primeira infância é o período que vai do nascimento aos 6 anos de vida de uma pessoa.

Dentro da primeira infância, o foco específico do estudo foi o dos adultos responsáveis por crianças de 0 a 3 anos. A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal chama a fase que abrange da gestação aos 3 anos de idade de “primeiríssima infância”, daí a presença desta expressão no nome da pesquisa.

A consultoria Kantar assina a elaboração do estudo, cuja etapa de campo aconteceu em dezembro de 2019, pouco antes do surgimento da pandemia do novo coronavírus. O rol de respondentes incluiu pessoas com idade entre 16 e 65 anos, podendo ser pais, mães, avôs, avós, tios, tias ou outros parentes. Cuidadoras como babás não foram ouvidas.

Foram realizadas entrevistas quantitativas a partir de um questionário

Quase metade da amostra tinha entre 25 e 45 anos e 42% dos respondentes moravam em casas com apenas uma criança

estruturado, aplicado para mil pessoas das classes A, B, C e D. O instrumento de pesquisa concentrou-se nos seguintes campos de investigação: desenvolvimento físico, desenvolvimento sensorial, desenvolvimento emocional, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento social e comunicação.

As entrevistas com pessoas das classes A, B e C foram feitas eletronicamente (on-line), via computador, tablet ou smartphone, em todo o Brasil. As entrevistas com pessoas da classe D deram-se presencialmente em quatro capitais (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo), garantindo que este segmento populacional, de menor acesso aos suportes eletrônicos escolhidos, pudesse participar da pesquisa.

PERFIL DOS RESPONDENTES

Como já dito, outras pessoas, além dos progenitores, poderiam participar da pesquisa, mas 82% dos respondentes configuraram-se como mães e pais, sendo 42% mães e 40% pais. No cômputo geral, a proporção de homens e mulheres respondentes foi praticamente igual. Quase metade da amostra (49%) tinha entre 25 e 45 anos e 42% dos respondentes moravam em casas com apenas uma criança.

A Lei nº 13.257/2016, também conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, define a primeira infância como o período que abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança. A contagem do Censo Demográfico 2010, a última oficial para esta faixa etária no Brasil, aponta para uma população de 19,6 milhões de crianças na primeira infância.

Na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a fase que vai da gestação aos 3 anos de idade é tratada de forma particular, como “primeiríssima infância”, por ser considerada pela ciência o período mais nobre para o desenvolvimento das funções cerebrais de um indivíduo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (Pnad Contínua 2019), esta faixa etária compreende cerca de 10 milhões de crianças no país.

QUEM

- Homens e mulheres
- 16 a 65 anos de idade
- Pais, mães, avôs, avós, tios, tias ou outros parentes
- Classes A, B, C e D
- Responsáveis direta ou indiretamente pelo bem-estar e cuidados de **crianças de 0 a 3 anos**

- Você tem filhos ou mora com crianças de 0 a 3 anos em sua casa?
- É responsável ou participa das decisões sobre bem-estar e cuidados das crianças no dia a dia?
- ✗ Apenas mora na mesma casa, mas não é responsável pelas crianças.

QUANTO

1.000 entrevistados

QUANDO

Dezembro de 2019

ONDE

Classes A, B e C: **todo o Brasil**
Classe D: **quatro capitais**
(Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo)

COMO

Entrevistas on-line com pessoas das classes A, B e C
Entrevistas presenciais com pessoas da classe D

Do ponto de vista de característica étnico-racial, segundo a conceituação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51% dos entrevistados foram classificados como negros (38% declararam-se pardos pardos e 13%, pretos) e 46% se declararam brancos.

FORMAS DE ANÁLISE DA AMOSTRA

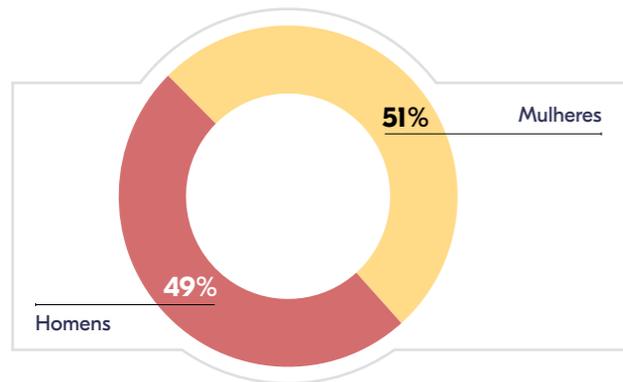
Em linha com a estratégia da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal de direcionar esforços de mobilização pela causa da primeira infância ao segmento da classe média, a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações pri-



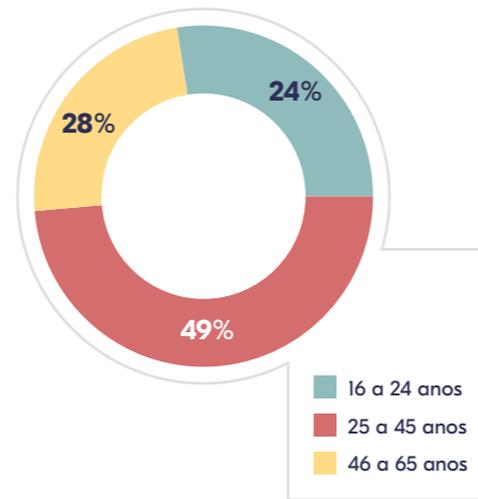
ANA PAULA PAIVA ANDRADE

PERFIL DOS RESPONDENTES

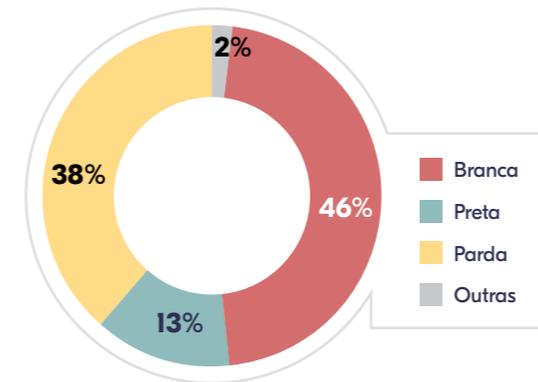
SEXO



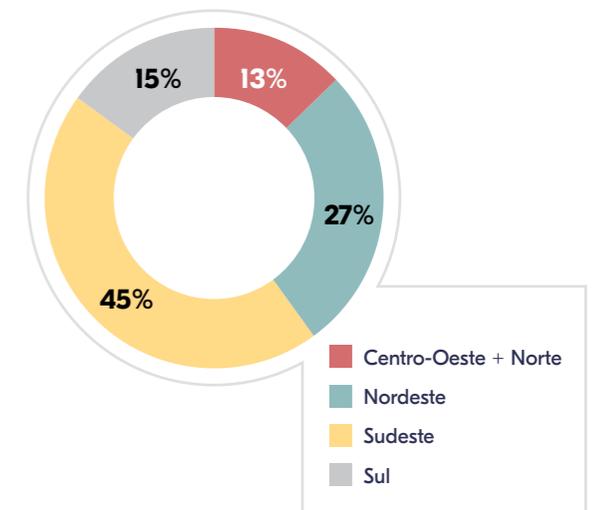
IDADE



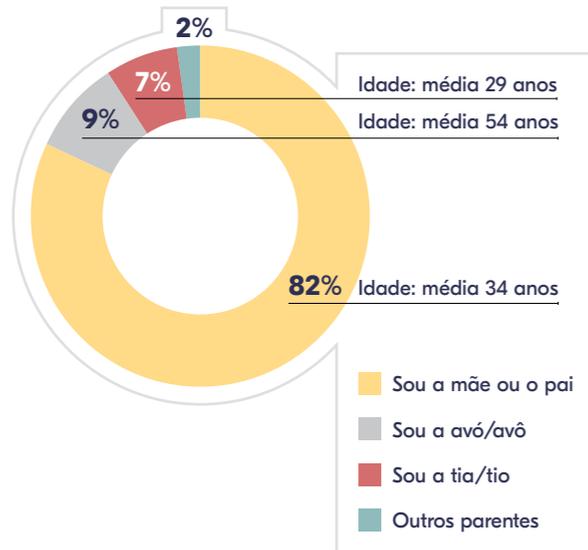
COR/RAÇA



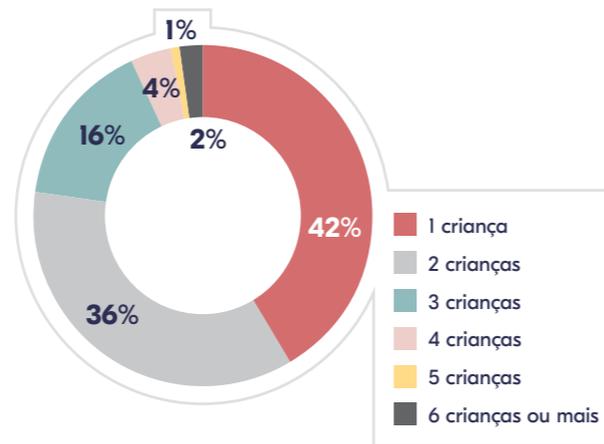
REGIÕES



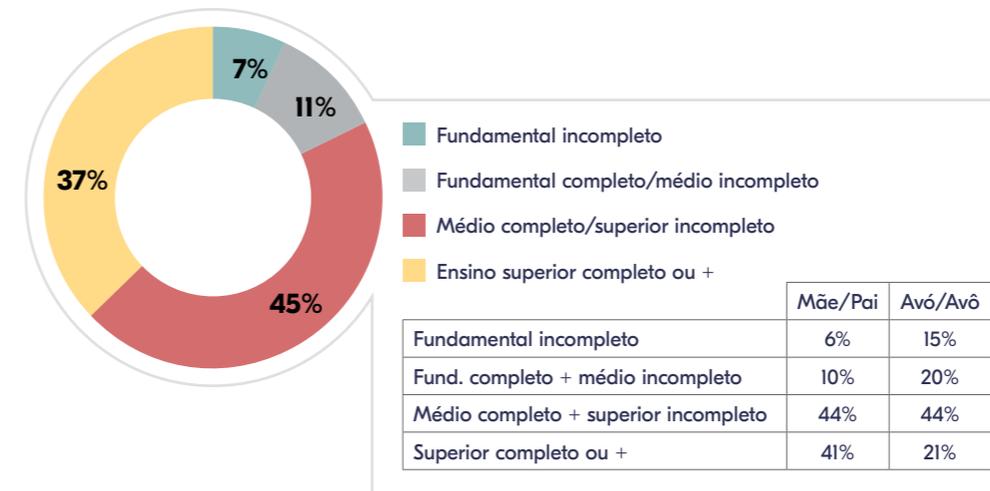
GRAU DE PARENTESCO



QUANTIDADE DE FILHOS OU CRIANÇAS NA CASA



ESCOLARIDADE



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Kantar.

A pesquisa descreve como se dá a relação de pais e responsáveis com crianças de 0 a 3 anos, sugerindo aspectos onde essa relação pode ser fortalecida ou precisa ser reorientada

vilegiou, na amostra, as classes B2, C1 e C2. Assim, 65% dos respondentes estão nesses grupos.

Do ponto de vista do tratamento conferido aos dados coletados, os resultados foram tabulados e analisados pela consultoria Kantar. Foram considerados, principalmente, o total da amostra, o perfil dos respondentes e as idades das crianças sob a responsabilidade dos adultos entrevistados.

Em busca de adquirir uma compreensão mais profunda quanto aos comportamentos dos adultos em determinados grupos populacionais, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal somou a esta primeira análise uma leitura complementar.

Com o apoio da pesquisadora Ana Lucia Lima, da consultoria Conhecimento Social, os resultados da pesquisa foram avaliados segundo perfis que consideraram a classe econômica, o território e o nível de escolaridade, elementos determinantes quando o assunto é comportamento.

Ao todo, cinco perfis sociodemográficos foram estudados em profundidade: Classes A/B1, Brasil; Classes B2/C, RM, Superior; Classes B2/C, RM, Básica; Classes B2/C, Interior; e Classe D, Capitais. A sigla RM corresponde a Regiões Metropolitanas. A indicação “Superior” denota escolaridade em nível superior, enquanto “Básica” refere-se à escolaridade ao nível do ensino médio.

“Estruturamos a análise a partir desses segmentos porque, isoladamente, eles informam com bom nível de detalhes sobre contextos, realidades e pessoas diferentes”, explica Ana Lucia, em uma síntese sobre o trabalho. À medida que se avança no conhecimento dos dados, vão se formando retratos bem nítidos sobre o comportamento de cada um dos segmentos sociodemográficos determinados, situou a pesquisadora.

Ao fim e ao cabo, a pesquisa descreve como se dá a relação de pais e responsáveis com crianças de 0 a 3 anos, sugerindo aspectos onde essa relação pode ser fortalecida ou precisa ser reorientada. “Tudo isso para trazer uma condição melhor para o desenvolvimento dessas crianças, e também desses pais, que querem que isso aconteça, mas às vezes não conseguem dar conta do desafio”, assinalou Ana.

Nas páginas a seguir, uma apresentação detalhada dos segmentos sociodemográficos estudados.

	CLASSES A/B1, BRASIL	CLASSES B2/C, RM, SUPERIOR	CLASSES B2/C, RM, BÁSICA	CLASSES B2/C, INTERIOR	CLASSE D, CAPITAIS
	186 respondentes (19%)	274 respondentes (27%)	212 respondentes (21%)	167 respondentes (17%)	161 respondentes (16%)
Território	Capitais (83%)	Regiões Metropolitanas (RM)	Regiões Metropolitanas (RM)	Interior	Capitais
Idade	40 anos ou mais (51%) Mães (40%) e pais (45%)	Até 29 anos (41%) Pais (41%) e mães (44%)	Até 29 anos (45%) Pais (38%) e mães (44%)	Até 29 anos (47%) Mães (45%)	Até 29 anos (42%) Avós e avós (18%)
Escolaridade	Escolaridade alta: ensino superior completo (59%) e pós-graduação (30%)	Escolaridade alta: ensino superior completo (83%)	Escolaridade básica: ensino médio (94%)	Escolaridade básica: ensino médio (52%)	Escolaridade básica: ensino fundamental (58%)
Raça/cor	Branco (68%)	Distribuição semelhante de raça/cor: brancos (45%), negros (52%)			Negros (69%)
Mãe voltou a trabalhar^(*)	93%	82%	68%	67%	47%
Creche	Pública (32%); particular (29%); não frequentam (39%)	Pública (33%); particular (23%); não frequentam (44%)	Pública (37%); particular (13%); não frequentam (51%)	Pública (29%); particular (9%); não frequentam (62%)	Pública (29%); particular (8%); não frequentam (64%)
Participação nos cuidados	Apoio de mães/sogras (23%); babás (10%)	Pai da criança (54%)	Pai da criança (48%)	Pai da criança (58%)	Outros familiares (20%) e amigos (11%)
Renda familiar média mensal^(**)	Acima de R\$ 11.300	Entre R\$ 5.600 e R\$ 1.800			R\$ 720

(*) E quando a mãe voltou a trabalhar após o nascimento do bebê?

(**) Estimativa segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB – 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).
Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Nota: A sigla RM corresponde a Regiões Metropolitanas. A indicação “Superior” denota escolaridade em nível superior, enquanto “Básica” refere-se à escolaridade ao nível do ensino médio.

CLASSES A/BI, BRASIL

186
entrevistados

19%
da amostra

- Com **186 entrevistados** (19% da amostra), esse grupo reúne os respondentes das classes alta e média-alta (A/BI), independentemente do local de moradia ou do nível de escolaridade.
- 45% dos respondentes são **pais**, que comparecem em **proporção mais alta** do que nos demais grupos; 40% são mães.
- A **idade média do grupo é a mais alta**, com 51% com 40 anos ou mais e apenas 27% até 29 anos, versus 40-45% nos demais grupos. Pais e mães têm, em média, 40 anos. Somente **28% moram em casa com apenas uma criança** entre 0 e 3 anos, pelo menos 10 pontos percentuais abaixo dos demais grupos.
- Prevalectem no grupo **pessoas com alta escolaridade**: 59% com ensino superior e 30% com pós-graduação.
- Há **maior concentração de respondentes que se declaram brancos** (68%), versus 46% no total da amostra.
- Seis em cada dez crianças de 0 a 3 anos (**61%**) **frequentam a creche**, sendo 32% a rede pública e 29% a rede particular.
- Quase todas as **mães (93%) voltaram a trabalhar após o parto**, sendo 62% após o bebê completar 5 meses.
- O grupo está presente em todo o território nacional, com maior concentração nas capitais (83%).
- É o segmento que mais **conta com ajuda da sogra (23%) ou de uma babá (10%)**.
- Faixa estimada de **renda familiar média mensal: acima de R\$ 11.300,00**, correspondendo às **classes A e BI**, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB – 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).

CLASSES B2/C, RM, SUPERIOR

274
entrevistados

27%
da amostra

- Com **274 entrevistados** (27% da amostra), este grupo é representado por moradores das capitais e Regiões Metropolitanas (RM) com nível **superior de escolaridade**, completa (83%) ou incompleta (17%).
- Proporcionalmente a outros subgrupos desse segmento socioeconômico, está **mais presente na região Nordeste**.
- 85% dos respondentes são **mães ou pais** (44% e 41%, respectivamente).
- A **idade média do grupo é de 34 anos**, a mesma para pais e mães. A **maior parte (45%) mora em casa com apenas uma criança** entre 0 e 3 anos, em linha com os demais perfis do mesmo nível socioeconômico.
- A grande **maioria das mães (82%) voltou a trabalhar após o parto**, sendo que metade delas o fez antes de o bebê completar 5 meses.
- Pouco mais da metade das crianças de 0 a 3 anos (**56%**) **frequenta a creche**: 33% na rede pública e 23% na rede particular.
- A maioria desse grupo **conta com a participação do pai da criança** (54%) nos cuidados e desenvolvimento dos filhos.
- Faixa estimada de **renda familiar média mensal: entre R\$ 5.600,00 e R\$ 1.700,00**, correspondendo às classes B2 e C, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB – 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).

Nota: a sigla RM corresponde a Regiões Metropolitanas. A indicação "Superior" denota escolaridade em nível superior.

CLASSES B2/C, RM, BÁSICA

212
entrevistados

21%
da amostra

- Com **212 entrevistados** (21% da amostra), esse grupo é representado por moradores das capitais e Regiões Metropolitanas (RM) com **escolaridade predominantemente de nível médio (94%)**, completo ou incompleto.
- Proporcionalmente a outros subgrupos desse segmento socioeconômico, está **mais presente na região Sudeste**.
- 83% dos **respondentes são mães ou pais** (44% e 38%, respectivamente).
- A idade média dos pais é 34 anos e a das mães é 33 anos. A **maior parte (39%) mora em casa com apenas uma criança** entre 0 e 3 anos, um pouco abaixo dos demais perfis do mesmo nível socioeconômico.
- Pouco menos da metade das crianças de 0 a 3 anos (**49%**) **frequenta a creche**: 37% na rede pública e 13% na rede particular, em números arredondados.
- **68% das mães voltaram a trabalhar** após o nascimento da criança, sendo que pouco mais da metade delas o fez antes de o bebê completar 5 meses.
- A **participação do pai** da criança nos cuidados e desenvolvimento dos filhos ocorre em 48% dos casos.
- Faixa estimada de **renda familiar média mensal: entre R\$ 5.600,00 e R\$ 1.700,00**, correspondendo às classes B2 e C, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB – 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).

Nota: a sigla RM corresponde a Regiões Metropolitanas. A indicação "Básica" refere-se à escolaridade ao nível do ensino médio.

CLASSES B2/C, INTERIOR

161
entrevistados

16%
da amostra

- Com **161 entrevistados** (16% da amostra), esse grupo é representado por pessoas das classes média e média-baixa, moradores do Interior do Brasil, com **maior concentração na região Sul** (22%).
- Prevalcem no grupo pessoas com escolaridade básica, com **52% no ensino médio**.
- Esse grupo é mais representado pelas mães (45%) e tem a menor proporção de pais (33%) em relação aos demais segmentos. A maior parte (**46%**) **mora em casa com apenas uma criança** entre 0 e 3 anos, em linha com os demais perfis do mesmo nível socioeconômico.
- A idade média do grupo é mais jovem, com 33 anos, sendo que a faixa **até 29 anos representa 47% do total** de respondentes.
- **67% das mães voltaram a trabalhar** após o nascimento da criança, sendo que pouco mais da metade delas o fez antes de o bebê completar 5 meses.
- 38% das crianças de 0 a 3 anos frequentam a creche: 29% na rede pública e 9% na rede particular.
- É o **grupo que mais conta com participação do pai da criança** (58%) nos cuidados e desenvolvimento dos filhos.
- Faixa estimada de **renda familiar média mensal: entre R\$ 5.600,00 e R\$ 1.700,00**, correspondendo às classes B2 e C, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB – 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).

CLASSE D, CAPITALS

167
entrevistados

17%
da amostra

- Com **167 entrevistados** (17% da amostra), esse grupo reúne respondentes da classe D residentes em capitais.
- Dentre os cinco grupos, **é o mais representado por avós/avôs (18%)** quando comparado ao total (9%).
- Possui a maior concentração de respondentes que se declararam negros — 69%, versus 46% da amostra.
- A **idade média do grupo é 35 anos**, sendo este o que apresenta maior diferença de idade entre pais (37 anos) e mães (33 anos).
- É o grupo que concentra maior proporção de respondentes que moram em **casa com apenas uma criança de 0 a 3 anos (54%)**.
- É o grupo com menor proporção de mães que voltaram a trabalhar após o nascimento da criança (37%), sendo que dois terços o fizeram antes de o bebê completar 5 meses.
- Pouco mais de um terço das crianças de 0 a 3 anos (**36%**) **frequenta a creche**: 29% na rede pública e 8% na rede particular, em números arredondados.
- Prevalcem no grupo pessoas com **menor escolaridade: 58% com ensino fundamental** (completo ou incompleto).
- Quanto aos cuidados e desenvolvimento dos filhos, esse é o **grupo que mais conta com a ajuda de outros familiares (20%) e amigos (11%)**.
- Faixa estimada de **renda familiar média mensal: R\$ 720,00**, correspondendo à classe D, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB — 2019) e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (Pnad Contínua 2018).



atenção

Comportamentos de cuidado dos adultos com as crianças

O bebê humano é um ser completamente dependente ao nascer. Ele só se alimentará, crescerá e evoluirá nos diferentes aspectos do desenvolvimento integral – físico, psicológico, intelectual e social – se lhe forem dadas as condições necessárias. A isso chamamos de “cuidar”.

A responsabilidade de cuidar recai prioritariamente sobre os progenitores do bebê, a mãe e o pai, ou, na falta ou impossibilidade destes, sobre um adulto que exerça a função de cuidador – o “adulto de referência”. Os cuidados na fase da primeiríssima infância, que começa ainda na gestação e se estende aos 3 anos de idade, são intensos e fazem toda a diferença do ponto de vista do desenvolvimento de uma pessoa.

Embora a mãe e o pai desempenhem papéis essenciais na tarefa de cuidar, a parentalidade – compreendida aqui, na acepção do psicólogo Masud Houghghi, como o conjunto de atividades propositadas realizadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança – pode e deve ser exercida acionando uma rede de apoio. Desta rede, preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), participam outros membros da família e da sociedade e o Estado.

No total de entrevistados, 45% indicaram que tanto o pai quanto a mãe tiraram licença remunerada quando o bebê nasceu

Foi neste sentido que a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações incluiu outros respondentes, além da mãe e do pai, para mapear os hábitos e atitudes das pessoas que convivem e também são responsáveis pelo bem-estar de crianças na primeiríssima infância.

LICENÇA-MATERNIDADE, LICENÇA-PATERNIDADE E TRABALHO

Porque a tarefa de cuidar requer condições estruturais que impactam diretamente nas estratégias de cuidado, a pesquisa investigou aspectos relevantes para que os adultos possam prover o bem-estar da criança pequena desde o nascimento. Entre esses aspectos estão a possibilidade de tirar licença-maternidade e licença-paternidade e a retomada ao trabalho.

No conjunto dos entrevistados, 45% indicaram que tanto o pai quanto a mãe gozaram de licença remunerada quando o bebê nasceu. Em 39% dos casos, apenas a mãe teve direito à licença-maternidade, enquanto, para os 16% restantes, nenhum dos progenitores acessou o benefício.

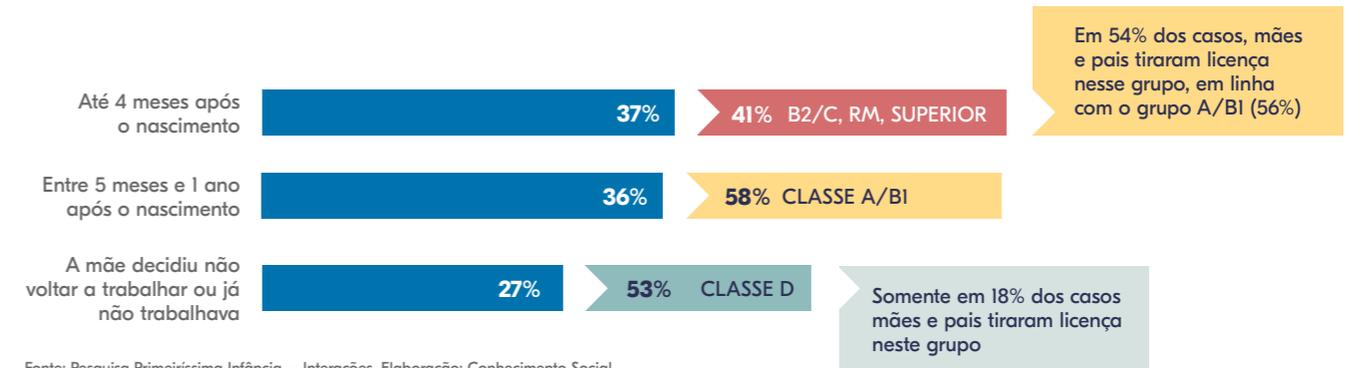
A análise dos segmentos socioeconômicos estudados provou, por sua vez, que, já nos meses iniciais de vida da criança, configuraram-se especificidades entre os diferentes perfis de pais/responsáveis pelas crianças.

ADULTO DE REFERÊNCIA

O adulto de referência é a pessoa que convive rotineiramente com a criança, interage diretamente e estabelece os vínculos afetivos mais próximos durante os primeiros anos de vida. O pai e a mãe são tipicamente adultos de referência, mas outras pessoas podem exercer esse papel de cuidado e atenção, sendo membros da família ou não.

FIGURA 1 – RETOMADA AO TRABALHO E LICENÇA

E quando a mãe voltou a trabalhar após o nascimento do bebê? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Mães do grupo socioeconômico intermediário e que vivem em Regiões Metropolitanas (RM), especialmente aquelas com maior escolaridade (B2/C, RM, Superior) – e, portanto, mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal –, tendem a cumprir licença-maternidade de quatro a seis meses. Já as mães pertencentes ao grupo social das classes alta/média-alta (A/B1) permanecem de licença por prazos maiores. No grupo D, mais da metade das mães já não trabalhava ou deixou de trabalhar após o nascimento da criança (figura 1).

Em relação aos progenitores usufruírem tanto a licença-maternidade quanto a licença-paternidade, isso ocorreu em 56% dos casos do grupo A/B1 e em 54% do grupo B2/C, RM, Superior. Já no grupo D, apenas 18% tiveram a mesma possibilidade.

Segundo a Constituição Federal, a licença-maternidade garante o afastamento remunerado da mãe trabalhadora com a chegada de uma criança à família pelo período de 120 dias. Para os pais, a licença-paternidade é de cinco dias corridos. Nos dois casos, o direito é concedido aos trabalhadores formais ou autônomos que contribuem para a Previdência Social.

Em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) instituiu a licença-maternidade estendida de seis meses e a licença-paternidade de 20 dias, que já vêm sendo adotadas no funcionalismo público. No setor privado, todavia, tais benefícios são restritos às empresas que operam em regime de lucro real e que aderem voluntariamente ao programa Empresa Cidadã, com benefícios fiscais ao empregador.

“Do ponto de vista da parentalidade, o Brasil tem uma legislação trabalhista razoável para quem tem vínculo formal e degradante para as pessoas que estão na informalidade ou semi-informalidade”,

observou o médico pediatra Daniel Becker, durante o painel de especialistas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal que debateu os resultados da pesquisa.

Ao fazer referência a um conhecido levantamento de 2016 da Fundação Getúlio Vargas – “Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, de Cecília Machado e Valdemar Pinho Neto –, Becker lamentou o fato de que quase metade das mulheres com emprego formal se vê fora do trabalho um ano após o início da licença-maternidade, sendo a maior parte demitida sem justa causa.

“Não há novidade no que eu vou dizer: é claro que uma licença de seis meses seria maravilhosa, porque permite completar o período de aleitamento materno exclusivo recomendado e que a separação do binômio mãe-bebê se dê de forma menos traumática, mais gradual. Do ponto de vista do desenvolvimento, é muito propício que esse vínculo seja mantido pleno até os 6 meses”, assinalou o pediatra. Em relação ao pai, prosseguiu, a licença de 20 dias não seria suficiente, “mas é melhor do que cinco dias, uma vez que o pai é o centro de uma rede de apoio que a mulher precisa muito nesse puerpério imediato”.

AMAMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO

Conforme destacou a comunicadora Tânia Savaget, também chamada pela Fundação para ver a pesquisa em primeira mão, quando o assunto é licença-maternidade, há que se tomar cuidado para não criar a falsa ambiguidade entre empregabilidade e a licença de seis meses, como se fossem situações antagônicas.

Dentro da mesma variante, a psicóloga Juliana Prates Santana, outra debatedora convidada para analisar o estudo, chamou a atenção para a relação nem sempre direta, que habita o senso comum, entre licença-maternidade e aleitamento materno. Nem todas as mulheres conseguem amamentar plenamente, pontuou ela, e também existem os casos de adoção, quando pode não existir aleitamento, nem por isso a licença perde seu efeito.

VÍNCULO E DESENVOLVIMENTO

Em poucas palavras, o vínculo pode ser definido como a capacidade de duas pessoas experimentarem e se ajustarem à natureza uma da outra, desenvolvida por meio da interação amorosa e contínua. Foi cientificamente provado que o desenvolvimento na primeira infância é potencializado pela existência de bons relacionamentos e que a formação de vínculo é um elemento fundamental.

A psicanalista escocesa Martha Harris explica que o vínculo começa na fase pré-natal, graças à comunicação fisiológica e emocional entre a mãe e o bebê, e se fortalece com a amamentação e o cuidado amoroso dos outros adultos que fazem parte do seu cotidiano.

O psiquiatra inglês John Bowlby estudou a relação inicial entre o bebê e seu cuidador principal em sua Teoria do Apego. Ele demonstrou que o apego oferece as bases para o desenvolvimento socioemocional e também cognitivo, daí a importância de que um recém-nascido tenha uma relação de apego com pelo menos um adulto.



“A menor incidência de amamentação na classe D é uma tragédia de proporções catastróficas.”

Daniel Becker

“É importante frisar que a licença-maternidade favorece não apenas o aleitamento materno, mas principalmente o fortalecimento do vínculo mãe-bebê e todo o processo de adaptação que a chegada de um novo membro na família exige”, disse Juliana. Neste sentido, prosseguiu, é preciso não associar licença-maternidade exclusivamente com amamentação, assim como é necessário não culpabilizar as mulheres que não querem ou não conseguem amamentar.

Sobre a questão da retomada ao trabalho, Juliana trouxe à tona o que Manuel Sarmiento, teórico da sociologia da infância, chama de “paradoxos da infância”. “Por um lado, há o reconhecimento dos especialistas das necessidades das crianças e das mães/cuidadores para o desenvolvimento infantil. Por outro, a sociedade não consegue prover as condições estruturais necessárias para atender a essas necessidades”, explicou a psicóloga.

Neste contexto, ainda em referência à figura 1 (página 31), a debatedora comentou o dado das mães que decidiram não voltar a trabalhar ou que já não trabalhavam. “Quando se compara a classe D com as demais, com 53% dos casos nessa situação, essa se torna uma pergunta perigosa, pois pode encobrir a dificuldade que esse segmento tem de acessar uma creche e uma rede de apoio para tomar conta dessas crianças”, observou.

No tema da amamentação (figura 2), a pesquisa aferiu maiores índices de desmame precoce, ou seja, antes dos 6 meses de vida, nos segmentos D, A/B1 e também no das classes média e média-baixa que vivem no Interior do país (B2/C, Interior).

“A menor incidência de amamentação na classe D é uma tragédia de proporções catastróficas. Este é o grupo que mais se beneficiaria do aleitamento materno pela falta de acesso desta mãe à alimentação saudável e, provavelmente, ao mau uso de fórmulas [leite em pó]”, analisou Daniel Becker.

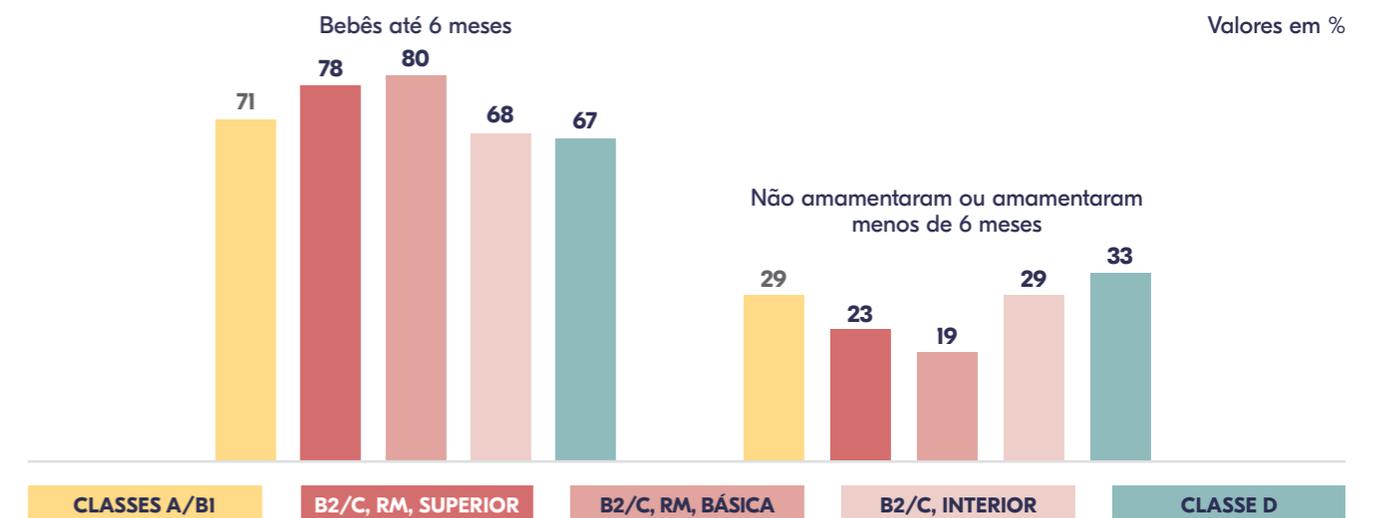
O pediatra enumerou os principais problemas que decorrem desta situação: o uso de fórmulas lácteas é uma catástrofe econômica

para uma família pobre, pois envolve o gasto de milhares de reais ao longo de vários meses; quando não há recurso para a compra de fórmula, o produto tende a ser substituído pelo mais barato, “o leite de vaca aguado, que é comum no Brasil e representa um risco grande de anemia, diarreia e desnutrição para a criança”.

Becker salientou que, em regra, o desmame precoce está associado à falta de orientação e apoio à mãe, que se sente insegura em sua capacidade de amamentar. “É sabido que a recomendação fácil da fórmula é um dos principais motivos do desmame”, disse. “A coisa mais comum é a mãe sair da maternidade com uma indicação de fórmula em caso de o bebê chorar muito, em vez de um encaminhamento a um banco de leite ou a uma consultora de amamentação, por exemplo. E isso, naturalmente, acaba com a autoconfiança da mãe”, afirmou.

FIGURA 2 – ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Com que frequência a criança de 0 a 6 meses é amamentada exclusivamente com leite materno? (Resposta única)
Base: apenas respondentes com crianças de 0 a 6 meses (181 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“Boa parte da responsabilidade por essa situação recai sobre a indústria de fórmulas infantis, com seu marketing maciço – e, na minha opinião, perverso – dirigido à população e, especialmente, a profissionais de saúde, como pediatras e nutricionistas”, continuou Becker.

UM SOFRIMENTO UNIVERSAL

A experiência do parto, a frequente ocorrência de violência obstétrica e as transformações da maternidade. Tensões ligadas à amamentação e à sobrecarga de cuidados com o bebê. A debilidade da rede de apoio, o isolamento e a solidão. A vulnerabilidade socioeconômica, incluindo as incertezas quanto à volta ao trabalho. Todos estes fatores, além de outros, como a história pregressa de casos de depressão, podem levar a alterações psíquicas na mãe.

Em um gradiente de intensidade, o quadro pode variar de um sofrimento psíquico leve a uma depressão pós-parto, com mudança de comportamento da mãe e efeitos sobre a sua relação com o bebê, esclareceu Becker.

Na literatura científica, o rol das consequências da depressão pós-parto para a criança engloba uma série de questões: a fragilização do vínculo mãe-bebê; a redução da amamentação; impactos no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo; o não cumprimento do calendário vacinal; maior risco de ocorrência de baixo peso e de transtornos psicomotores. Devido a estas implicações, a incidência de depressão pós-parto também foi investigada pela pesquisa.

No Brasil, um levantamento em larga escala concluído pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2016 revelou prevalência de depressão pós-parto em 26,3% das parturientes. Internacionalmente, a média encontrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para países de baixa renda é de 19,8%.

A pesquisa da Fiocruz envolveu a utilização de instrumentos de pesquisa abrangentes e o acompanhamento das parturientes por 18 meses. Ela capturou um perfil predominante de mães que apresentaram sintomas da doença que coincide com a experiência em outros países no mesmo padrão de desenvolvimento: cor parda, baixa condição socioeconômica, antecedentes de transtorno mental, hábitos não saudáveis (como o uso excessivo de álcool), gestações múltiplas e gravidez não planejada.

Por ter outra natureza, o estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal aplicou uma pergunta direto ao ponto em sua amostra, a fim de tatear a incidência de depressão pós-parto num retrato maior sobre os comportamentos de cuidado: “A mãe foi diagnosticada com depressão pós-parto em algum momento?”.

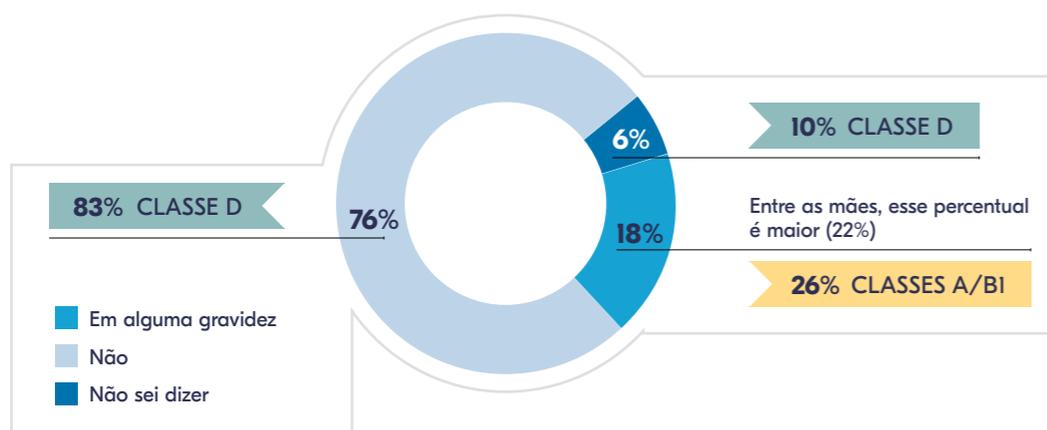
No total de entrevistados, 18% sinalizaram afirmativamente à questão, índice que chegou a 22% quando a respondente era a própria mãe da criança e subiu a 26% nas classes A/B1 (figura 3). A resposta negativa ou o desconhecimento desta condição ocorreu em maior proporção na classe D.

Ao refletir sobre este resultado, a psicóloga Juliana Prates Santana recorreu ao tema da idealização da maternidade, tida como um mo-

No total de entrevistados, 18% afirmaram que a mãe foi diagnosticada com depressão pós-parto, índice que chegou a 22% quando a respondente era a própria mãe da criança e subiu a 26% nas classes A/B1

FIGURA 3 – DEPRESSÃO PÓS-PARTO

A mãe foi diagnosticada com depressão pós-parto em algum momento? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Sob o manto do que as pessoas chamam de depressão pós-parto, podem-se ocultar o abandono engendrado no puerpério, a falta de rede de apoio, as críticas e os palpites, a sobrecarga com outros filhos, casa para cuidar e a falta de tempo para o descanso

mento que só pode ser prazeroso – uma “bênção” ou “reconhecimento da mulher”. Socialmente falando, situa a especialista, isso impõe uma espécie de desautorização ao sofrimento psíquico da mãe. O reconhecimento da existência do sofrimento em si torna-se difícil às mulheres de todas as classes sociais, enfatizou ela.

“É preciso desconstruir o mito do amor materno [que associa este sentimento a um instinto ou tendência feminina inata], como se não houvesse uma justificativa social aceitável para falar de depressão. Há um aniquilamento dessa possibilidade de discurso que inviabiliza o relato sobre o sofrimento”, alertou a psicóloga.

Sobre os comprometimentos que uma mãe em sofrimento intenso pode trazer à criança, Juliana detalhou que, quanto maior o embotamento afetivo desta mulher – um transtorno típico do quadro depressivo em que há dificuldade de expressar emoções e sentimentos –, pior é sua capacidade de cuidar.

“Em relatos de depressão diagnosticada, percebe-se a mulher com menor capacidade de vinculação com o bebê. Sua ausência de expressões, tão importantes para que o bebê aprenda a reconhecer as emoções, provoca desamparo e uma angústia muito grande na criança”, disse.

Se, por um lado, parte da sociedade reprime a expressão de descontentamento da mãe com a maternidade, por outro, verifica-se uma certa banalização do problema da depressão.

Do ponto de vista clínico, o pediatra Daniel Becker ressaltou que o diagnóstico formal de depressão pós-parto é médico e acarreta medicalização. “O uso indiscriminado desta denominação limita um pouco a percepção do sofrimento materno no puerpério”, comentou.

O médico ponderou que, sob o manto do que as pessoas chamam de depressão pós-parto, podem-se ocultar o abandono engendrado no puerpério, a falta de rede de apoio, as críticas e os palpites, a sobrecarga com outros filhos, casa para cuidar e a falta de tempo para o descanso.

“Existem muitas questões que envolvem um puerpério sofrido, exaustivo, com efeitos psíquicos sobre a mulher e que têm uma con-



É uma leitura social importante o fato de a sociedade brasileira reconhecer muito qualquer ação paterna e cobrar muito qualquer falha materna

juntura social causal. Mas, quando se fala em depressão pós-parto, a tendência das pessoas é dizer que se trata de uma doença para a qual se toma um remédio e pronto”, afirmou.

“O sofrimento materno no puerpério é um sofrimento universal. Se a pesquisa perguntasse sobre o puerpério com questões práticas mais específicas, 99% das mulheres diriam que foi um período difícil, enumerando situações que têm muito a ver com a falta de uma rede de apoio, o principal traço desse momento”, afirmou o pediatra.

PATERNIDADE ADJETIVADA

E por falar em sobrecarga da mãe e rede de apoio, a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações também se debruçou sobre a divisão das tarefas domésticas (figura 4) e aferiu a frequência de participação do pai em momentos-chave do cuidado na primeiríssima infância (figuras 5 e 6), bem como o apoio recebido de outras pessoas (figura 7).

Um dado curioso que emergiu dessa bateria de questões foi que, quando as respostas envolviam diretamente o pai e a mãe, a atribuição de frequência mudava substancialmente conforme a ótica de quem respondia.

Por exemplo, 76% dos pais confirmaram a divisão de tarefas domésticas “todos os dias”, enquanto, para as mães, a participação do pai foi tida como fato cotidiano em apenas 56% dos casos. Da mesma forma, quando se verificou com qual frequência o pai costumava dar banho, alimentar a criança ou colocá-la para dormir, 31% das mães reportaram a participação constante dos pais, índice que subiu para 46% quando os respondentes eram os próprios pais.

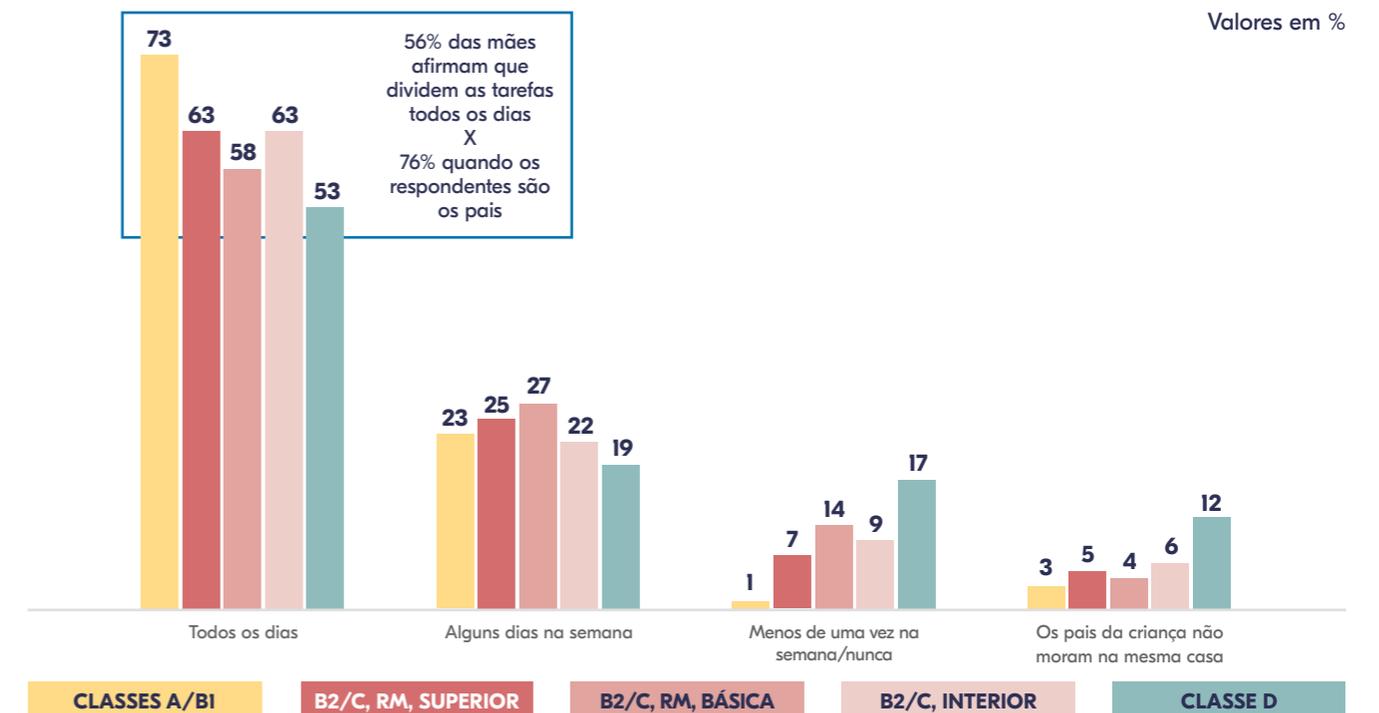
“É importante refletir sobre que tipo de participação do pai é essa nas atividades domésticas, que pode ser entendida como mera ajuda, e não como responsabilização”, assinalou Juliana, aludindo à sobrecarga mental que acomete muitas mulheres no puerpério e além. “Participação é uma coisa. Apoio ou ajuda é outra”, observou.

Na realidade norte-americana, por exemplo, prosseguiu a psicóloga, há estudos como o de Jennifer L. Romich apontando que, enquanto as mulheres são as grandes responsáveis pelo trabalho doméstico, os homens assumem tarefas mais desprendidas de tempo e responsabilidade. Enquanto a mulher responde por preparar a comida diária, que requer um horário específico e assiduidade, o homem faz reparos aos fins de semana, uma atividade esporádica e de menor comprometimento com o tempo.

Juliana referiu como uma leitura social importante o fato de a sociedade brasileira reconhecer muito qualquer ação paterna e cobrar

FIGURA 4 – DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS ENTRE O PAI E A MÃE

Em sua família, com que frequência o pai e a mãe dividem tarefas relativas aos cuidados da casa? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“Fala-se muito em paternidade ativa, mas a maternidade não é adjetivada. A maternidade já é entendida como ativa por si só, enquanto a paternidade precisa de um adjetivo subsequente.”

Juliana Prates Santana

muito qualquer falha materna. “Fala-se muito em paternidade ativa, mas a maternidade não é adjetivada. A maternidade já é entendida como ativa por si só, enquanto a paternidade precisa de um adjetivo subsequente”, raciocinou.

Becker, por sua vez, acrescentou que seria uma investigação interessante levantar a percepção da mãe sobre o quanto a participação do pai é efetiva, ou seja, em que medida o que ele oferece poupa de fato o trabalho dela.

“O pai chegar do trabalho, fazer um ‘bilu-bilu’ na criança, depois ir tomar sua cerveja em frente à TV é uma situação bastante comum – e aí de quem interromper o jogo dele”, ilustrou. “Para o pai, isso pode ser participação, mas é claro que isso em nada alivia a carga da mãe”, emendou.

UM NOVO PAI

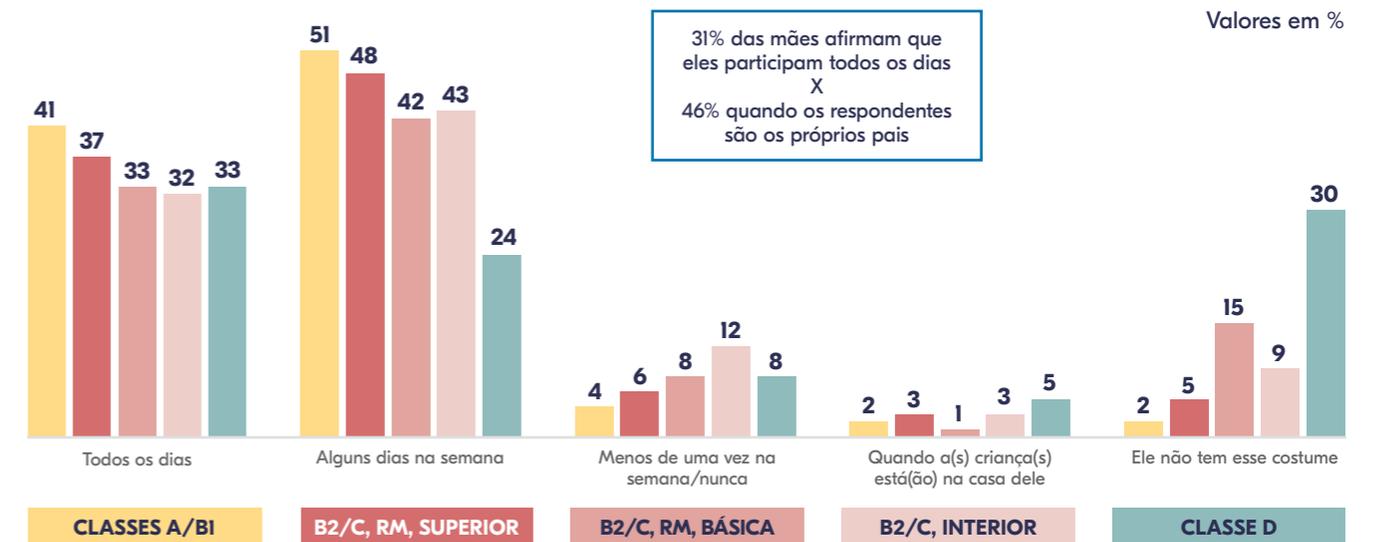
Em relação à frequência de participação dos pais nos cuidados primários de dar banho, alimentar e colocar para dormir (figura 5), a pesquisa realizada pela Fundação revelou uma concentração de respostas nas opções “todos os dias” e “alguns dias da semana” nos cinco segmentos sociodemográficos analisados. Quando somadas, as duas marcações perfizeram, das classes A/B1 à D, mais de 50% da amostra, oscilando de 92% (A/B1) a 57% (D). Constatou-se na classe D, ainda, o maior índice de respostas para “Ele não tem esse costume”.

Os resultados foram vistos com parcimônia pelos debatedores da pesquisa. A economista Flávia Ávila, estudiosa em comportamento humano e também presente nas discussões, ponderou que a reunião de tipos variados de cuidado numa mesma pergunta pode ter induzido os respondentes a apontar frequências de participação mais altas.

O mesmo raciocínio se aplica à estabilidade que se vê, na análise por faixa etária, em torno da opção “todos os dias”, especialmente quando se olha para as crianças menores, que requerem mais atenção (figura 6), considerou Flávia. “Sobretudo os respondentes pais, que representam 40% da amostra, podem muito bem ter pensado: ‘Pelo

FIGURA 5 – PARTICIPAÇÃO DO PAI NO CUIDADO

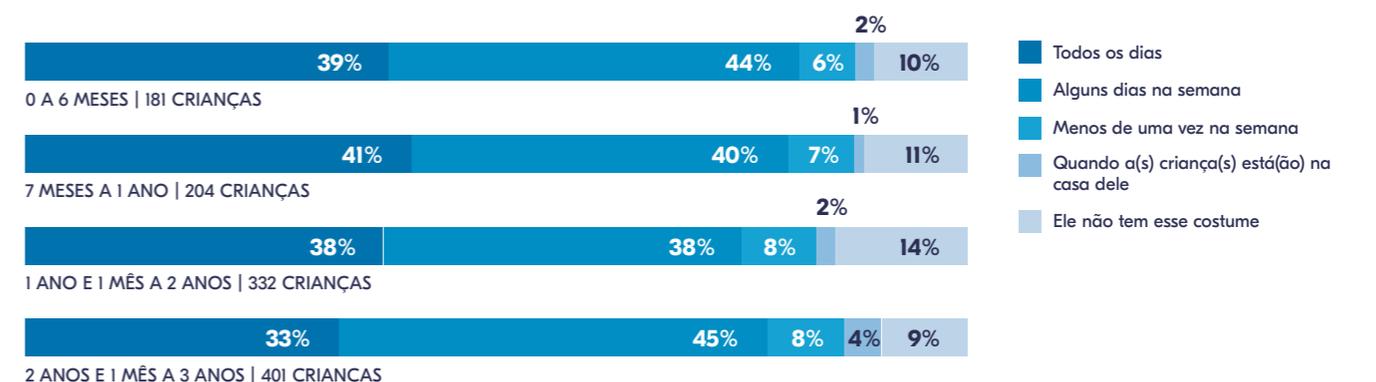
Com que frequência o pai costuma dar banho, alimentar ou colocar a(s) criança(s) para dormir? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO DO PAI NO CUIDADO CONFORME A IDADE DA CRIANÇA

Com que frequência o pai costuma dar banho, alimentar ou colocar a(s) criança(s) para dormir? (Resposta única em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Kantar.

“Às vezes, o pai precisa de ajuda para saber como entrar nessa relação com a criança que, no caso da mãe, começou ainda dentro da barriga dela.”

Tânia Savaget

menos uma dessas três coisas [dar banho, alimentar, colocar para dormir] eu faço todos os dias”, acrescentou.

Questionamentos à parte, em corte para a vida real, foi consenso entre os debatedores da pesquisa que a participação paterna vem aumentando ultimamente, embora não seja possível compreender tão bem que tipo de participação é essa. A própria adesão para colaborar com a pesquisa atesta isso: 40% dos que se dispuseram a responder ao questionário on-line são pais.

“Há um movimento de paternidade ativa estabelecido. Basta você percorrer o Instagram e o Facebook e ver as dezenas de perfis de pais por aí”, notou Becker. “É claro que existe todo o exibicionismo nas redes dos pais de fim de semana. É claro que ainda temos muito caminho a percorrer. Mas eu acredito que há uma visão generalizada de um novo pai que está vindo por aí”, comemorou.

ADVERSIDADES, DESPREPARO E “MÃE SABE TUDO”

Ainda em relação à figura 5, os especialistas dedicaram uma rodada de comentários para analisar os baixos índices de participação dos pais da classe D nos cuidados básicos dos filhos. Como dado de contexto, sobressaiu a informação aferida pela pesquisa de que 46% das mães entrevistadas na classe D são chefes de família.

“Essa reflexão também deve passar pela possibilidade de engajamento desses pais, pelo número de horas por dia que eles trabalham [incluindo o longo tempo gasto no transporte] e pela natureza, em termos de exigência física, do trabalho que realizam”, considerou Juliana Prates Santana. “Há condições muito adversas, uma ausência de circunstâncias estruturais que favoreçam o processo de interação com as crianças [nas camadas de menor renda].”

Além disso, existem diferenças na compreensão do que é a participação paterna nos vários segmentos socioeconômicos. O próprio reconhecimento da importância dessa participação em termos de envolvimento e cuidados com as crianças, sublinhou a psicólo-

ga, parece ser mais frequente entre as classes mais altas.

Dentro do gancho das diferenças de entendimento, a comunicadora Tânia Savaget levantou uma situação que pode acometer indistintamente as classes sociais e se refere à “mãe sabe tudo”, que só aceita a participação do pai “do seu jeito”. “Às vezes, o pai precisa de ajuda para saber como entrar nessa relação com a criança que, no caso da mãe, começou ainda dentro da barriga dela”, completou. “Saber combinar como se dão a participação e a divisão de tarefas também faz parte do jogo.”

Neste ponto, Juliana fez menção ao modelo patriarcal que estrutura a organização familiar no Brasil. “Este modelo não ensina a lógica do cuidado aos indivíduos do sexo masculino e existe uma descon-



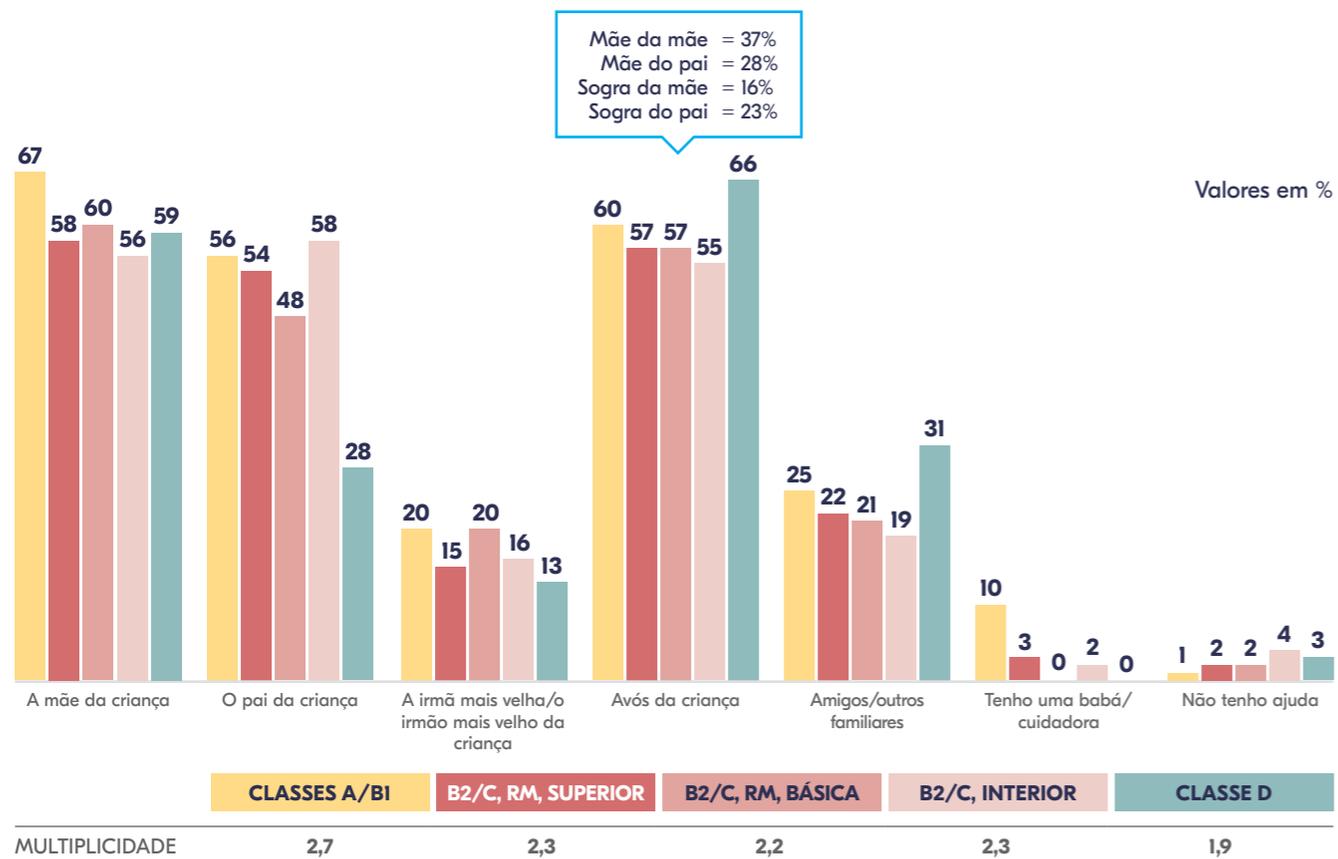
FERNANDO MARTINS

fiança dupla: os homens não se sentem capazes de exercer esse papel e as mulheres não os autorizam a assumi-lo”, explicou ela.

Enquanto a mulher é empoderada desde as brincadeiras de boneca em sua capacidade de cuidar, continuou, este aprendizado é negado ao homem. “É uma discussão excelente sobre estrutura patriarcal e machismo, porque o assunto prejudica socialmente todos nós”, apregoou.

FIGURA 7 – PESSOAS QUE AJUDAM NOS CUIDADOS DAS CRIANÇAS

Quem costuma ajudar você nos cuidados e desenvolvimento da(s) criança(s)? Selecione todos que te ajudam. (Resposta múltipla)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

APOIO DE TODAS AS HORAS

Quanto à rede de apoio expandida, a pesquisa investigou quem são as pessoas que costumam ajudar o respondente nos cuidados e no desenvolvimento da criança (figura 7). Além da mãe e do pai, foram bastante citados os avós, especialmente no segmento socioeconômico da classe D, em que também se destacou o apoio dos amigos/outros familiares.

A questão permitia que fossem selecionadas múltiplas respostas, gerando fatores de multiplicidade próprios em cada segmento analisado. Assim, quanto mais opções de resposta os entrevistados marcavam, maior era o fator de multiplicidade, denotando, teoricamente, uma rede de apoio mais variada.

A classe A/B1 foi a que compareceu com a rede de apoio mais ampla, incluindo, em 10% dos casos, a presença da contribuição terceirizada de uma babá. A classe D foi a que revelou acionar mais os avós da criança, assim como amigos e outros familiares, porém foi a que demonstrou maior fragilidade na rede de apoio do ponto de vista de diversidade de pessoas com quem contar (fator de multiplicidade de 1,9).

“Nos contextos de vida da classe D [considerando a densidade populacional], pode-se pensar, a princípio, que há mais pessoas para ajudar, mas efetivamente elas são poucas, porque estão todas sobrecarregadas de trabalho e elas próprias já são responsáveis por outras crianças”, disse Juliana.

No subtexto da fala da especialista aparece a urgência de o Estado intensificar as políticas públicas de atenção à primeira infância voltadas às classes mais pobres, posição que foi corroborada por Daniel Becker. “A gente pasma ao constatar que os que mais precisam de apoio são justamente os que menos têm”, comentou ele.

DESENVOLVIMENTO SOBRE A MESA

Para capturar uma imagem mais específica dos comportamentos de atenção e cuidado, foram avaliados em separado os momentos da refeição, do banho e de dormir. A figura 8 traz um panorama sobre as

“A gente pasma ao constatar que os que mais precisam de apoio são justamente os que menos têm.”

Daniel Becker

AUTONOMIA NA ALIMENTAÇÃO

O ganho de autonomia na alimentação é um processo complexo e gradual que começa no aleitamento, passa pela fase do alimento amassado e, com o apoio da dentição e o desenvolvimento da coordenação neuromotora, evolui para a ingestão da comida sólida.

O desenvolvimento da coordenação neuromotora tem papel fundamental nesse processo, dando conta das funções de sugar, mastigar, engolir e deglutir propriamente, sem que ocorra o engasgo, bem como das tarefas de levar o alimento à boca e, mais tarde, fazer uso dos instrumentos adequados para isso. Por todos esses motivos, e também pela troca afetiva com o cuidador e tudo o que se pode aprender sobre hábitos alimentares, a hora da refeição da criança pequena é tão importante e demanda presença de todos os envolvidos.



estratégias empregadas para conduzir a alimentação das 1.167 crianças de 0 a 3 anos sob os cuidados de todos os responsáveis consultados na pesquisa.

A resposta “Geralmente eu dou comida para a criança enquanto converso e brinco com ela” prevaleceu nos cinco segmentos socioeconômicos estudados, porém com uma diferença de 32 pontos per-

centuais entre o grupo A/B1 e o grupo D. Em seguida, veio a opção “Geralmente eu dou comida para a criança enquanto vemos televisão/vídeo no celular juntos” – e aqui quem liderou foi o grupo D, com incidência de 23%.

Num recorte entre mães e pais, quando as respondentes eram as mães, 63% das crianças alimentadas por elas faziam suas refeições embaladas por conversa e brincadeira. Quando eram os pais, o índice caía a 51%. Em relação ao uso da televisão e do vídeo na hora da alimentação, esta foi a forma adotada pelas mães com 14% das crianças que estavam sob os seus cuidados, enquanto os pais lançaram mão do recurso com 23% das crianças.

“Do ponto de vista de desenvolvimento, é importante reforçar que conversar com a criança enquanto ela se alimenta implica um aumento grande de estimulação da linguagem, por exemplo”, ensinou Juliana.

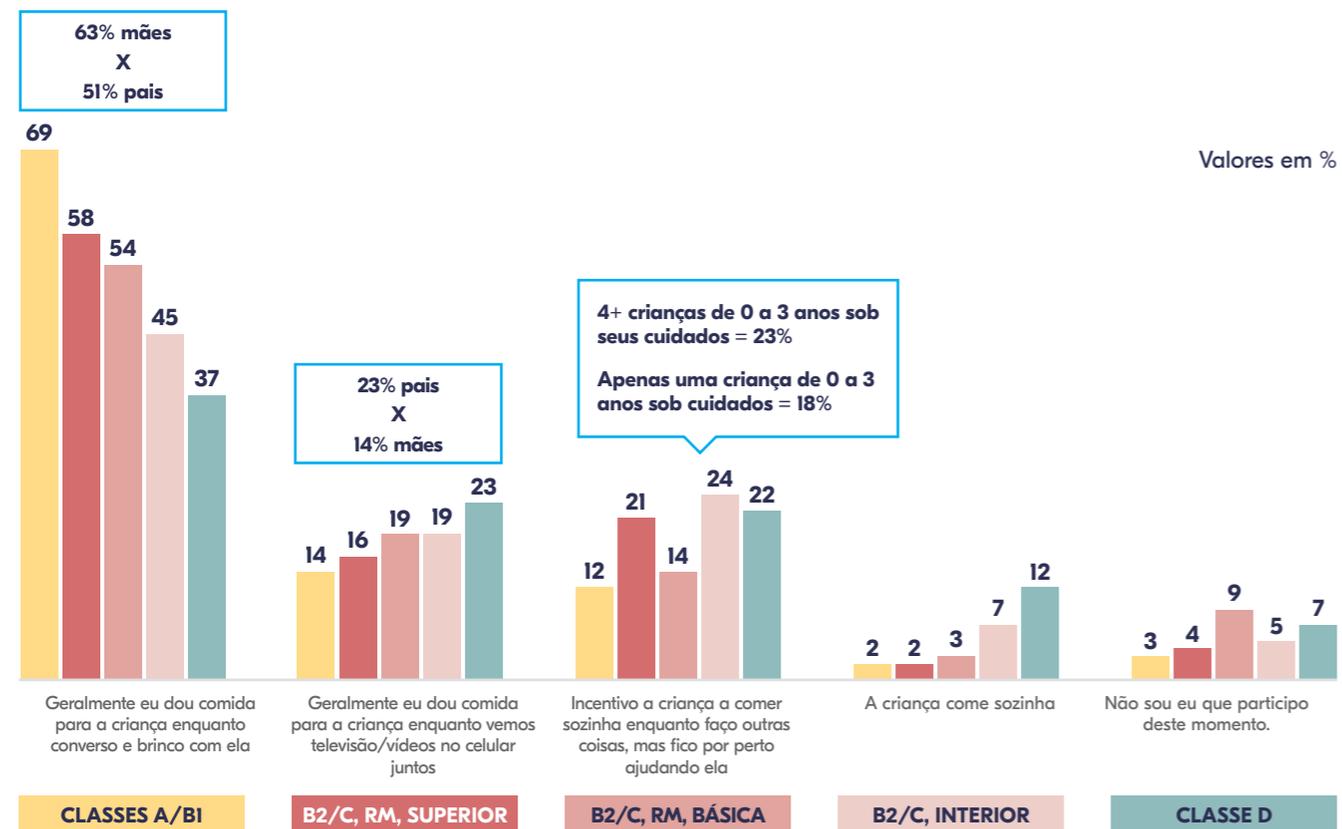
A psicóloga também pontuou que alimentar a criança assistindo televisão e vídeo é um hábito alimentar ruim, porque os sujeitos da ação não estão envolvidos com a alimentação, mas com a TV, e isso não constrói autonomia. “Construir autonomia na alimentação dá trabalho, porque a criança vai se sujar e se melar muito mais.”

No conjunto total de crianças, percebeu-se que a opção “Incentivo a criança a comer sozinha enquanto faço outras coisas, mas fico por perto ajudando ela” ressoou em 23% dos casos quando em domicílios com quatro crianças ou mais. Em domicílios com apenas uma criança, a incidência deste resultado é de 18%. Também se viu que, à medida que a criança cresce, a estratégia das conversas e brincadeiras perde espaço na refeição e, com maior frequência, a criança é incentivada a comer sozinha.

“A hora da alimentação é um momento trabalhoso e quem não tem tempo nem rede de apoio certamente fará uso da televisão para reduzir o período despendido, como a própria estatística mostra”, atestou Becker.

FIGURA 8 – MOMENTO DA REFEIÇÃO DA CRIANÇA

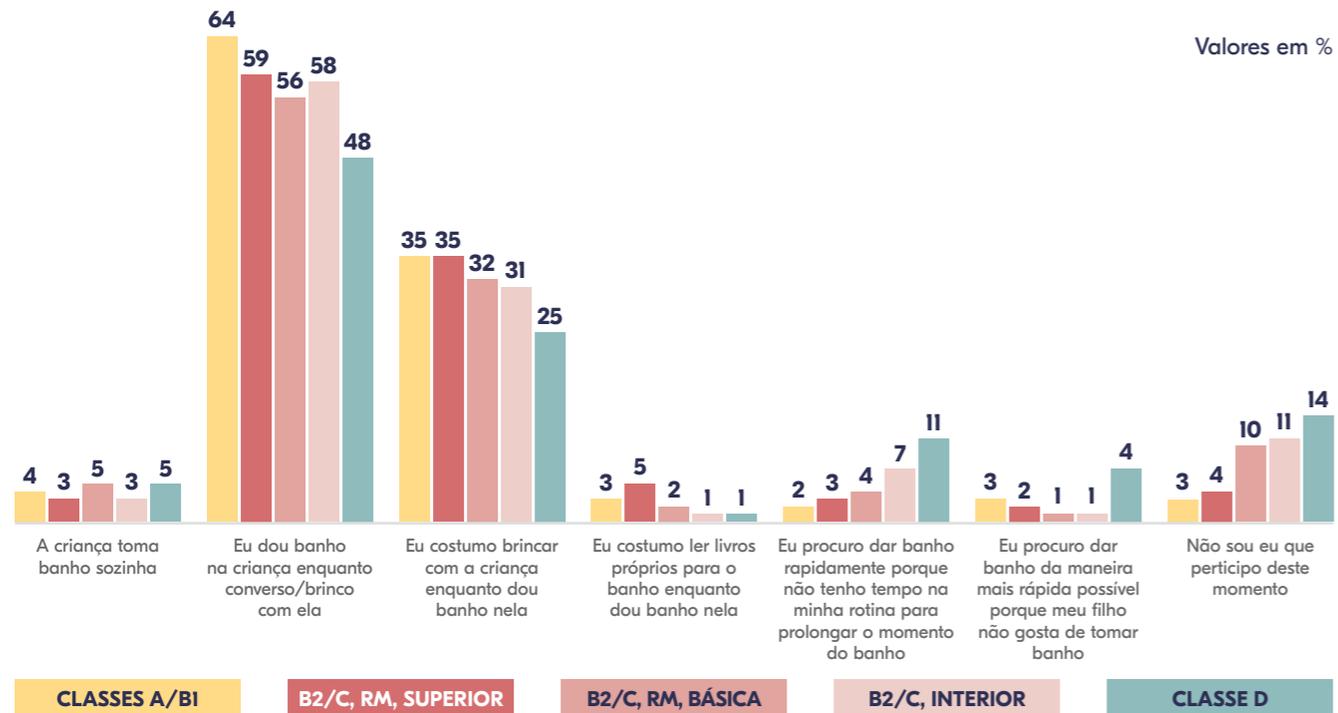
Das opções abaixo, qual é a que mais se aproxima do momento de alimentação da(s) criança(s)? (Resposta única em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 9 – MOMENTO DO BANHO DA CRIANÇA

E como é na hora de dar banho na(s) criança(s)? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Ele reforçou a posição de Juliana quanto ao valor da interação criança-adulto para o desenvolvimento da linguagem e alertou para dois efeitos particularmente danosos advindos da prática de dar comida em frente à TV: 1) ensina a criança a estar ausente, distraída durante as refeições, em oposição à recomendação de estar consciente para perceber sua saciedade e aprender sobre sabores, texturas e cheiros; e 2) a submete ao “massacre” de propaganda de alimentos ultraprocessados na TV exatamente na hora das refeições.

“São mensagens nocivas para o desenvolvimento da criança, porque aprofundarão o abandono da alimentação tradicional e induzirão

ao uso de comida ultraprocessada. Isso é ruim em muitos sentidos: economicamente para a família e para o desenvolvimento da criança, influenciando no ganho de peso em excesso, doenças crônicas futuras etc.”, afirmou.

BANHO DE ALEGRIA

Nos cinco segmentos sociodemográficos avaliados na pesquisa, a observação dos comportamentos de atenção e cuidado na hora do banho indicou uma tendência de associação das conversas e brincadeiras a esta atividade cotidiana (figura 9).

Nos grupos das classes média e média-baixa residentes no Interior do país (B2/C, Interior) e no grupo de classe baixa que vive em capitais (D) também despontou, com alguma expressão, a alternativa “Eu procuro dar banho rapidamente porque não tenho tempo na minha rotina para prolongar o momento do banho”. O resultado espelha o corre-corre típico da vida das populações de baixa renda.

Em relação aos hábitos na hora de dormir, a tendência verificada de forma consistente na amostra é a de fazer a criança dormir no colo, balançando-a até que pegue no sono (figura 10). “Possivelmente esteja incluída aí uma grande porção de crianças que são amamentadas para dormir, o que é bom”, destacou Daniel Becker. Em segundo lugar, está a prática de colocar a criança no berço ou na cama para ela pegar no sono tranquilamente.

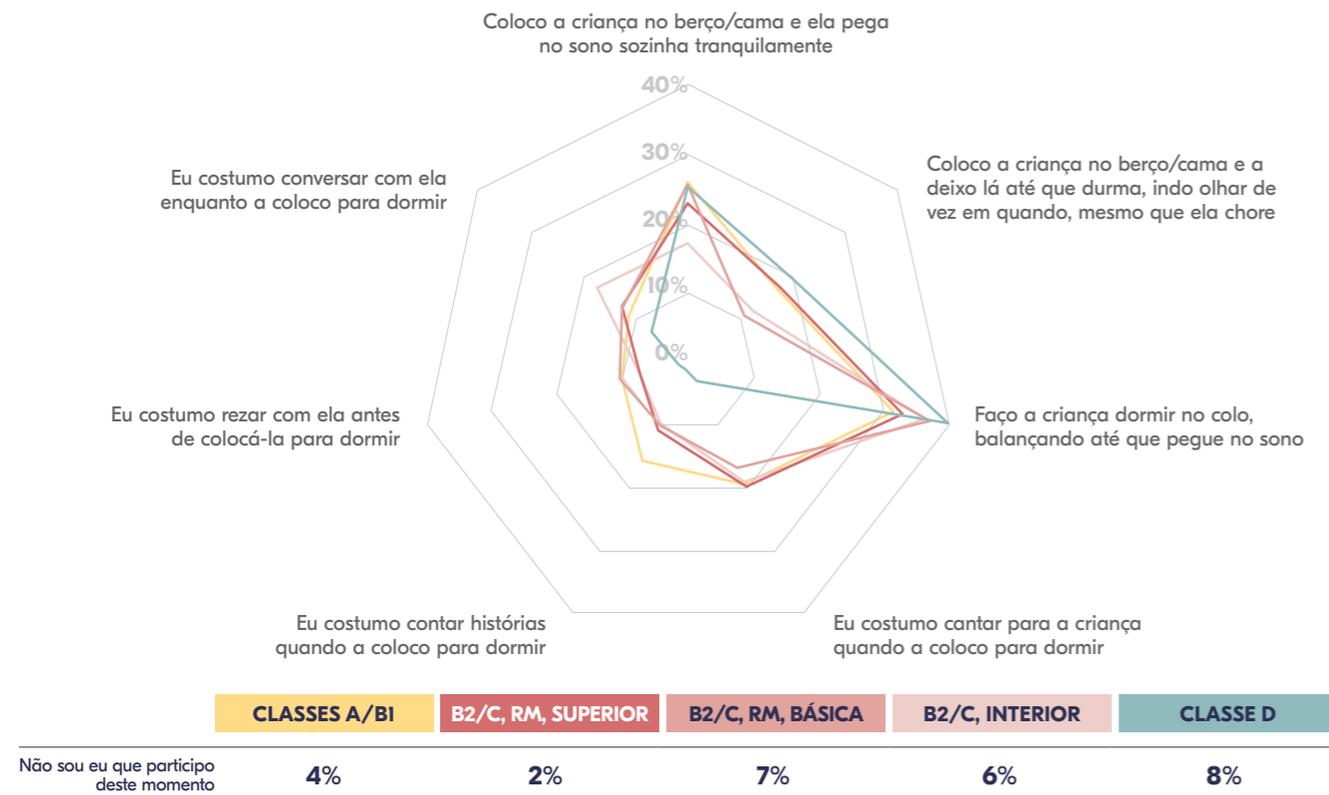
Comportamentos que evoquem atenção da criança nesta hora – e eventualmente possam torná-la mais desperta –, como conversar ou rezar com ela, foram preteridos pelos respondentes. Por outro lado, o uso de cantigas como estratégia para dormir teve alguma expressão, ao lado da ideia de colocar a criança no berço ou na cama e deixá-la lá “até que durma, indo olhar de vez em quando, mesmo que ela chore”.

Quanto a esta última opção, Juliana Prates Santana celebrou que a adesão não tenha sido dominante, mesmo com a onda de programas

Em relação aos hábitos na hora de dormir, a tendência verificada de forma consistente na amostra é a de fazer a criança dormir no colo

FIGURA 10 – HÁBITOS NA HORA DE DORMIR

Pensando na hora de dormir da(s) criança(s), o que você costuma fazer? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

televisivos sobre encantadoras de bebês. “A prática de deixar a criança no berço chorando para aprender a dormir sozinha precisa ser condenada, porque as crianças não aprendem só a dormir aí – porque, num dado momento, elas acabam parando de chorar –, mas também aprendem o desamparo”, reforçou. “Isso trata da importância de um acolhimento emocional para essa criança que está acostumada a ter esse vínculo com o cuidador”, adicionou.

INFINITAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO

Para o médico, também chama a atenção a baixa frequência de marcações da opção “Eu costumo contar histórias quando a coloco para dormir” – em todos os segmentos sociodemográficos e, particularmente, na classe D, em que o percentual para esta resposta ficou perto de zero.

Sobre este comentário, com base em conhecimentos sobre mediação da leitura para crianças pequenas, a comunicadora Tânia Savaget ressaltou que, à parte o ato clássico de ler um livro infantil, que é uma realidade mais distante num país com baixos índices de leitura como o Brasil, podem-se usar recursos acessíveis e potentes ao desenvolvimento infantil, como as cantigas e as brincadeiras de trava-línguas, que acionam a linguagem do lúdico.

“É interessante que isso pode ser adotado nesses três momentos críticos do cuidado, vistos como momentos de ‘batalha’ para as mães, que são fazer a criança dormir, fazer a criança comer e fazer a criança tomar banho”, acrescentou a comunicadora.

A sugestão foi reforçada por Juliana, que vê muitas oportunidades de o cuidador promover o desenvolvimento infantil sem precisar de grandes recursos externos: por meio da contação de histórias, que não implica uma atividade de leitura em si; da narração daquilo que está sendo feito; da nomeação dos objetos que estão no ambiente; da conversa sobre o que a criança vai comer e como aquela comida foi feita...

“Há infinitas possibilidades de interação que estimulam a linguagem e outros aspectos do desenvolvimento e que se desdobram da relação genuína com a criança”, afirmou a psicóloga. “Às vezes, os cuidadores banalizam as situações de cuidado de higiene, alimentação e sono como se não fossem momentos de promoção do desenvolvimento. Os cuidadores precisam ser incentivados a aproveitá-las porque elas também ajudam a promover o desenvolvimento”, completou.

“A prática de deixar a criança no berço chorando para aprender a dormir sozinha precisa ser condenada, porque as crianças não aprendem só a dormir aí, mas também aprendem o desamparo.”

Juliana Prates Santana

aprendizagem

Em casa, na creche, no mundo

Existem registros de que desde a Grécia Antiga, com os filósofos Sócrates (469-399 a.C.), Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), a humanidade busca desvendar como o ser humano aprende.

Mais de dois mil anos depois, as investigações científicas sobre o assunto evoluíram bastante. Embora ainda carreguem mistérios, elas permitem afirmar que a aprendizagem começa desde o momento em que o bebê nasce, e já há evidências de vivências intrauterinas que podem ser chamadas de aprendizado, especialmente no campo do reconhecimento dos sons. Mas estas informações mais recentes não são do conhecimento de todos.

Na pesquisa Primeiríssima Infância – Interações, mil respondentes de cinco segmentos sociodemográficos do Brasil foram indagados sobre a partir de que momento a criança começa a aprender (figura 11). No total da amostra, 58% revelaram pensar de forma alinhada com o que diz a ciência, mas 42% acreditam que o início da aprendizagem só acontece a partir dos 6 meses de vida ou mais.

O grupo formado por pessoas das classes média e média-baixa (B2/C) que vivem no Interior do país foi o que mais demonstrou atualização sobre o assunto. O grupo de respondentes das classes

“Na interação com o bebê, para que ele possa aprender a partir dos estímulos, é preciso supor que ele é um ser que sabe.”

Juliana Prates Santana

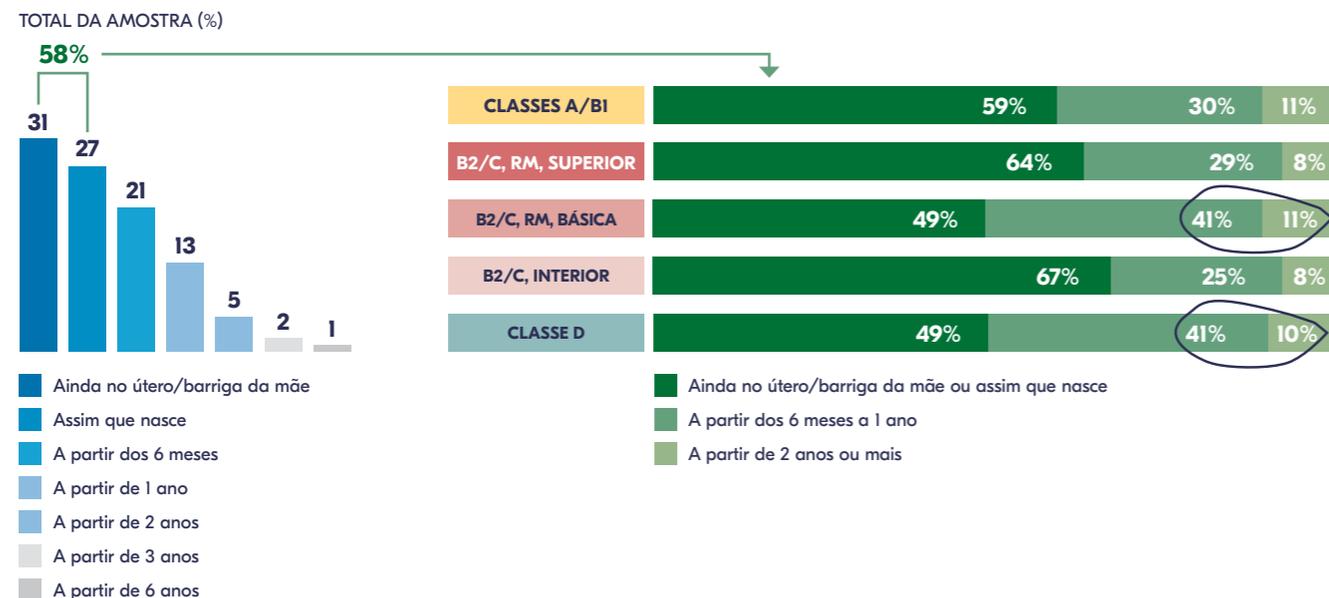
média e média-baixa (B2/C) que moram nas Regiões Metropolitanas (RM) e possuem escolaridade básica, por sua vez, externou percepção mais tardia quanto ao início da aprendizagem, seguido pelo grupo da classe D residente nas capitais. E, nos diferentes segmentos sociodemográficos estudados, não foi desprezível a proporção de pessoas afirmando que a criança só começa a aprender após os 2 anos de idade ou mais.

O percentual de adultos responsáveis que não sabe que o bebê aprende desde o nascimento acendeu um alerta para a psicóloga Juliana Prates Santana. “Esse é um conhecimento fundamental, porque, na interação com o bebê, para que ele possa aprender a partir dos estímulos, é preciso supor que ele é um ser que sabe”, assinalou.

Partir de tal princípio, explicou, denota uma espécie de aposta do

FIGURA II – COMEÇO DA APRENDIZAGEM

Na sua opinião, a partir de que momento a criança começa a aprender? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos)



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.



FERNANDO MARTINS

cuidador em relação ao desenvolvimento futuro da criança. “É por isso que, quando a gente brinca com o bebê, a gente brinca esperando que ele responda e faz com ele os dois jogos de fala – o da pergunta e o da resposta. Este comportamento tem a ver com um investimento, com acreditar que este bebê tem uma potência de responder posteriormente. Mas, se a gente não acredita, a gente investe menos”, acrescentou.

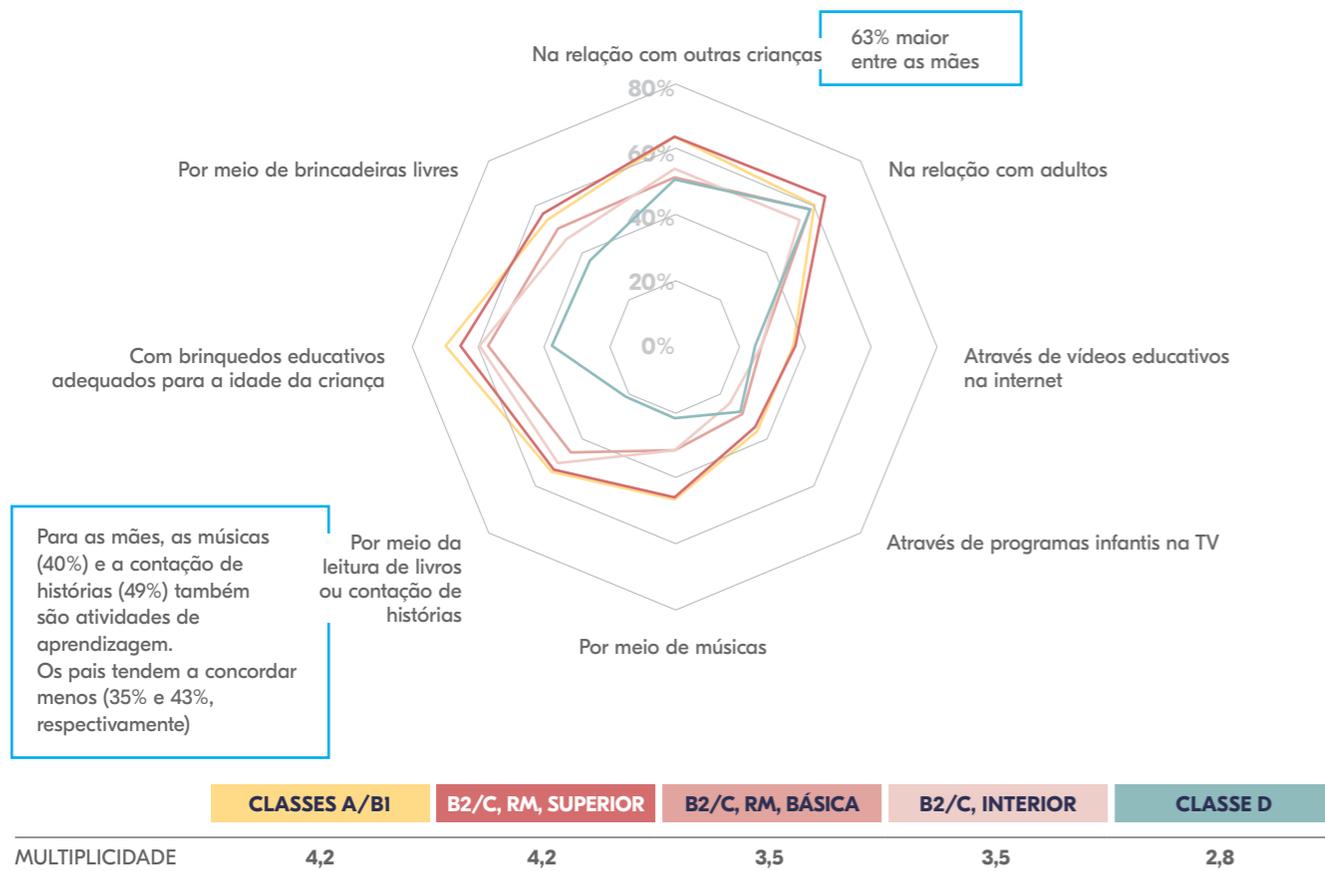
NÃO À “PRODUTIVIDADE” NA INFÂNCIA

A pesquisa solicitou aos respondentes que apontassem numa lista formas pelas quais a criança aprende (figura 12). Em seguida, pediu-lhes que priorizassem até três opções dentre as escolhidas. Os

pontos de maior convergência foram a relação com outras crianças, a relação com os adultos e o uso de brinquedos educativos adequados à idade da criança. Os grupos sociodemográficos de maior escolaridade e renda citaram mais formas de aprendizagem do que os demais e demonstraram grande similaridade de respostas.

FIGURA 12 – FORMAS DE APRENDIZAGEM

Como você acredita que uma criança aprende? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente) E das opções abaixo, quais são as três que você acredita que são mais importantes no aprendizado de uma criança? Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Na visão de Juliana, o valor atribuído pelos entrevistados aos brinquedos educativos adequados para a idade é outro dado preocupante. “Isso cria um fantasma de que é necessário determinado brinquedo para a criança aprender, o que não é verdade”, notou. Às vezes, a criança brinca mais com a embalagem do que com o brinquedo, pontuou a psicóloga. Além disso, existe um mundo de possibilidades para brincar com o brinquedo desestruturado, que é aquele que se improvisa a partir de objetos aleatórios, sendo a interação o mais importante.

Com base em estudos sobre comportamento humano, a economista Flávia Ávila também realçou o papel dos brinquedos desestruturados ou aleatórios no desenvolvimento da criança, como uma colher de pau ou uma panela. E das brincadeiras simples, em contato com a natureza e ao ar livre, como brincar na grama ou com uma bola.

“Há uma falha de entendimento desde a classe A nesse quesito, que adquire brinquedos mais e mais complexos, que já determinam o que a criança tem que fazer e abrem pouco espaço para a exploração. Por mais tecnologia que exista, esta volta ao básico é o essencial para a criança e isso está disponível para todas as classes sociais.”

Do ponto de vista comportamental, resgatou Flávia, iniciativas baseadas em experimentos de campo em hospitais da Colômbia provaram como é valioso demonstrar à mãe e ao pai, já desde a gestação, como a brincadeira contribui para o desenvolvimento da criança – e como é efetivo trabalhar para mudar a mentalidade e formar os pais para o exercício da parentalidade durante o pré-natal.

“Ao falar sobre estímulos com pais e cuidadores, sempre tenho cautela para não transformar algo que seria intuitivo, prazeroso, em obrigatório”, retomou Juliana. Apesar de reconhecer os grandes benefícios que a estimulação do bebê traz ao desenvolvimento dele, bem como os efeitos que isso terá sobre sua vida adulta, a psicóloga resiste a pressões por parte dos adultos para que haja uma antecipação do processo desenvolvimental baseada na ideia de que, se a

“Há uma falha de entendimento desde a classe A nesse quesito, que adquire brinquedos mais e mais complexos, que já determinam o que a criança tem que fazer e abrem pouco espaço para a exploração.

Por mais tecnologia que exista, esta volta ao básico é o essencial para a criança e isso está disponível para todas as classes sociais.”

Flávia Ávila

“A gente está transformando a infância num grande treinamento e os pais viraram *coaches*. Precisamos tomar muito cuidado com esse tipo de exagero.”

Daniel Becker

criança aprende mais, deve-se ensinar mais.

“Vejo uma questão muito adultocêntrica nisso, que faz com que a gente coloque uma produtividade na infância. Daqui a pouco, vai-se criar a academia cerebral para os bebês”, ironizou. “Nesse ponto, somos nós, os especialistas, a psicologia, a pedagogia, a ciência, os culpados, porque começamos a elencar quais são os comportamentos que produzem desenvolvimento na sua potência máxima e, efetivamente, parece que não se pode perder tempo”, disse.

A posição de Juliana foi referendada pelo pediatra Daniel Becker, que, como ela, fez uma autocrítica. “Trabalhar com a neurociência tem vantagens enormes, porque a gente está entendendo como o cérebro funciona, como o desenvolvimento se desdobra anatômica e fisiologicamente e isso é maravilhoso”, comentou. “Mas a aplicação disso no dia a dia, quer dizer, a transformação desse conhecimento em comportamentos familiares, tem esse viés que pode ser muito negativo – de a gente tornar uma convivência simples e natural algo que vira uma tarefa para a criança e uma obrigação mecânica tediosa para os pais, que vão fazer isso cada vez menos.”

O pediatra lembrou que a infância não é período de construir currículo, mas um tempo de liberdade. “A gente está transformando a infância num grande treinamento e os pais viraram coaches. Precisamos tomar muito cuidado com esse tipo de exagero”, ressaltou.

POLITICAMENTE CORRETO

No esforço de capturar com clareza os hábitos e atitudes de pais e adultos responsáveis com as crianças, o estudo consultou os entrevistados quanto a quais atividades, dentro de um dado conjunto, eles adotavam para estimular o desenvolvimento das crianças.

A figura 13 mostra a tendência de respostas para as três atividades realizadas com maior frequência nos diferentes segmentos sociodemográficos. Brincar com a criança, estimular que ela brinque com outras crianças e levar para passear em lugares públicos (parques,

praças e shoppings) foram as formas recorrentes.

Ler para as crianças teve mais expressão no grupo formado pelas classes alta/média-alta (A/B1) das diversas partes do Brasil, bem como naquele representado pelas pessoas das classes média/média-baixa (B2/C), que vivem em Regiões Metropolitanas e possuem escolaridade em nível superior.

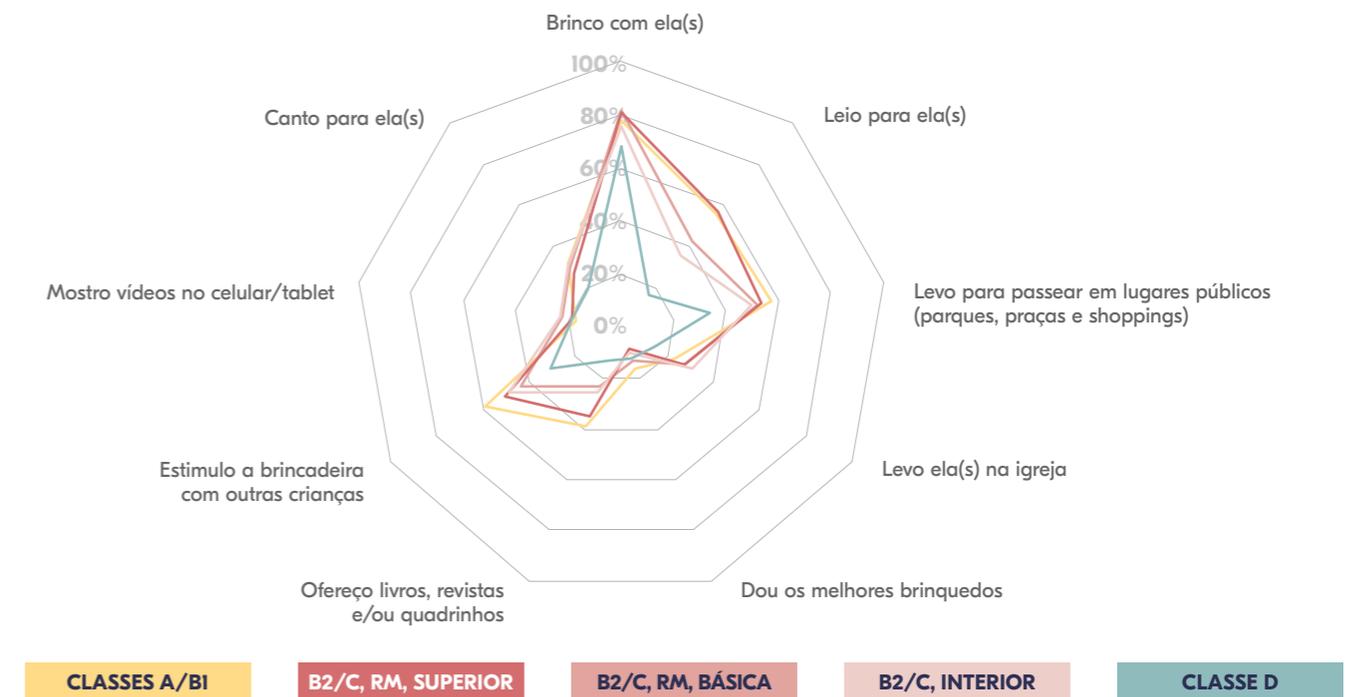
Em relação ao mundo das telas, surpreendentemente, teve pouca aderência, nos diferentes segmentos estudados, a prática de mostrar vídeos no celular ou no tablet para as crianças. O dado corrobora o

FIGURA 13 – ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O que você faz para estimular o desenvolvimento da(s) criança(s)? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)

E dessas atividades abaixo, quais são as três que você faz com maior frequência com as(s) criança(s)?

Base: total de crianças entre 0 e 3 anos (1.167 casos)



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.



A pesquisa interpelou os entrevistados sobre onde eles acreditam que a criança aprende. No total da amostra, a opção de resposta mais votada, escolhida por 65% dos respondentes, foi “tanto na escola quanto em casa”

que se viu na figura 12, sobre como a criança aprende, no qual os programas infantis de TV foram pouco citados. Na visão dos especialistas que analisaram os resultados da pesquisa, há um quê de politicamente correto nisso.

“A baixa resposta para programas de TV e vídeos educativos tem um lado muito bom, pois revela que ao menos as pessoas sabem o que é pior, mas isso não quer dizer que elas praticam o que elas sabem”, avaliou Becker. “A toxicidade das telas é uma mensagem muito repetida – felizmente – em todos os meios de comunicação, mas as pessoas continuam usando por contingência, por questão de circunstância, para poder lidar com o seu tempo. A TV e o celular são usados como ‘babás digitais’, seja para o adulto poder trabalhar ou ter um descanso da função do cuidar, que pode ser uma das mais exaustivas”, notou.

O estudo dedicou-se, ainda, a diferenciar os comportamentos voltados a estimular o desenvolvimento segundo o perfil do entrevistado e conforme a relação estabelecida por ele com cada uma das crianças sob seus cuidados.

Assim, o quadro sobre o que mães, pais, avós e avôs fazem para estimular o desenvolvimento das crianças (figura 14) evidencia maior proporção de atividades realizadas pelas mães do que pelos pais. Os pais só superaram as mães nos comportamentos que indicam maior passividade: dar “os melhores brinquedos” (14% pais e 11% mães), ideia que se atrela à imagem do pai provedor, e mostrar vídeos no celular/tablet (22% pais e 20% mães).

No caso dos avôs e avós, por sua vez, que possuem idade média de 54 anos e perfazem 9% da amostra de adultos responsáveis, brincar e levar para passear tiveram maior adesão, enquanto as opções relativas a ler para a criança, levá-la à igreja e oferecer livros/revistas ou quadrinhos ficaram em segundo plano.

“Para os cuidadores avós, fica de novo a sugestão para que se enfatize a contação de histórias. Ela dispensa a presença do livro, amplia o repertório de atividades e é um recurso muito poderoso para o desen-

FIGURA 14 – ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – MÃES, PAIS, AVÓS E AVÔS

O que você faz para estimular o desenvolvimento da(s) criança(s)? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)

Base: total de crianças com respondentes mães (491 casos), pais (460 casos) e avós/avôs (105 casos).

	Mães	Pais	Avós
Brinco com ela(s)	80%	77%	74%
Leio para ela(s)	48%	42%	36%
Levo para passear em lugares públicos (parques, praças e shoppings)	54%	50%	50%
Levo ela(s) à Igreja	27%	26%	18%
Dou os melhores brinquedos	11%	14%	11%
Ofereço livros, revistas e/ou quadrinhos	32%	27%	22%
Estimulo a brincadeira com outras crianças	52%	46%	47%
Mostro vídeos no celular/tablet	20%	22%	12%
Canto para ela(s)	33%	26%	29%

Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

volvimento da linguagem, que pode ser dita de muitas formas”, propôs Juliana Prates Santana. “Contar histórias é importante inclusive sob o aspecto da transmissão intergeracional de cultura”, adicionou.

Na mesma linha de raciocínio, a comunicadora Tânia Savaget ressaltou o papel da contação de histórias como resgate à memória e estímulo à imaginação. “Contar histórias que você lembra, ou cantar parlendas. São coisas simples e que têm grande valor.”

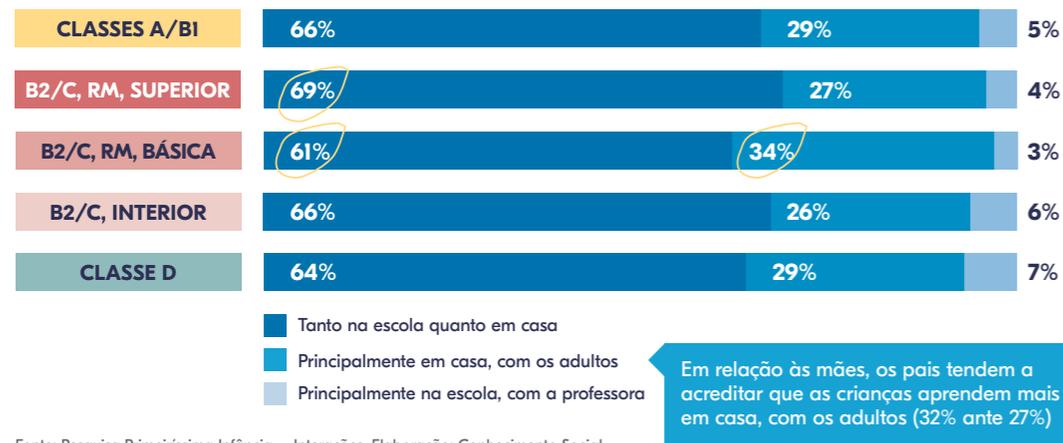
EM CASA E NA CRECHE

Em sua abordagem sobre diferentes espaços de aprendizagem, a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações interpelou os entrevistados sobre onde eles acreditam que a criança aprende. No total da amostra, a opção de resposta mais votada, escolhida por 65% dos respondentes, foi “tanto na escola quanto em casa”. Em segundo lugar, ficou “principalmente em casa, com os adultos” (29%) e, num longín-



FIGURA 15 — ONDE A CRIANÇA APRENDE?

Onde você acredita que uma criança aprende? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância — Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

quo terceiro lugar, veio “principalmente na escola, com a professora” (5%). A opção “não sei” foi marcada apenas por 1% das pessoas.

A interpretação desta questão pela ótica dos segmentos sociodemográficos não destoou do retrato geral, trazendo poucas particularidades (figura 15).

Para o grupo das classes média/média-baixa (B2/C) das Regiões Metropolitanas e que possui nível superior, a dupla escola-casa mostrou mais força (69%). Já para o segmento das classes média/média-baixa (B2/C), Regiões Metropolitanas e escolaridade básica, o ambiente da casa teve mais expressão do que se viu nos demais grupos (34%), mas a combinação escola/casa ainda faturou 61% da preferência.

Do ponto de vista dos progenitores, 32% dos pais disseram acreditar que as crianças aprendem mais em casa, com os adultos, enquanto um percentual um pouco menor de mães (27%) afirmou pensar da mesma maneira.

“Essa visão dos pais me remete a uma certa desvalorização da educação infantil, àquela visão de que a criança vai à escola apenas

para brincar. Aí se revela um pouco do imaginário de que a creche só serve de ‘depósito’ e para cuidar da criança pequena, mas não tem o potencial de educar”, raciocinou Juliana. Em se tratando de comunicação, sugeriu, ainda é necessário dizer às pessoas que creche não é lugar de escolarização, mas é um espaço educativo importante.

A dicotomia entre a criança ir para a creche ou ficar em casa é um debate muito antigo sobre os benefícios dos cuidados domiciliares ou no espaço institucional, elucidou a psicóloga.

“Cada vez mais se defende a possibilidade de que esse cuidado ocorra numa instituição em que, teoricamente, há uma vigilância social maior; por ser um espaço mais estruturado, que promove cuida-

Ainda é necessário dizer às pessoas que creche não é lugar de escolarização, mas é um espaço educativo importante

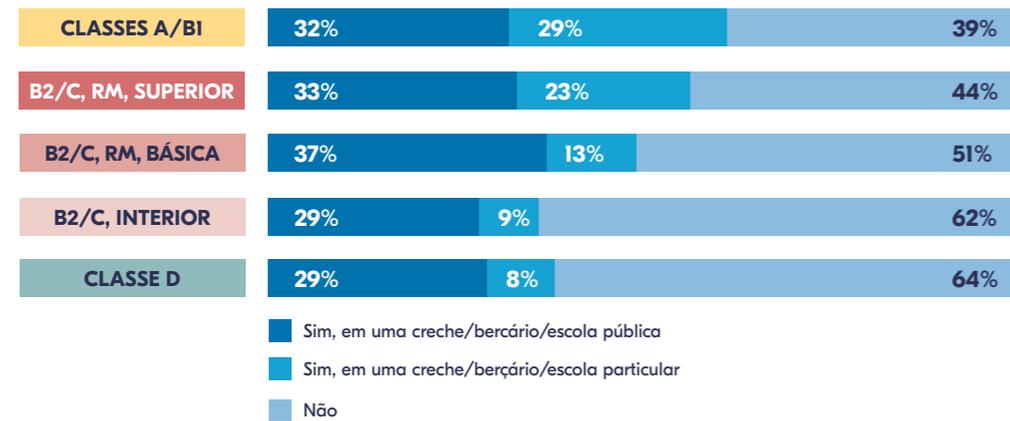


FERNANDO MARTINS

FIGURA 16 – FREQUÊNCIA À CRECHE

A(s) criança(s) frequenta(m) uma creche/berçário/escola? (Resposta única em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)

Base: total de crianças entre 0 e 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

do especializado; e na medida em que, na casa, um cuidador externo pode não ter as condições adequadas para a estimulação”, afirmou. Além disso, prosseguiu Juliana, muitos pais justificam a creche como espaço de socialização e interação com outras crianças, de modo que todos esses aspectos citados imperam na opção pela creche.

VAGA, PRA QUE TE QUERO?

Quanto a frequentar ou não um berçário/creche/escola, o estudo evidenciou a correlação entre a renda das famílias e o acesso a esses equipamentos, sendo que, quanto maior o poder aquisitivo, maior o uso da rede particular (figura 16).

No segmento A/B1, 61% das crianças frequentavam esses espaços, sendo 32% em escolas públicas e 29% em escolas particulares. No outro extremo da curva social, composto por pessoas da classe D residentes em capitais, apenas 37% das crianças estavam na educação infantil, com 8% delas vinculadas ao atendimento particular.

Nos grupos sociais intermediários, a maior taxa de atendimento foi encontrada no segmento B2/C das Regiões Metropolitanas e com escolaridade em nível superior.

As variações nos percentuais de acesso foram alvo de escrutínio pelos debatedores da pesquisa. Quando a rede de apoio é frágil, ir para a creche se torna uma questão premente para a família. Quando a renda familiar é baixa, a alimentação provida pela creche é outro ponto a favor. “É o caso da classe D, onde isso se faz mais necessário e importante. Mas, no caso da pesquisa, entendo que o baixo percentual de crianças deste segmento na creche [em relação aos demais] é por ausência de vaga”, raciocinou Juliana.

Além disso, como acrescentou o pediatra Daniel Becker, a falta de creches para as classes mais pobres denota problemas logísticos de acesso, devido à má distribuição deste tipo de equipamento público em bairros periféricos; falta de conhecimento da importância da creche pelas famílias; e falta de meios, de um modo mais amplo, para a obtenção de uma vaga – incluindo-se, aí, o caminho mais penoso da judicialização.

Sobre os 8% de crianças da classe D que frequentam creche particular, Becker destacou o papel essencial que as creches comunitárias exercem nas comunidades de baixa renda e que, possivelmente, explicam este dado. “São serviços de baixíssimo custo que oferecem cuidado básico. Algumas dessas pequenas iniciativas locais acabam sendo formalizadas pelas prefeituras, tornando-se creches públicas conveniadas.”

A economista Flávia Ávila citou o fato de que, em localidades como Brasília, já se demonstrou que, na luta por vaga, muitas pessoas de classes sociais mais pobres acabam levando seus filhos para as creches públicas situadas no centro da cidade ou em bairros nobres. “Por outro lado, chama a atenção, nesta nossa pesquisa, o elevado percentual de respondentes das classes A/B1 que, mesmo tendo possibilidade de pagar, têm as crianças na rede pública”, contrapôs.

Em relação às classes mais altas, Becker situou que as famílias raramente querem colocar as crianças na creche antes do primeiro

Chama a atenção,
na pesquisa,
o elevado percentual
de respondentes
das classes A/B1
que, mesmo tendo
possibilidade de pagar,
têm as crianças
na rede pública



ano de vida, a não ser que sejam obrigadas pela volta ao trabalho, ao fim da licença-maternidade. “Em regra, as pessoas querem estar com os filhos durante o primeiro ano de vida e, pessoalmente, acho isso positivo. Nesse período, um bom vínculo parental é bem mais importante do que a interação com outros bebês, que passa a ser essencial após os 2 anos”, afirmou o médico.

Becker também abordou a controvérsia em torno do assunto casa-creche, especialmente quando se fala em bebês. Ele reforçou as vantagens da creche que foram citadas por Juliana, mas mencionou que a exposição àquele ambiente na faixa etária antes de 1 ano leva a muitas doenças infecciosas virais, que muitas vezes se complicam e geram in-

ternações. “Do ponto de vista da pediatria, a creche não é recomendada nessa faixa etária. Mas ela é utilizada pelas pessoas que não têm outra rede de apoio e, sobretudo, por aquelas que têm condições de pagar.”

Na pesquisa Primeiríssima Infância – Interações, os índices de frequência à creche (pública ou particular), conforme a idade, foram os seguintes: 42%, de 0 a 6 meses; 52%, de 7 meses a 1 ano; 46%, de 1 ano e 1 mês até 2 anos; e 62%, de 2 anos e 1 mês até 3 anos.

A FAMÍLIA NA ESCOLA

A fim de compreender os níveis de engajamento, isto é, de acompanhamento e de participação presencial dos adultos responsáveis com as atividades de educação infantil, o estudo direcionou perguntas específicas aos entrevistados que referiram a frequência das crianças a um berçário/creche/escola.

O gradiente de respostas coletadas variou de “sempre” a “não tenho esse costume”, com os seguintes destaques para o geral da amostra:

- 69% das crianças vinculadas à educação infantil têm sua vida escolar acompanhada no dia a dia pelos adultos “sempre”, enquanto 21% possuem acompanhamento eventual, “apenas quando a escola chama por conta de algum problema com a criança”.
- 54% das crianças vinculadas à educação infantil contam com a participação presencial dos adultos nas atividades realizadas na escola “sempre que a creche convida” e 31% “na maioria das vezes”.

A figura 17 traz um compilado dos comportamentos de acompanhamento e participação presencial nas atividades da educação infantil conforme os segmentos sociodemográficos estudados. Revela, ainda, como esses comportamentos variam entre as mães e os pais e apresenta as tendências de frequência à creche segundo a quantidade de crianças que estão sob o cuidado do respondente.

Por fim, nas últimas duas linhas da tabela, podem-se ler as diferenças agudas de comportamento na amostra: entre as crianças representadas na pesquisa, qual proporção frequenta a educação infantil e conta com

69% das crianças vinculadas à educação infantil têm sua vida escolar acompanhada no dia a dia pelos adultos “sempre”

FIGURA 17 — PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA CRECHE

A(s) criança(s) frequenta(m) uma creche/berçário/escola? (Resposta única em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Com que frequência você participa presencialmente das atividades realizadas na creche/berçário/escola da(s) criança(s)? (Resposta única)
Com que frequência você acompanha o trabalho desenvolvido pela creche/berçário/escola da(s) criança(s) no dia a dia? (Resposta única)
Base: total de crianças entre 0 e 3 anos (1.167 casos); crianças que frequentam creche/berçário/escola (498 casos).

	CLASSES A/BI	B2/C, RM, SUPERIOR	B2/C, RM, BÁSICA	B2/C, INTERIOR	CLASSE D	Quantidade de crianças sob cuidados		
						1	2	3+
Pública	32%	33%	37%	29%	29%	31%	31%	36%
Particular	29%	23%	13%	9%	8%	16%	18%	18%
Não frequentam	39%	44%	51%	62%	64%	52%	51%	46%
Base: total de crianças (1.167 casos).								
						Mãe	Pai	
Sempre participam presencialmente	52%	54%	59%	56%	44%	63%	47%	
Sempre acompanham as atividades	76%	73%	68%	67%	53%	82%	62%	
Base: pais/responsáveis cujas crianças de 0 a 3 anos frequentam educação infantil (498 casos).								
Frequentam e pais sempre participam presencialmente	32%	31%	28%	22%	16%			
Frequentam e pais sempre acompanham atividades	47%	42%	33%	27%	20%			

Base: total das crianças (1.167 casos).

Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

responsáveis que “sempre” acompanham suas atividades em cada grupo analisado; e, da mesma forma, entre todas as crianças representadas na pesquisa, qual proporção frequenta a educação infantil e possui cuidadores que participam presencialmente “sempre que a creche convida”.

Em uma rodada geral de comentários, os debatedores levantaram alguns fatores que interferem na proximidade entre pais e escola: a indisponibilidade de tempo, o baixo acolhimento das famílias, a falta de esclarecimento dos pais e uma gestão de creche equivocada.

“Esse dado de acompanhamento apenas quando há algum problema com a criança, por exemplo, aponta o desconhecimento das oportunidades de participação nesse espaço. Por parte dos pais, há culturalmente um não entendimento da possibilidade de intervir junto à

creche, de questionar, de saber coisas”, ponderou Juliana.

“Uma boa creche deveria convocar os pais e formar uma cultura de participação na vida escolar das crianças desde cedo. É difícil para os pais, mas é uma medida que deveria, inclusive, ser recomendada como política pública”, defendeu Becker.

Conforme assinalou o médico, as redes de pais podem ser úteis em muitos sentidos: troca de experiências, capacitação para a parentalidade, informações sobre desenvolvimento, discussões sobre higiene e saúde, rede de apoio etc., além da função de acompanhamento da evolução da criança na creche. “Essa é uma cultura que precisa ser fomentada e é papel da política pública fazer isso”, acrescentou.



FERNANDO MARTINS

estímulos

Conversar, cantar, passear e ler

Com 60 anos dedicados a estudar como o ser humano aprende, o biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) demonstrou que a construção do conhecimento está fundada na interação do indivíduo com outras pessoas e o seu meio. Na visão de Piaget, referendada pelos estudos recentes da neurociência, a interação é tida como condição do desenvolvimento cognitivo e, por extensão, da aprendizagem.

A pesquisa Primeiríssima Infância - Interações investigou como agem os adultos quanto a formas de interação com a criança que são fontes de estímulo conhecidas no desenvolvimento infantil: conversar, cantar, passear, ler e brincar. Este capítulo apresenta os achados da pesquisa sobre estes tópicos, exceto o brincar, que será tratado em separado no capítulo V.

CONVERSAR E CANTAR

Como já se sabe, um bebê é capaz de distinguir a voz da mãe em conversas e cantos logo quando nasce, como resposta aos estímulos que recebeu ainda no útero. Da mesma maneira, pode reconhecer o som de uma música e até do idioma materno, diferenciando-o de uma língua estrangeira.

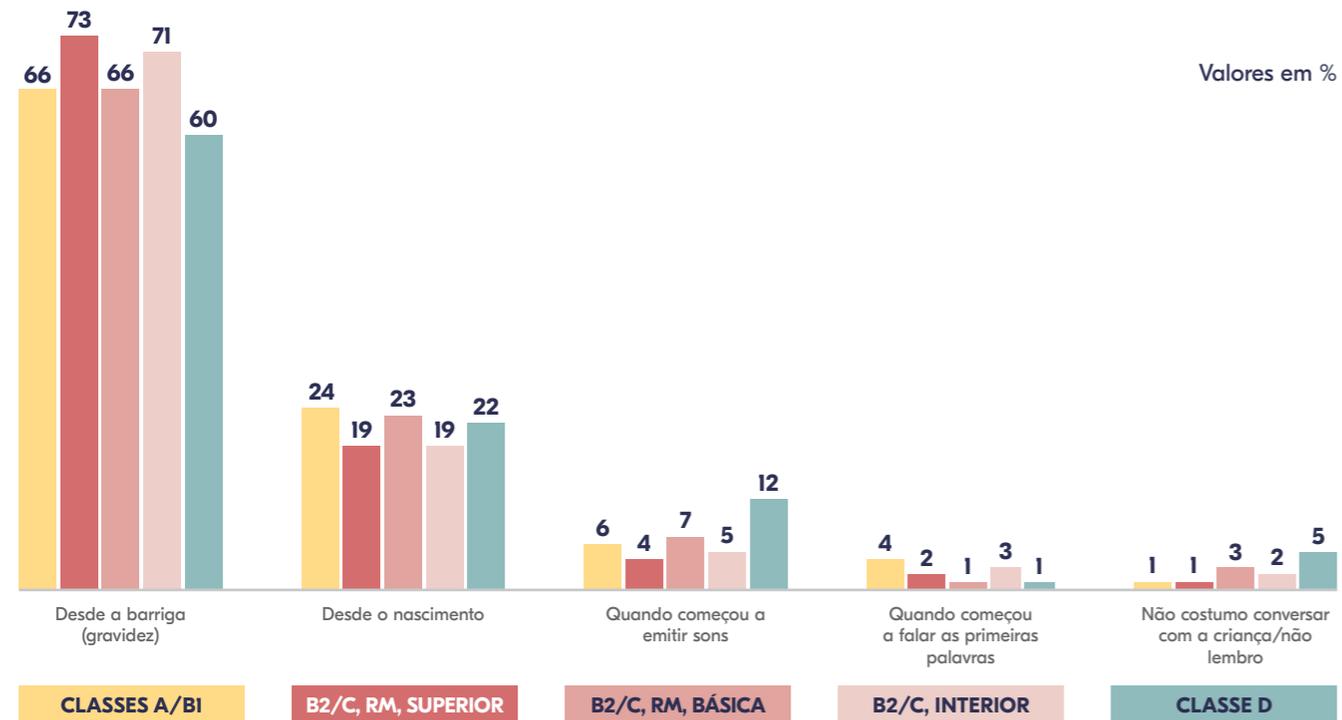
Mães e pais conversavam com a criança “frequentemente” quando ela ainda estava na barriga

Conversar e cantar para a criança pequena são formas de interação poderosas para estimular a linguagem, com efeito sobre o aprendizado dos sons e da pronúncia e sobre a aquisição de vocabulário. Ainda que a criança não compreenda o sentido das palavras, ela vai pouco a pouco construindo associações e significados para esta comunicação.

Na pesquisa, a maioria dos entrevistados declarou conversar com a criança desde a gravidez, seguida daqueles que usaram desta prática desde o momento do nascimento. A figura 18 representa o comportamento dos adultos responsáveis quanto a esta forma de interação nos

FIGURA 18 – CONVERSA COM A CRIANÇA DESDE...

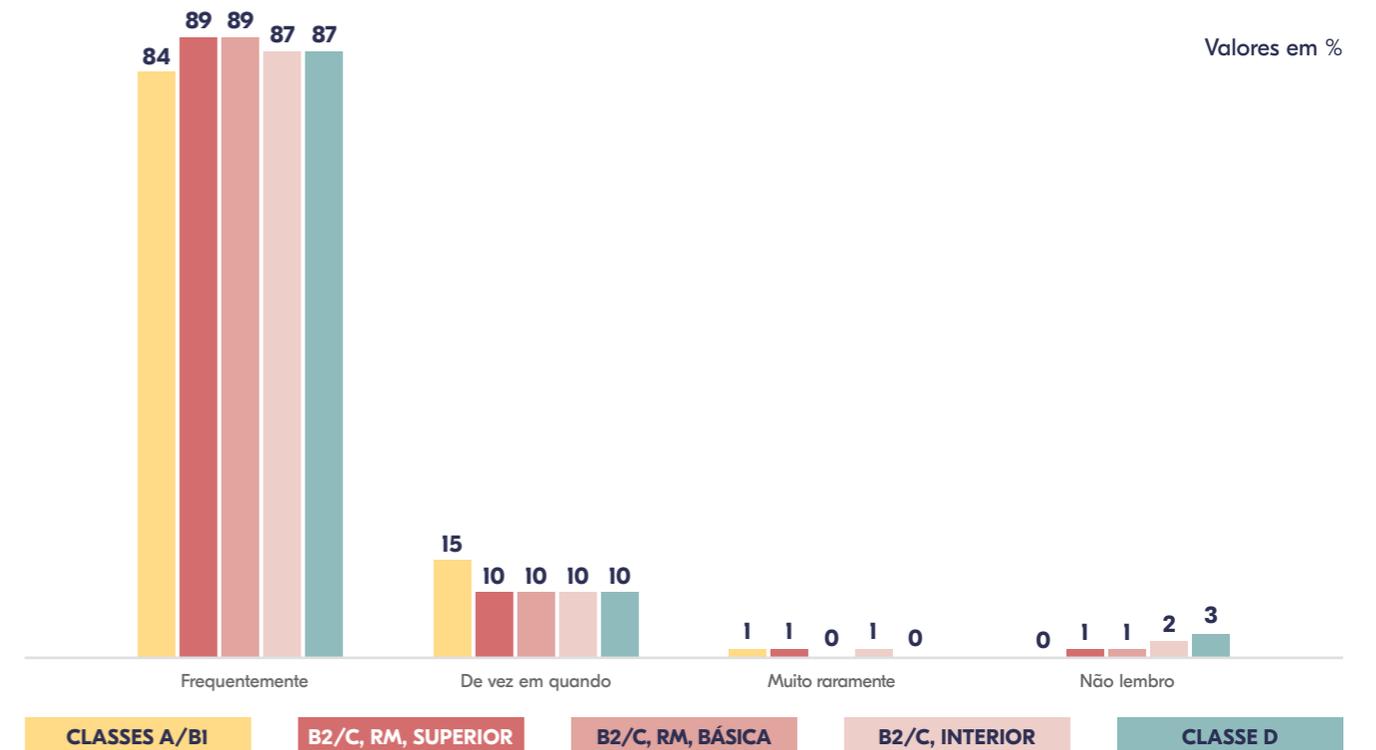
Agora pensando na conversa com a criança, desde quando você faz isso? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 19 – FREQUÊNCIA COM QUE A MÃE/PAI CONVERSAVA COM O BEBÊ NA BARRIGA

E com que frequência a mãe e/ou o pai conversavam com o bebê dentro da barriga? (Resposta única)
Base: somente quem conversou desde a barriga (678 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

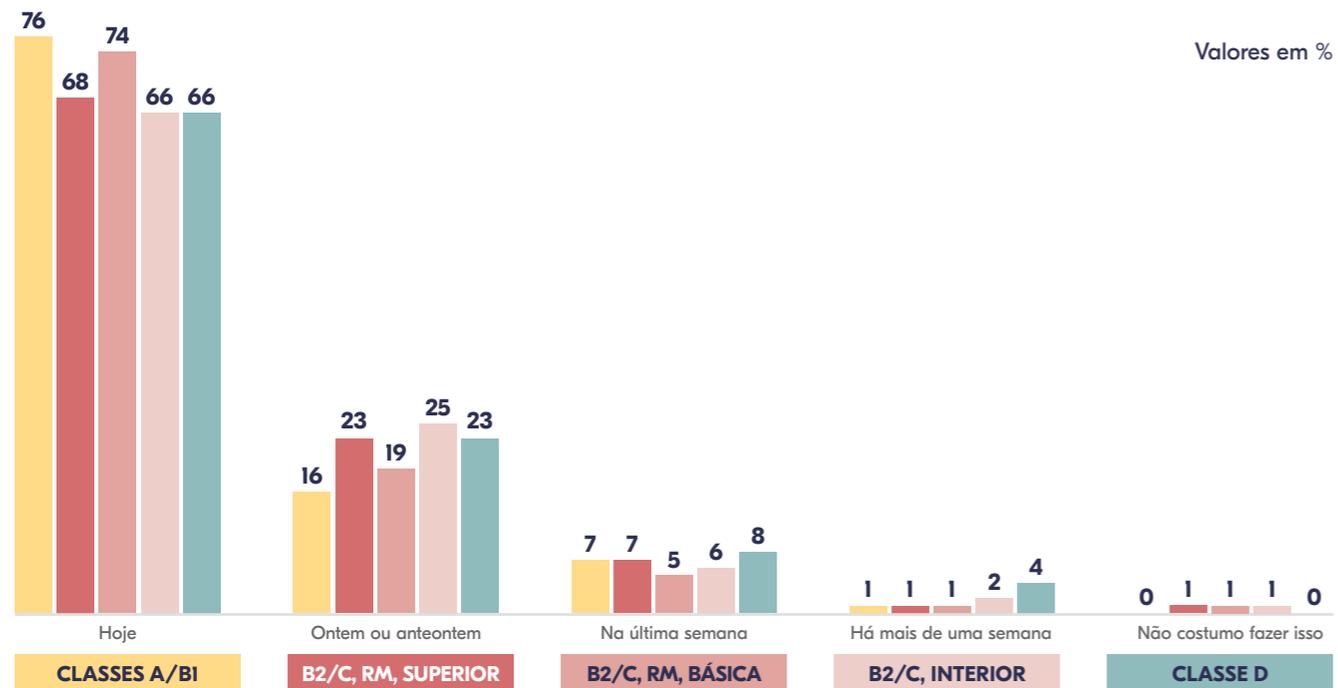
cinco segmentos sociodemográficos estudados.

A figura 19, por sua vez, traz o recorte das mães e/ou pais que conversavam com a criança quando ela ainda estava na barriga, mostrando a frequência com que faziam isso. É consistente a escolha da opção “frequentemente” entre os grupos.

A fim de aferir a frequência com que os adultos conversavam com as crianças com idade entre 1 e 3 anos, o estudo direcionou a eles uma questão específica (figura 20). O gráfico a seguir informa, em cada segmento sociodemográfico estudado, o percentual de adultos responsá-

FIGURA 20 — ÚLTIMA VEZ QUE CONVERSOU COM A CRIANÇA

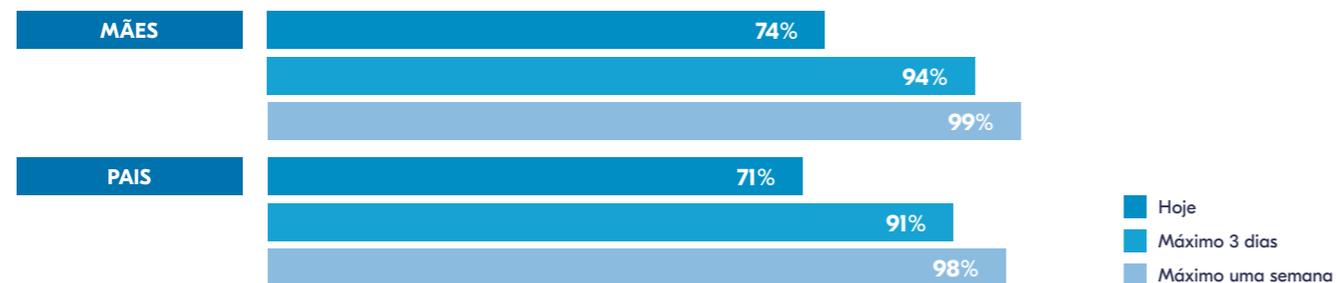
Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [conversou] com a criança____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 21 — ÚLTIMA VEZ QUE CONVERSOU COM A CRIANÇA – MÃES E PAIS

Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [conversou] com a criança____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

veis interagindo com as crianças por meio de conversa no curso dos dias. A figura 21 particulariza a situação para o recorte mães/pais.

Os hábitos de interação dos adultos com as crianças por meio do cantar estão representados na figura 22. Embora cantar seja uma prática bastante popular e tradicional, o estudo indicou que as crianças ligadas ao segmento da classe D que residem em capitais são menos expostas a este tipo de estímulo do que as demais.

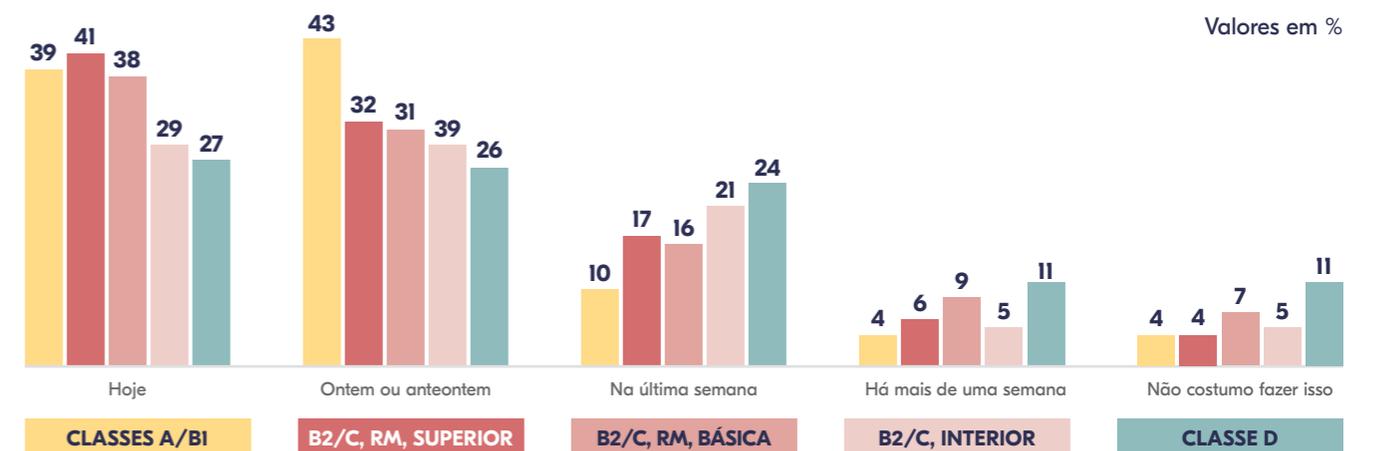
Do ponto de vista dos progenitores, tomando-se os cinco segmentos sociodemográficos analisados, as mães cantam para seus filhos com maior frequência do que os pais, tendo feito isso pela última vez “hoje” em 44% dos casos ante 31% dos pais.

INTERAGIR É PRECISO

Cantar para a criança traz uma série de benefícios ao seu desenvolvimento, além dos já mencionados em relação à linguagem.

FIGURA 22 — ÚLTIMA VEZ QUE CANTOU PARA A CRIANÇA OU COM ELA

Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [cantou] com a criança____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“O problema é que a gente cria um monte de estrutura que nem sempre funciona.”

Tânia Savaget

Por exemplo, cantar carrega um componente afetivo que fortalece os vínculos; pode operar como um forte marcador de rotinas de cuidado como dormir, comer e se banhar, ensinando de um jeito lúdico uma previsibilidade cotidiana que promove confiança aos pequenos; e possibilita a transmissão cultural, sobretudo quando envolve cantigas populares.

“Parece que a gente vive um momento em que perdeu hábitos que eram absolutamente espontâneos na relação com as crianças, como cantar, estar junto e conversar. Porque tudo parece que precisa ser mais estruturado – e precisa de um livro, e tem hora certa, e tem aplicativo”, interpretou a comunicadora Tânia Savaget, ao analisar os comportamentos de interação aferidos na pesquisa. “O problema é que a gente cria um monte de estrutura que nem sempre funciona.”

O pediatra Daniel Becker fez coro com Tânia, defendendo a valorização de oportunidades de desenvolvimento que aparecem em momentos espontâneos nas relações entre pais, filhos e familiares. “Uma avó que canta para o neto ou o chama para cozinhar, participar das tarefas da casa, são todas ótimas formas de interagir”, exemplificou o médico.

Becker disse ser importante estimular o potencial das famílias em trabalhar o desenvolvimento das crianças, porém de um modo mais orgânico e fluido. “Pode-se fazer isso com conhecimento e informação, mas combatendo o que a colega Juliana classificou muito bem como uma cultura de produtividade na infância”, salientou ele.

O comentário fez menção ao raciocínio exposto no capítulo III (ver pág. 57) pela psicóloga Juliana Prates Santana.

Como contribuição ao debate sobre a espontaneidade das interações, Juliana observou o quanto as pessoas se esquecem de que a presença cuidadosa e amorosa do adulto com a criança é, em si, o mais positivo – e, junto disso, de que é importante que os adultos se relacionem com a criança pressupondo que essas oportunidades de interação são momentos de aprendizagem.



ANA PAULA PAIVA ANDRADE

EM RITMO DE PASSEIO

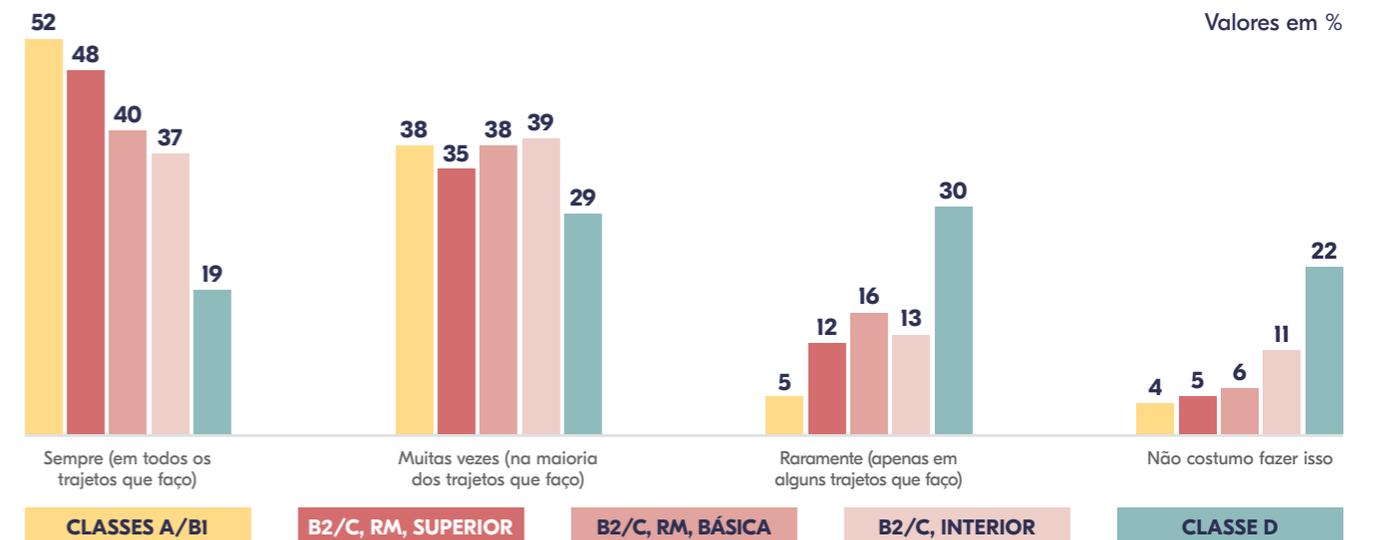
Em linha com a ideia de estimular o desenvolvimento sem precisar de grandes produções, o levantamento investigou a frequência com que os adultos responsáveis costumavam aproveitar os deslocamentos pela cidade como oportunidade para mostrar a paisagem, conversar e brincar com as crianças de 0 a 3 anos (figura 23).

Como resposta, verificou-se maior presença de interação durante os passeios no segmento A/B1 e no grupo B2/C das pessoas que vivem em Regiões Metropolitanas e têm escolaridade em nível superior. E, de modo geral, as mães aproveitam os passeios para interagir com os filhos com maior frequência do que os pais.

Especificamente para a faixa de 1 a 3 anos, as respostas à indaga-

FIGURA 23 – FREQUÊNCIA COM QUE APROVEITA TRAJETOS PELA CIDADE PARA MOSTRAR A PAISAGEM, CONVERSAR E BRINCAR

E com que frequência você costuma aproveitar trajetos pela cidade como uma oportunidade para mostrar a paisagem, conversar e brincar? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 0 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).

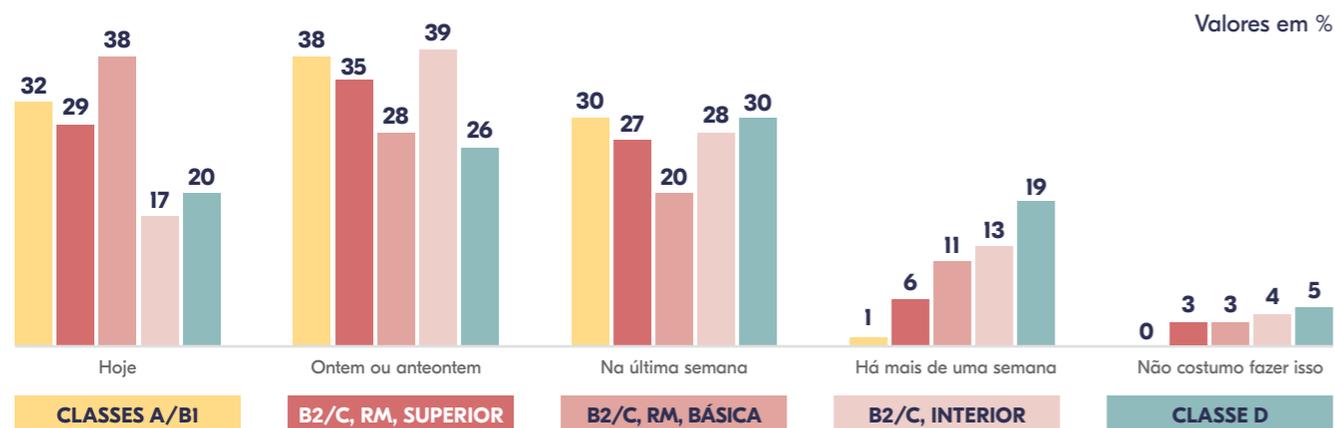


Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 24 – ÚLTIMA VEZ QUE PASSEOU COM A CRIANÇA

Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [levou para passear] com a criança _____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)

Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

ção quanto à última vez que o adulto responsável levou a criança para passear podem ser conferidas na figura 24.

Pensar sobre a atividade de levar a criança para passear traz à tona o debate do direito à cidade e da necessidade de o poder público garantir condições estruturais e de segurança que possibilitem a exploração da cidade pelas crianças e suas famílias. “Quantas cidades brasileiras são acessíveis para as crianças? E, dentro das cidades, quais são os espaços efetivamente seguros e atraentes para a circulação de crianças e famílias?”, questionou Juliana.

O PODER DA LEITURA

É extensa a literatura científica que mostra a forte associação que existe entre a prática de o adulto ler livros para a criança na primeira infância e suas habilidades futuras de leitura e cognição.

Crianças na primeira infância para as quais se lê com frequência

ingressam na escola com vocabulário aumentado e habilidades de compreensão mais avançadas, alfabetizam-se mais facilmente – inclusive alfabetização matemática – e constroem uma base mais sólida para a obtenção de habilidades em fases subsequentes da vida.

Além disso, ler para a criança desde cedo fortalece o vínculo do seu cuidador com ela, o que favorece seu desenvolvimento integral; aumenta sua capacidade de concentração e disciplina; estimula a imaginação e a criatividade; e atua em sua formação como um leitor autônomo.

“O livro tem uma força própria no desenvolvimento infantil”, observou o médico Daniel Becker. “Para o bebê, especialmente, ele traz uma materialidade e a dimensão visual para a história. O bebê pode acompanhar a história por meio das imagens, fazendo a correlação da narrativa verbal com a visual, e isso contribui de forma importante para desenvolver a linguagem”, sintetizou.

Ao lerem para os filhos, observou Becker, os pais fazem do livro um objeto atraente, que pode ser tocado e que desperta memórias afetivas. “Mais tarde, isso vai aproximar a criança da leitura, porque ela terá familiaridade com aquele objeto, com aquele ritual de passar as páginas e ler. E vai se lembrar disso sempre sendo feito com carinho pelos pais.”

Sob este pano de fundo, a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações averiguou a frequência com que os adultos de referência costumavam ler para as crianças de 0 a 3 anos (figura 25). Particularmente para a faixa de 1 a 3 anos, quis também saber quando foi a última vez que esses cuidadores leram ou olharam figuras de livro com elas (figura 26).

Os dados coletados demonstraram predominância de respostas para a frequência de leitura “alguns dias da semana” em todos os segmentos sociodemográficos estudados, exceto na classe D, cuja resposta mais comum foi “não costumo ler para a criança”.

Em relação à última leitura realizada com crianças de 1 a 3 anos (figura 26), foram significativas as referências a “hoje” e “ontem ou an-

Ler para a criança desde cedo fortalece o vínculo do seu cuidador com ela, o que favorece seu desenvolvimento integral; aumenta sua capacidade de concentração e disciplina; estimula a imaginação e a criatividade; e atua em sua formação como um leitor autônomo



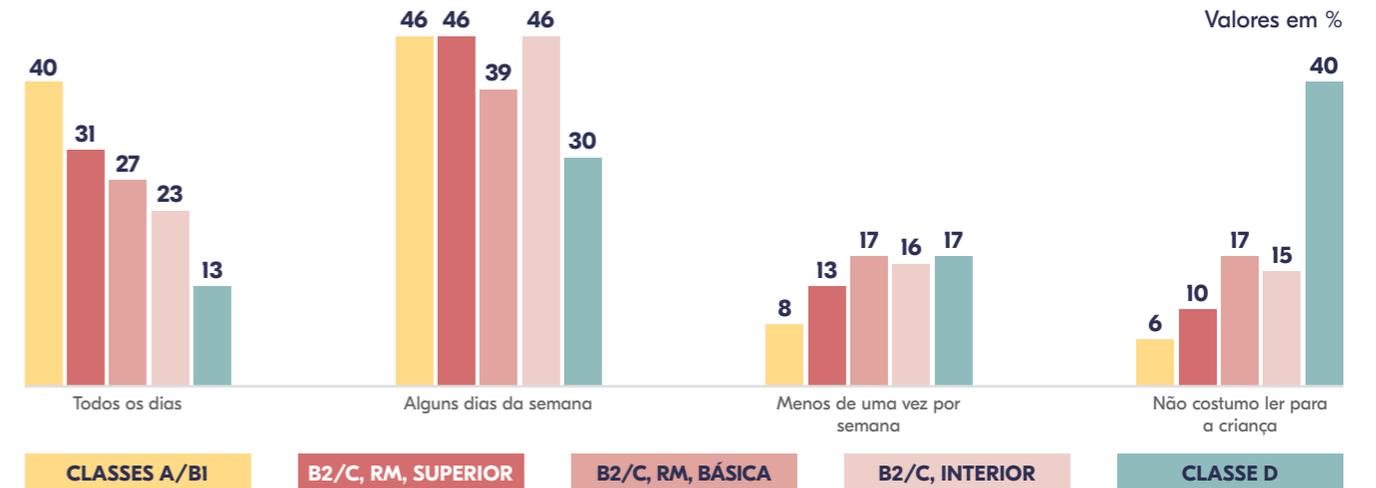


LALO DE ALMEIDA

FIGURA 25 – FREQUÊNCIA COM QUE COSTUMA LER PARA A CRIANÇA

Com que frequência você costuma ler para a(s) criança(s)? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 0 a 3 anos sob a atenção do respondente)

Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

teontem”, informações que aparecem consolidadas na figura 27 como “máximo 3 dias”. A exceção ficou novamente para a classe D, cuja predominância de respostas para a última leitura realizada foi “na última semana”, enquanto em 22% dos casos indicaram ausência do costume de ler para a criança ou mostrar figuras de livros para ela (figura 26).

De modo geral, mães declararam ler com maior frequência para os filhos do que os pais (32% ante 27% para a opção “todos os dias”), tendência que se confirmou em relação à última leitura realizada (29% ante 23% para a opção “hoje”, respectivamente, conforme a figura 28).

OFERTA HETEROGÊNEA DE ESTÍMULOS

Para a psicóloga Juliana Prates Santana, os dados da pesquisa evidenciam a ausência de condições materiais para que a prática da leitura aconteça entre a população de baixa renda, além da falta de uma atmosfera mais favorável. “Para que uma criança – e uma sociedade

– seja estimulada a ler, é preciso que haja livros de todos os tipos à disposição e que este seja um hábito incentivado no ambiente familiar, escolar e social”, situou a especialista.

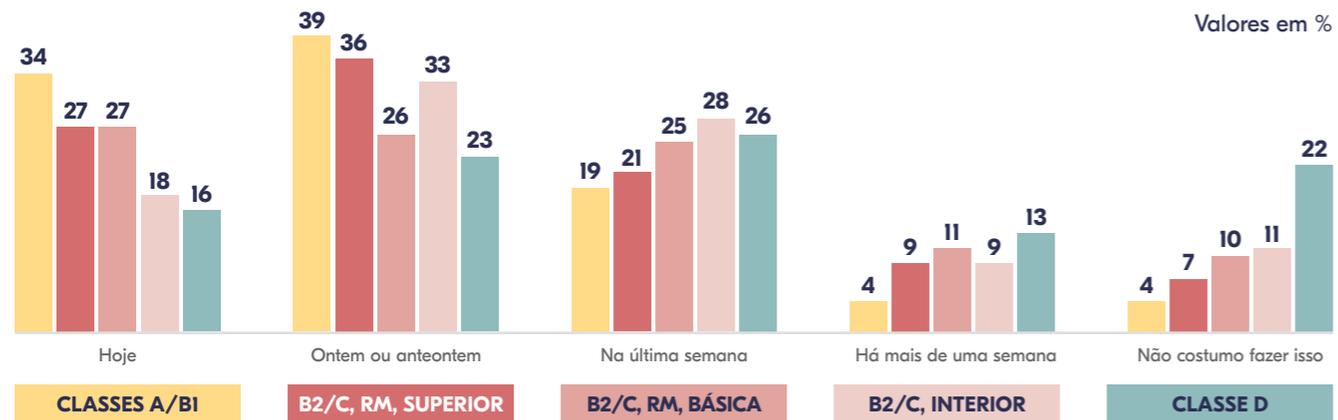
Ela reforçou a relevância do suporte livro para que a criança pequena adquira um expediente próprio da leitura, que começa pela observação/imitação dos gestos do adulto leitor e continua pelo aprendizado da forma de correr as páginas, o entendimento da orientação da leitura (da esquerda para a direita) e a compreensão do texto a partir das gravuras.

Todavia, Juliana ponderou que, embora a prática da leitura mediada pelo adulto seja indiscutivelmente benéfica ao desenvolvimento infantil, a oferta heterogênea desses estímulos iniciais – assim como de outros, que se enquadram na mesma situação – pode criar desigualdades incommensuráveis entre as crianças.

“Se você considerar que ter ou não ter livro à disposição interfere de forma significativa no repertório linguístico de uma pessoa, pode

FIGURA 26 – ÚLTIMA VEZ QUE LEU PARA A CRIANÇA OU OLHOU FIGURAS DE LIVROS COM ELA

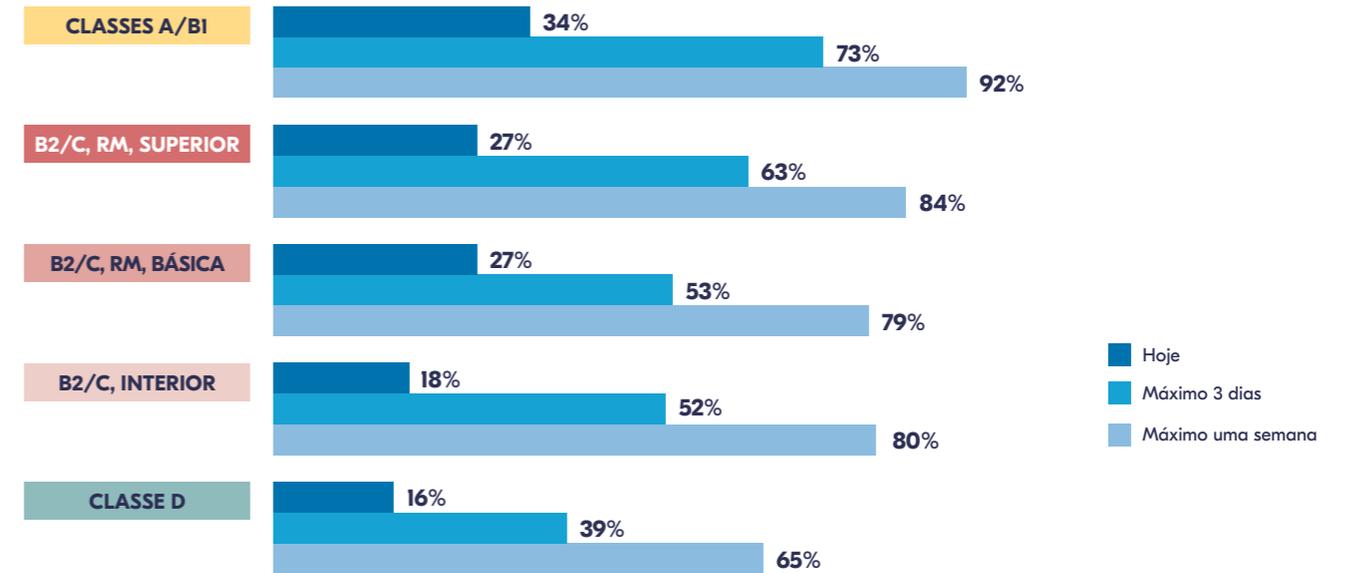
Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [leu ou olhou figuras de livros] com a criança _____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 27 – ÚLTIMA VEZ QUE LEU PARA A CRIANÇA OU OLHOU FIGURAS DE LIVROS COM ELA

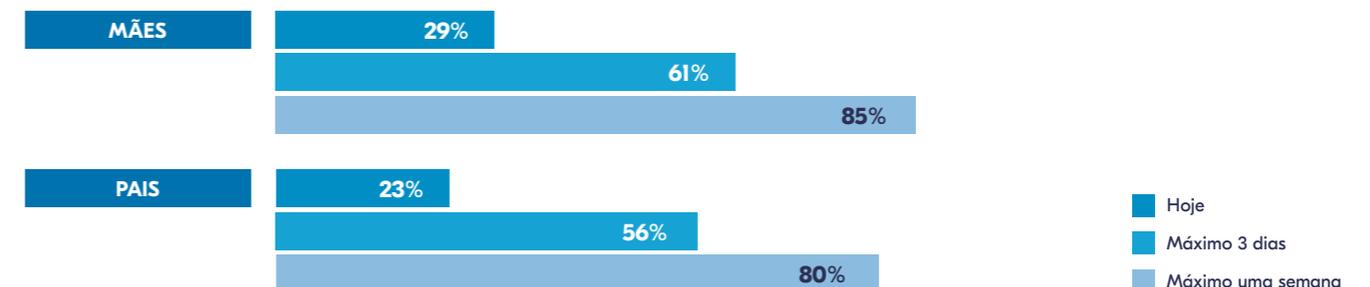
Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [leu ou olhou figuras de livros] com a criança _____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 28 – ÚLTIMA VEZ QUE LEU PARA A CRIANÇA OU OLHOU FIGURAS COM ELA – MÃES E PAIS

Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [leu ou olhou figuras de livros] com a criança _____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“Se você considerar que ter ou não ter livro à disposição interfere de forma significativa no repertório linguístico de uma pessoa, pode compreender por que é tão injusto pensar em meritocracia em um país tão desigual como o Brasil.”

Juliana Prates Santana

compreender por que é tão injusto pensar em meritocracia em um país tão desigual como o Brasil”, asseverou a psicóloga. “O sucesso ou fracasso escolar acaba sendo construído desde as primeiras experiências ou desde as primeiras ausências de experiências.”

Neste sentido, tanto ela quanto Daniel Becker defenderam medidas de amplo apoio, por parte da gestão pública e de movimentos da sociedade civil, a bibliotecas públicas e comunitárias, como também às bibliotecas móveis, que poderiam circular entre as comunidades pobres para emprestar livros. Foi citada, ainda, a necessidade de formação leitora para professoras e de políticas de isenção de taxas para baratear livros.

A NÃO INTERAÇÃO

Uma parcela de 12% dos respondentes da pesquisa afirmou que não conseguiu realizar recentemente atividades como conversar, cantar, ler ou brincar com as crianças. Quando eles foram convidados a comentar sobre as razões de não ter interagido dessa maneira com a criança, a falta de tempo correspondeu à grande parte dos motivos evocados em todos os segmentos estudados, especialmente no grupo das classes A/B1, que associou a falta de tempo em 64% dos casos ao trabalho fora de casa.

Entre os progenitores, as mães alegaram falta de tempo sobretudo por conta do trabalho e dos afazeres domésticos (30% e 22%, respectivamente), enquanto os pais mencionaram a atividade profissional e também o fato de não terem o hábito de realizar as formas de interação citadas (32% e 20%, respectivamente).

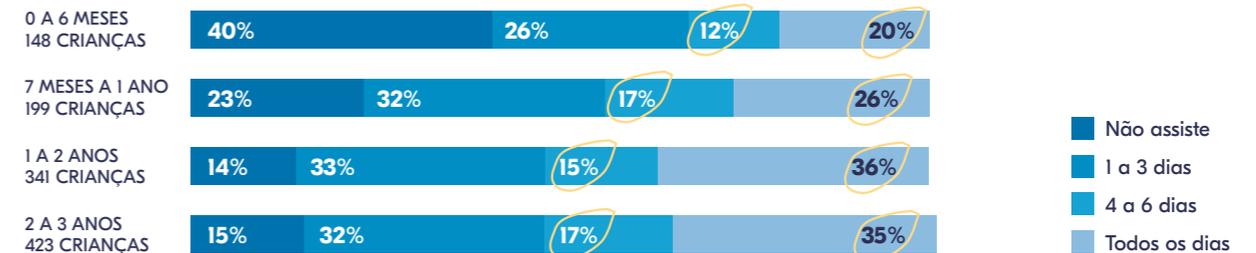
“É importante notar que a interação com as crianças não precisa ocorrer de modo exclusivo. Os cuidadores podem interagir com elas enquanto arrumam a casa, por exemplo. Se os adultos percebem essa oportunidade, podem aumentar as interações”, disse Juliana.

O assunto da não interação puxa o último tema deste capítulo, que é a exposição das crianças às telas. Das 1.167 crianças de 0 a 3

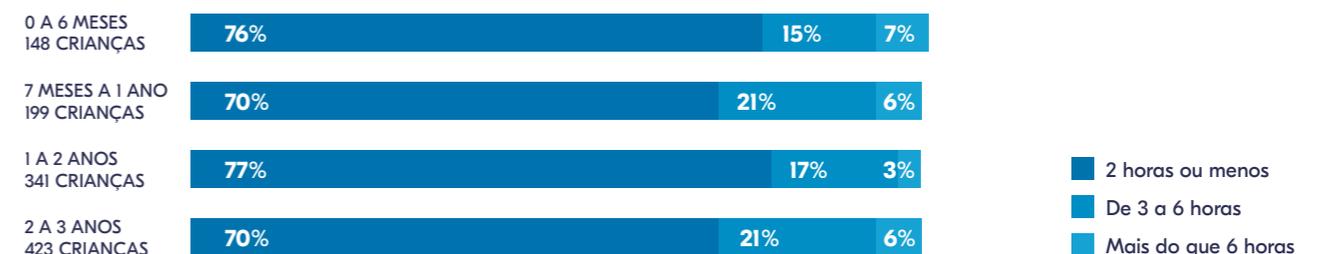
FIGURA 29 — TEMPO DEDICADO A PROGRAMAS/VÍDEOS CONFORME A IDADE

A criança assiste programas ou vê vídeos na TV/smartphone/tablet? Quantos dias por semana? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 0 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Por quanto tempo ela assiste por dia, mais ou menos? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 0 a 3 anos que assiste programas ou vídeos)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos) e total de crianças de 0 a 3 anos que assistem programas ou vídeos (916 casos).

Dias por semana que assiste programas ou vê vídeos na TV/smartphone/tablet



Horas por dia que assiste programas ou vê vídeos na TV/smartphone/tablet



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância — Interações. Elaboração: Kantar.

anos que estavam sob os cuidados dos respondentes da pesquisa, 33% assistiam programas ou vídeos na TV, smartphone ou tablet todos os dias, índice que chegou a 36% na faixa etária de 1 a 2 anos.

No caso dos bebês de até 1 ano, cerca de 30% das crianças eram expostas aos programas ou vídeos pelo menos quatro vezes por semana, proporção que cresceu conforme a idade da criança (figura 29).

O estudo pesquisou, ainda, a quantidade de horas por dia que as crianças passavam se entretendo diante das telas. O período de duas horas ou menos predominou nas diferentes faixas etárias.



A análise por segmentos sociodemográficos, porém, indicou algumas particularidades, conforme relataram os adultos responsáveis:

- 20% das crianças de 0 a 3 anos envolvidas na pesquisa (1.167 casos) não assistiam TV, smartphone ou vídeo na data de realização do estudo. Dentro dos cinco segmentos, este percentual variou da seguinte maneira: A/B1, 23%; B2/C, RM, Superior, 17%; B2/C, RM, Básica, 17%; B2/C, Interior, 20%; e D, 24%.
- 33% assistiam programas ou vídeos nesses mesmos suportes de mídia todos os dias, mas, neste caso, as variações foram maio-

res: A/B1, 26%; B2/C, RM, Superior, 27%; B2/C, RM, Básica, 33%; B2/C, Interior, 40%; e D, 47%.

- Entre as crianças que assistiam programas ou vídeos (916 casos), 74% o faziam por duas horas ou menos por dia, sendo: A/B1, 73%; B2/C, RM, Superior, 79%; B2/C, RM, Básica, 75%; B2/C, Interior, 75%; e D, 63%.

- 5% assistiam programas ou vídeos mais do que seis horas por dia, com as seguintes variações: A/B1, 3%; B2/C, RM, Superior, 3%; B2/C, RM, Básica, 4%; B2/C, Interior, 5%; e D, 10%.

No fim de 2019, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) reeditou o seu manual de orientação #Menos Telas #Mais Saúde. O documento recomenda que se evite a exposição de crianças de menos de 2 anos às telas e que se limite o chamado “tempo de tela” ao máximo de uma hora por dia para crianças com idades entre 2 e 5 anos, podendo chegar a duas horas para crianças de 6 anos, sempre com a supervisão de um adulto.

O manual alerta para o fato de crianças em idades cada vez mais precoces terem acesso aos celulares/smartphones, notebooks e computadores pessoais usados pelos familiares em casa, ou mesmo em creches, escolas, restaurantes ou meios de transporte com o objetivo de fazer com que a criança fique quieta. “Isto é denominado distração passiva, resultado da pressão pelo consumismo dos brinquedos e vídeos nas telas e da publicidade das indústrias de entretenimento, o que é muito diferente do brincar ativamente, um direito universal e temporal de todas as crianças e adolescentes, em fase do desenvolvimento cerebral e mental”, publicou a SBP.

Em posicionamento oficial, técnicos da SBP afirmaram que nenhuma tela substitui o afeto humano. “O olhar, a expressão facial, todo esse contato com a família é vital para a criança pequena. Uma fonte instintiva de estímulos e cuidados que não pode ser trocada por telas e tecnologias.”

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) recomenda que se evite a exposição de crianças de menos de 2 anos às telas e que se limite o chamado “tempo de tela” ao máximo de uma hora por dia para crianças com idades entre 2 e 5 anos

brincadeiras

Interações genuínas e essenciais para o desenvolvimento

“A brincadeira é importante para a criança porque é a coisa que a criança faz”, sintetizou a psicóloga Juliana Prates Santana no debate que discutiu o bloco de resultados sobre o brincar na pesquisa Primeiríssima Infância – Interações.

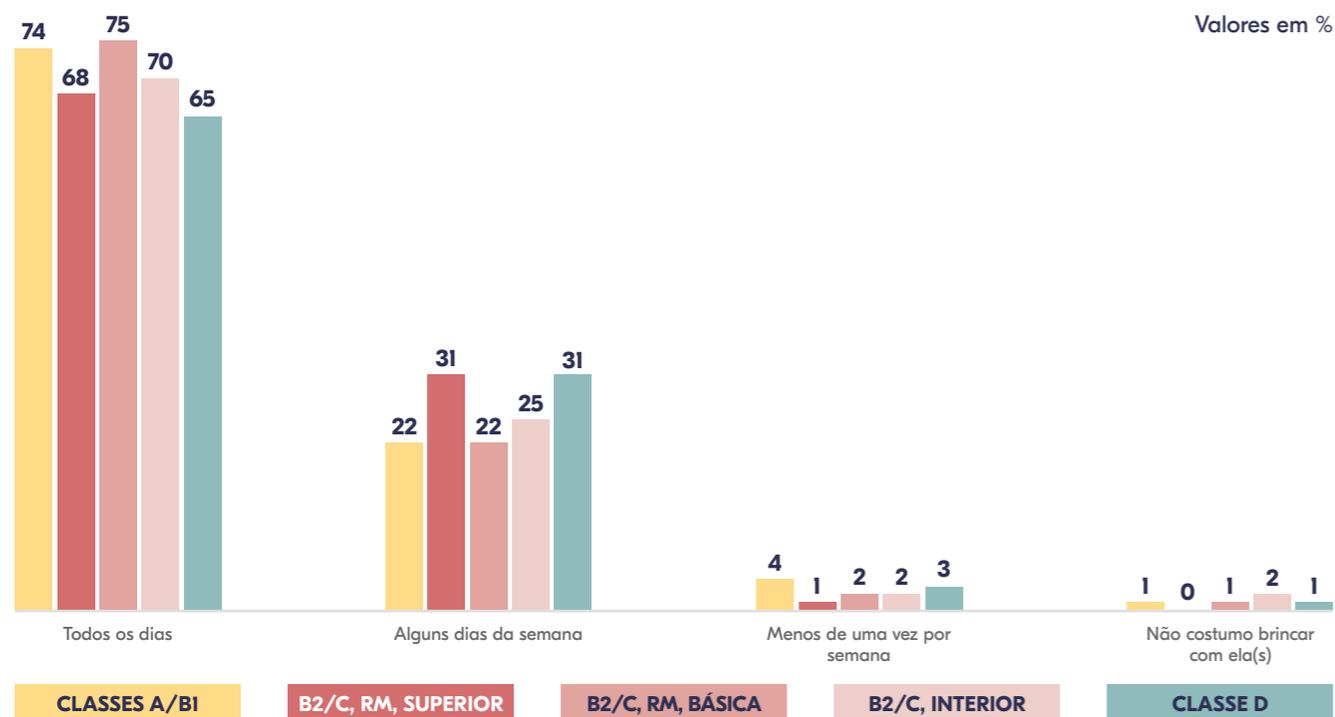
Independentemente dos resultados desenvolvimentais que o brincar tem – coordenação motora, raciocínio lógico, criatividade, socialização etc. –, este é naturalmente o comportamento infantil, situou a especialista. “E é esse comportamento, com as características que ele tem de experimentação, de ausência de pressão, de ausência de punição pelo erro, que possibilita um aprendizado muito mais fluido”, explicou.

Na pesquisa Primeiríssima Infância – Interações, a prática do brincar despontou na rotina da grande maioria dos respondentes, que indicaram que o fazem “todos os dias” ou “alguns dias da semana” (figura 30).

Entre os cinco segmentos sociodemográficos estudados, o grupo B2/C com escolaridade em nível superior e que vive em Regiões Metropolitanas (RM) e o grupo da classe D residente em capitais demonstraram assiduidade um pouco menor nesta prática do que os demais,

FIGURA 30 — FREQUÊNCIA COM QUE BRINCA COM A CRIANÇA

Com que frequência você costuma brincar com a(s) criança(s)? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

o que levantou suposições quanto à disponibilidade para o brincar.

Para a classe B2/C RM Superior, discutiu-se a hipótese de falta de tempo, dado que é um grupo que conta com pouca ajuda de terceiros para a criação dos filhos e que, devido à escolaridade mais alta, pode-se supor que tenha maior acesso ao trabalho formal, fora de casa e com horários definidos. Para a classe D, a falta de tempo também surgiu como ponto crucial.

“As pessoas mais pobres precisam ‘fazer o corre’, que é como elas se referem à necessidade de correr atrás do sustento o tempo inteiro, do alimento etc.”, lembrou Juliana. “Elas podem até não possuir um em-

prego regular [com expediente a cumprir], mas muitas vezes não têm a disponibilidade psíquica para brincar com seus filhos quando chegam em casa porque estão cansadas, estão preocupadas”, acrescentou.

Quanto aos progenitores, a análise da frequência com que se brinca indicou que, em geral, as mães costumam brincar mais com os filhos todos os dias (77%) do que os pais (70%). Já em relação à idade da criança, mães, pais e outros adultos responsáveis indicaram que a frequência do brincar diminui à medida que a criança cresce (figura 31).

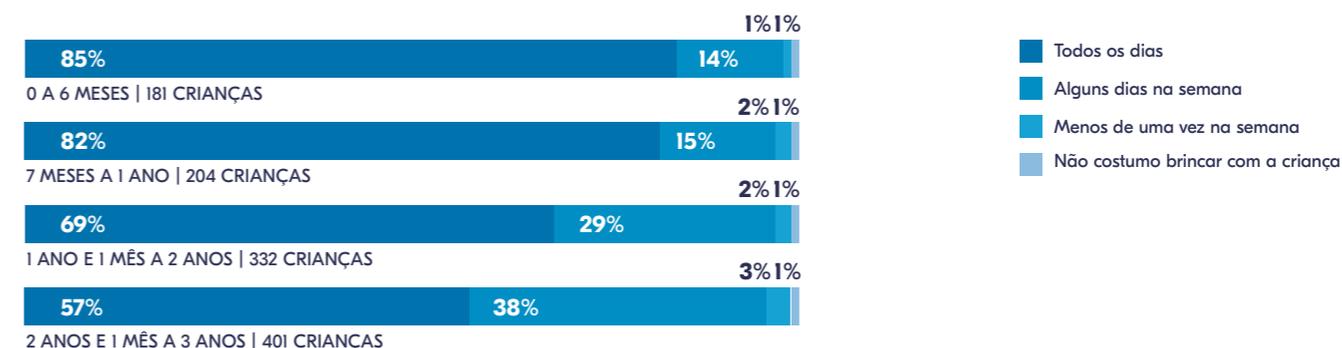
“O fato de o adulto diminuir a interação no brincar com o ganho de idade da criança talvez seja um sinal de que ela esteja brincando sozinha, o que seria positivo”, comentou o pediatra Daniel Becker ao analisar a pesquisa. A combinação dos momentos de brincar junto e brincar sozinho, em situações controladas que não ofereçam perigo, disse ele, traz benefícios para a criança em termos de autonomia, criatividade, imaginação e da própria capacidade de estar consigo mesma.

Para Juliana, a maior frequência do brincar junto no início da vida também representa uma forma de entretenimento, uma vez que o adulto precisa ficar muito próximo da criança nesse período. À me-

A combinação dos momentos de brincar junto e brincar sozinho traz benefícios para a criança em termos de autonomia, criatividade, imaginação e da capacidade de estar consigo mesma

FIGURA 31 — FREQUÊNCIA COM QUE BRINCA COM A CRIANÇA CONFORME A IDADE

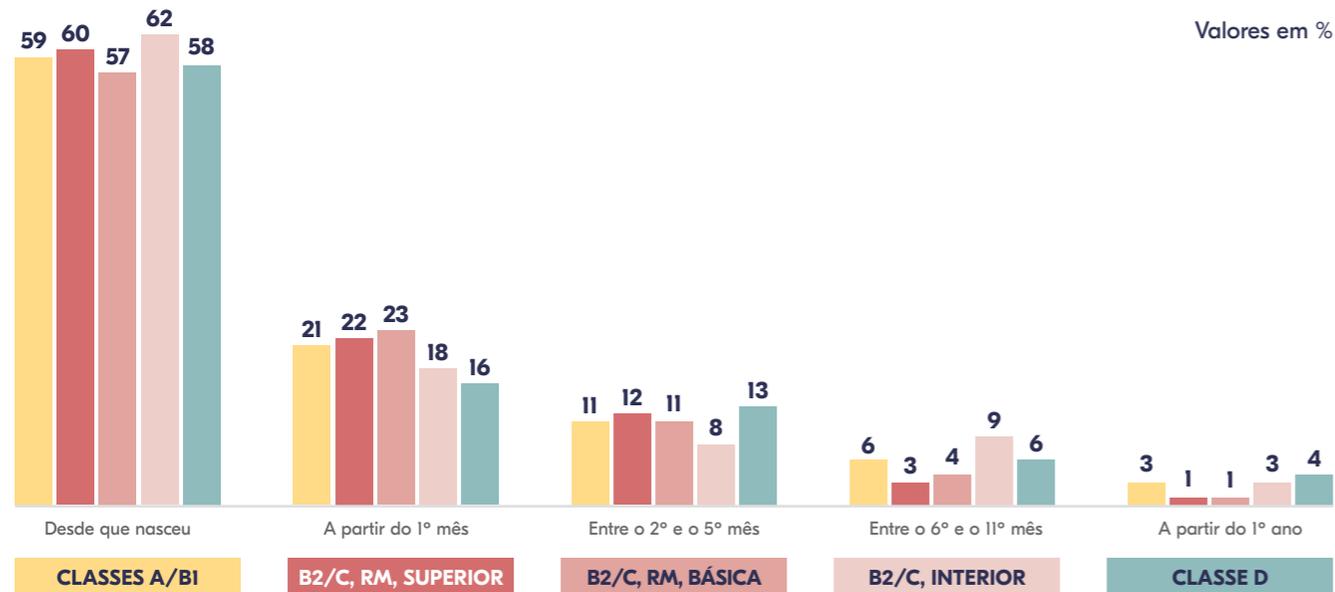
Com que frequência você costuma brincar com a(s) criança(s)? (Resposta única)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 32 – BRINCA COM A CRIANÇA DESDE...

E desde quando você costuma brincar com a(s) criança(s)? (Resposta única)
Base: respondentes que brincam com a(s) criança(s) (990 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

didática que a criança cresce, prosseguiu, há uma espécie de terceirização do brincar e ela passa a usar a infraestrutura criada em uma série de lugares que os pais frequentam, como a brinquedoteca do restaurante.

“Até os 2 anos de idade do bebê, é muito mais o adulto que escolhe a brincadeira. A partir daí, brincar implica deixar que a criança conduza – começa o jogo simbólico, um tipo de brincadeira que exige uma disponibilidade maior, por isso a participação do adulto vai diminuindo”, explanou. “Não dá para brincar de faz de conta se você não parar para isso, então é uma interação que vai demandando mais do adulto.”

HORA DE RELÓGIO

Quando os entrevistados foram indagados sobre desde quando costumam brincar com a criança, a maioria pendeu para a opção

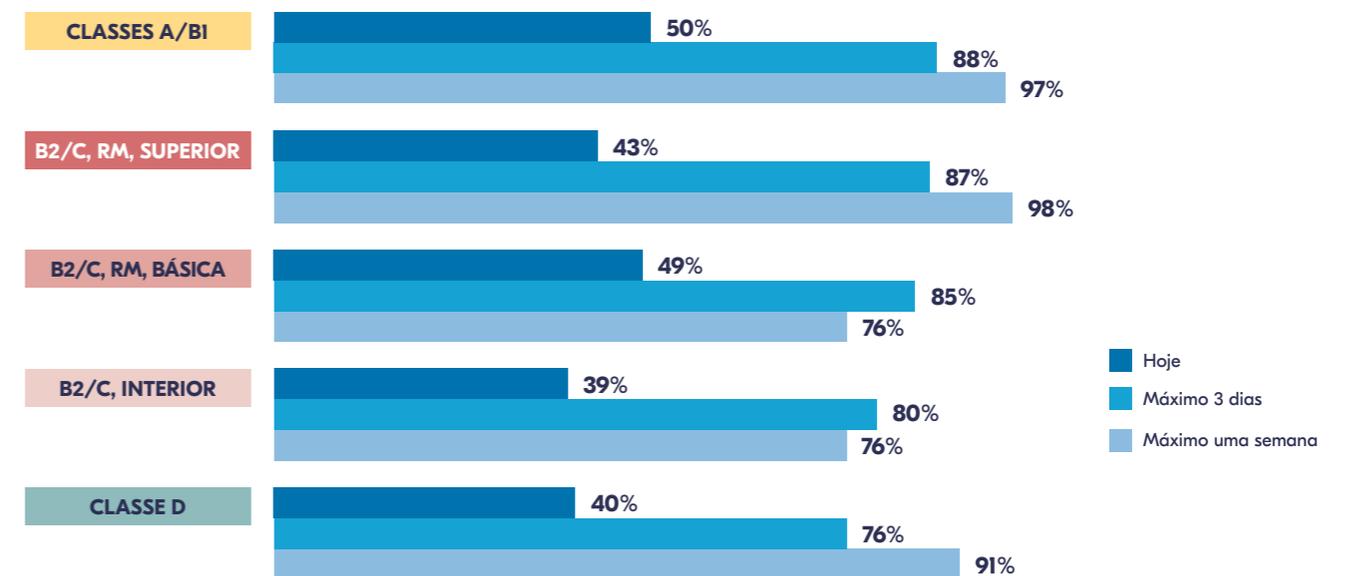
“desde que nasceu” (figura 32). E, entre o pai e a mãe, a proporção de mães que disseram brincar desde o nascimento foi maior que a de pais (64% e 60%, respectivamente).

No caso dos responsáveis por uma ou mais crianças de 1 a 3 anos de idade, quando se perguntou sobre a última vez que o adulto brincou ou jogou com elas, confirmaram-se, de modo consistente, as opções relativas a “hoje” ou a no máximo três dias (figura 33).

Os dados sobre a frequência do brincar geraram muitas reflexões entre os debatedores: sobre o entendimento que os adultos têm da brincadeira, seu real envolvimento, sentimento de autocobrança e culpa, pais que usam despertador para controlar o tempo de brincar, e também a influência que o pensamento politicamente correto pode

FIGURA 33 – ÚLTIMA VEZ QUE BRINCOU OU JOGOU COM A CRIANÇA

Agora gostaríamos que você pensasse na última vez que fez cada uma das atividades abaixo [brincou ou jogou] com a criança _____. Quando foi que cada uma delas aconteceu? (Resposta única em questão aplicada para cada criança de 1 a 3 anos sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (762 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“Esse é mais um paradoxo no desenvolvimento infantil: a gente sabe da importância do brincar, mas não tem o tempo e a disponibilidade que o brincar exige.”

Juliana Prates Santana

– mais uma vez – ter tido sobre as respostas “hoje”, “desde que nasceu” e “todos os dias” (figuras 30 a 33).

“Esse é mais um paradoxo no desenvolvimento infantil: a gente sabe da importância do brincar, mas não tem o tempo e a disponibilidade que o brincar exige. Acho que as pessoas afirmam ‘brinco todo dia’ quase como um descargo de consciência”, comentou Juliana. “As pessoas dizem: ‘eu não fico muito com meu filho, mas dou um tempo de qualidade’. Ocorre que, efetivamente, a gente sabe que o brincar da criança precisa de hora de relógio, porque o brincar da criança é longo.”

O FAVORITISMO DOS BRINQUEDOS DE LOJA

Além da participação dos adultos na brincadeira, a pesquisa aferiu os tipos de brinquedo utilizados pelas diferentes crianças sob seus cuidados (figura 34). Verificou-se tendência de comportamento similar nos cinco segmentos sociodemográficos da pesquisa, com percentuais maiores de crianças usando brinquedos de uma loja ou fabricados, seguidos por brinquedos caseiros (como bonecas, carros ou outros brinquedos feitos em casa), objetos domésticos (como bacias ou vasos) ou encontrados no ambiente externo (paus, pedras, folhas etc.) e, por fim, brinquedos eletrônicos (videogame, smartphone ou tablet).

No segmento A/B1, que reunia pessoas de diversas partes do Brasil, 83% das crianças costumavam brincar com brinquedos de uma loja ou brinquedos fabricados. Os brinquedos caseiros apareceram com mais expressão nos dois grupos das classes B2/C que viviam nas Regiões Metropolitanas – tanto o com escolaridade superior quanto aquele com escolaridade básica (49% em ambos).

O uso de objetos domésticos ou encontrados fora de casa teve maior adesão nas classes B2/C do Interior, sendo adotados por 40% das crianças. Por fim, o uso de brinquedos eletrônicos, bastante preterido nas respostas dos cinco segmentos, foi levemente superior entre as crianças das classes A/B1 e B2/C Interior (17% em ambas, ante 15% nos grupos B2/C com escolaridade superior e básica e 14% na classe D).

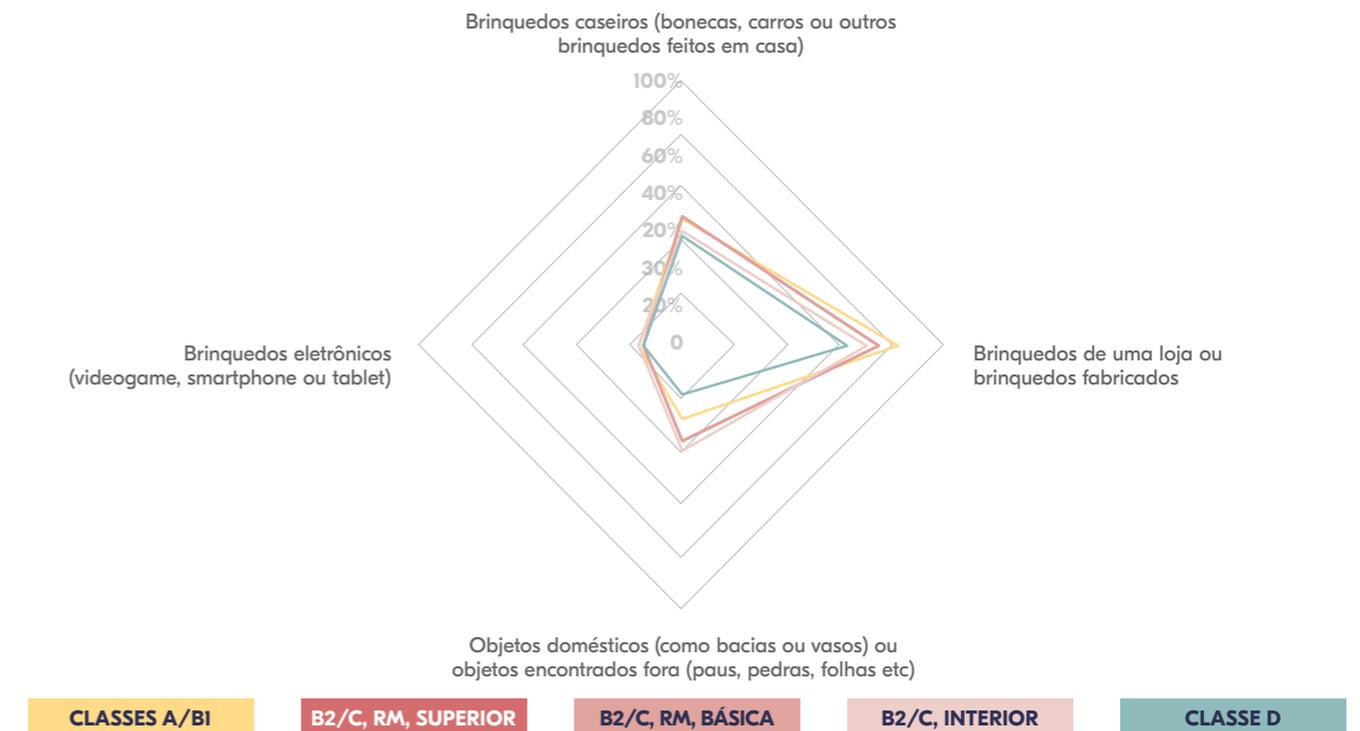
CRIATIVIDADE A BAIXO CUSTO

Para o pediatra Daniel Becker, a alta presença dos brinquedos de loja ou fabricados na vida das crianças – aqueles supostamente mais avançados e que se veem na TV – sugere o entendimento, por parte das pessoas, de que esses instrumentos seriam capazes de estimular mais do que outros.

“Isso é especialmente cruel no contexto de desigualdade que a gente vive, porque essa ideia é comprada sobretudo pelas pessoas que têm menor possibilidade financeira. Elas ficam desesperadas para dar aos filhos aqueles brinquedos especializados que piscam luzinhas, achando

FIGURA 34 – BRINQUEDOS UTILIZADOS

Com o que a(s) criança(s) costuma(m) brincar? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: total de crianças de 0 a 3 anos (1.167 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.



que são os melhores. E acabam gastando fortunas nisso”, notou Becker.

Na verdade, prosseguiu o médico, brincar com os objetos da casa dá à criança muito mais criatividade, porque ela é quem vai inventar a finalidade daquele objeto. “Enquanto o brinquedo pronto dirige a criança para fazer uma determinada função ou atividade – o quadrado eu tenho que encaixar no orifício quadrado, a bolinha no orifício redondo e assim por diante –, com uma caixa de sapato, uma bola de meia e uma colher de pau, ela vai inventar o que fazer. Há um componente criativo muito interessante aí”, explicou.

A comunicadora Tânia Savaget aprofundou a conversa ao lembrar como é comum que os adultos, de modo geral, digam que não se

consideram pessoas criativas. Neste sentido, a oportunidade de interagir por meio de um “brincar inventado” tem um brilho adicional porque traria benefícios tanto à criança quanto ao adulto.

“As crianças de hoje não experimentam mais nem dar laço em sapato. Na tal lógica da produtividade, os pais vão lá e põem um Velcro, pois assim ninguém perde tempo. Só que, aí, ninguém mais aprende a dar laço”, exemplificou. “Acho que estimular a criatividade de ambos – cuidadores e bebês – pela via da interação poderia ser uma coisa bem bonita”, acrescentou.

Na visão da economista Flávia Ávila, em um 2020 pandêmico, surgiram mais indícios de que o comportamento dos adultos em relação às brincadeiras pode estar se transformando. “A Covid-19 foi uma coisa ruim que aconteceu para todos, mas ela teve esse efeito de deixar os pais em casa com as crianças. E a gente vê que tem muitos brinquedos e brincadeiras sendo criados no cotidiano das famílias, permitindo que elas percebam que existem outras formas de estimular as crianças”, disse.

Juliana lamentou que este efeito da maior proximidade entre crianças e famílias por causa da pandemia não tenha se espalhado de forma linear na sociedade, uma vez que a Covid-19 não atingiu da mesma maneira todos os segmentos populacionais, tendo acentuado as desigualdades de gênero, classe e raça.

BRINCANDO COM A CRIANÇA

Para investigar a forma de brincar dos adultos com as crianças, a pesquisa fez perguntas por faixa etária, elencando brincadeiras típicas entre as alternativas de resposta. O clássico “Cadê? Achou!”, por exemplo, estava na pergunta para bebês até 1 ano, enquanto a correria do pega-pega ficou para as crianças maiores.

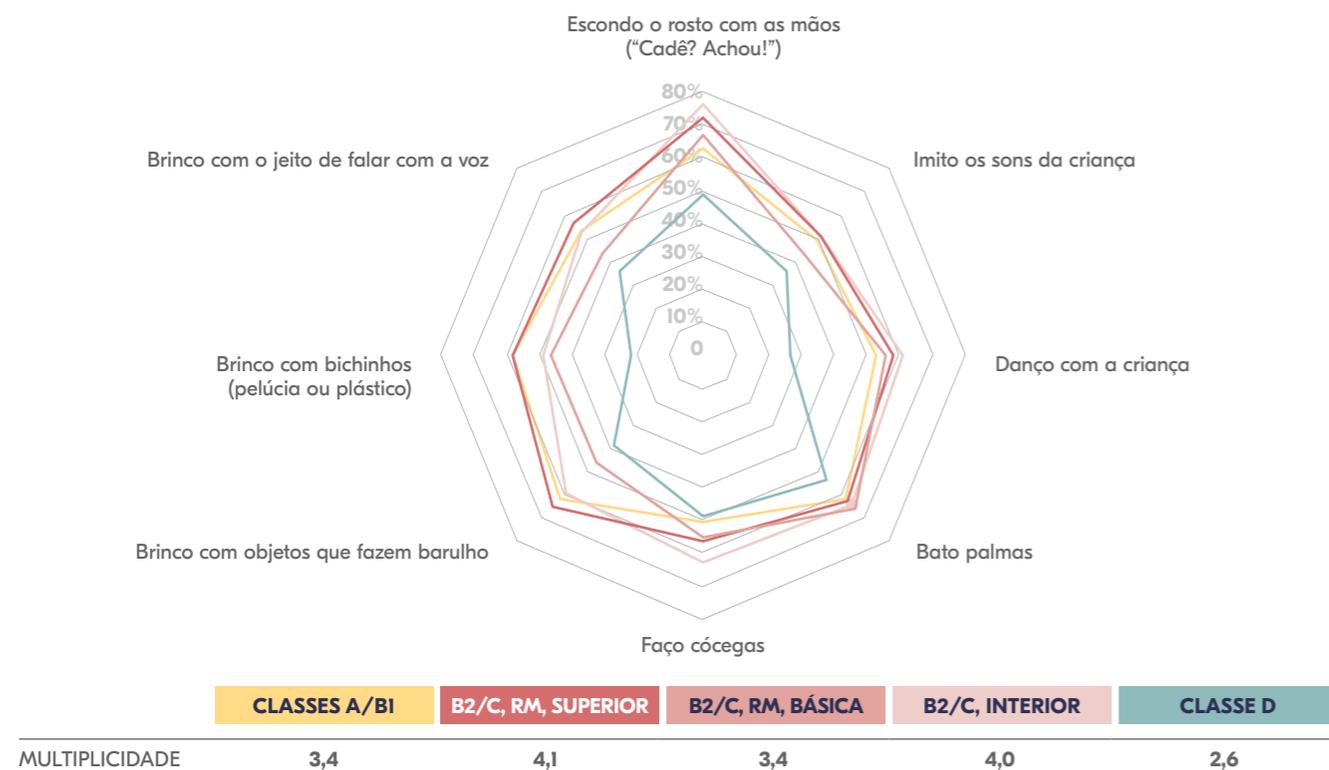
Como em outros pontos da pesquisa, os entrevistados deram respostas sobre a forma de brincar em separado para cada criança sob seus cuidados, e podiam marcar tantas alternativas quantas fossem aplicáveis aos seus momentos de interação com ela. Respondentes

“As crianças de hoje não experimentam mais nem dar laço em sapato. Na tal lógica da produtividade, os pais vão lá e põem um Velcro, pois assim ninguém perde tempo. Só que, aí, ninguém mais aprende a dar laço.”

Tânia Savaget

FIGURA 35 – VARIEDADE DE BRINCADEIRAS – ATÉ 1 ANO

E como você costuma brincar com a(s) criança(s)? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 0 a 1 ano (372 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

que declararam não participar de atividades de brincadeira foram excluídos da análise.

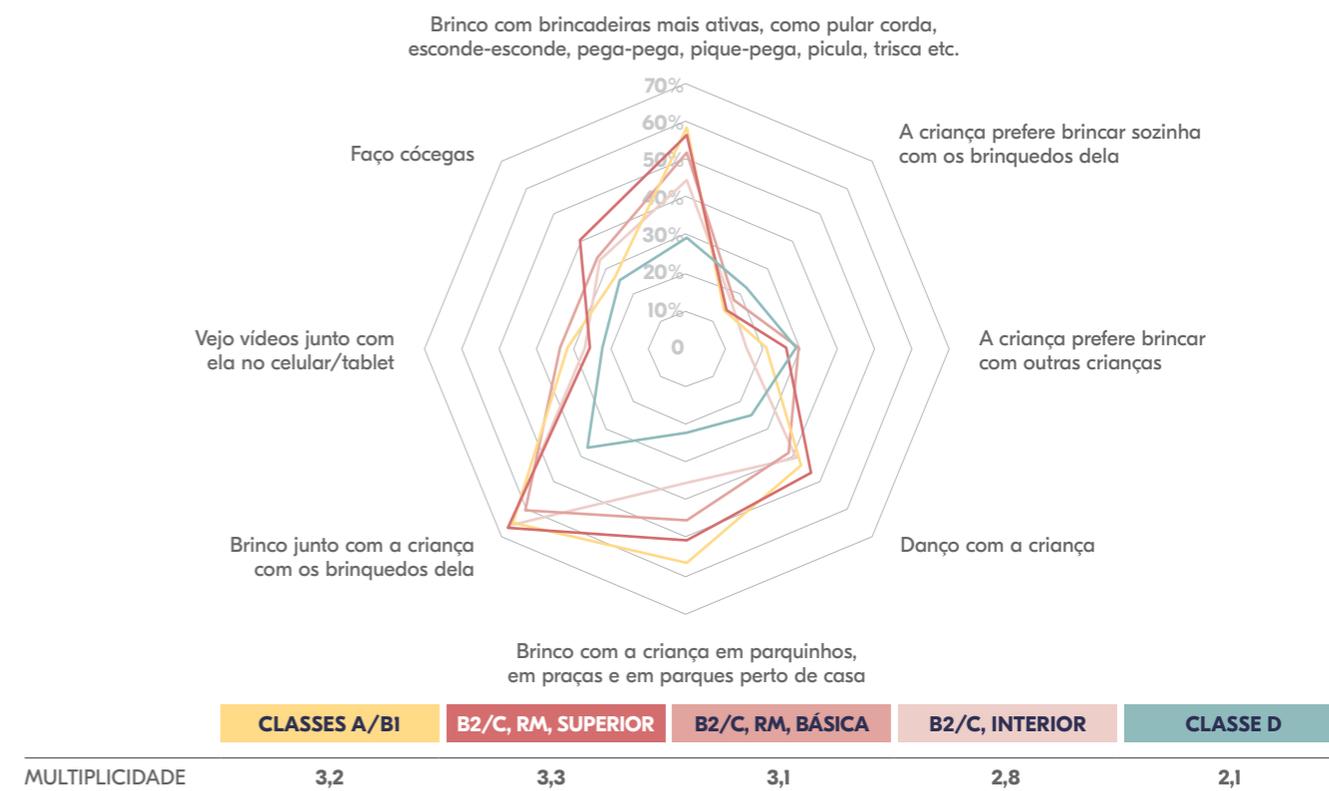
As figuras 35 e 36 informam a proporção de respondentes, em cada um dos cinco segmentos sociodemográficos estudados, que disseram que costumam brincar com a criança de uma determinada maneira. Visualmente, a área de cada polígono está relacionada à multiplicidade de formas de brincar postas em prática nos diferentes perfis estudados. Quanto maior o fator de multiplicidade, maior a variedade das brincadeiras adotadas.

Em linhas gerais, a figura 35 aponta certa preferência pelo famoso “Cadê? Achou!”, vindo a atividade de bater palmas em segundo lugar e, na sequência, brincar com objetos que fazem barulho e fazer cócegas. Do ponto de vista de multiplicidade de brincadeiras, o grupo das classes B2/C que vive em Regiões Metropolitanas e tem escolaridade superior foi o que teve maior pontuação.

A figura 36, por sua vez, trata da faixa etária de 1 a 3 anos e também aí o grupo B2/C das Regiões Metropolitanas e com escolaridade

FIGURA 36 – VARIEDADE DE BRINCADEIRAS – 1 A 3 ANOS

E como você costuma brincar com a(s) criança(s)? (Resposta múltipla em questão aplicada para cada criança sob a atenção do respondente)
Base: respondentes com crianças de 1 a 3 anos (707 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Especialmente com o advento das mídias sociais, o celular virou uma coisa tão irresistível que se tornou uma “chatice”, para algumas pessoas, ter que estar com o filho, quando poderiam assistir a um vídeo sensacional no YouTube, mostrar-se ou ver o que os outros estão fazendo no Instagram, ou ler mensagens no WhatsApp

superior foi o que demonstrou adotar maior variedade de brincadeiras.

Em relação às formas de brincar mais mencionadas, observa-se, indistintamente, entre os cinco segmentos, preponderância para a opção de brincar junto com a criança com os brinquedos dela e, em segundo lugar, brincar com brincadeiras mais ativas (pular corda, esconde-esconde, pega-pega etc.). Brincar com a criança em parquinhos, em praças e em parques perto de casa ficou em terceiro lugar para as classes A/B1 Brasil e para os grupos B2/C das Regiões Metropolitanas com escolaridade superior e básica. Já para os grupos do Interior e da classe D nas capitais, o terceiro item de resposta mais marcado foi “Danço com a criança”.

PARENTALIDADE DISTRAÍDA

A baixa incidência de respostas para o uso de instrumentos eletrônicos chamou a atenção da psicóloga Juliana Prates Santana. “É possível que as crianças não sejam possuidoras de brinquedos eletrônicos e que os pais não contabilizem a quantidade de tempo que eles utilizam eletrônicos enquanto interagem com as crianças”, notou ela.

Na mesma linha, Daniel Becker trouxe à tona uma situação que acomete os adultos de modo crescente, que é a interferência do celular nos momentos de interação com os filhos. “É a chamada ‘parentalidade distraída’, que está gerando muitos danos na questão do vínculo, com os pais interagindo com as crianças sem olhar de fato para elas”, situou o médico.

Como exemplos extremos dessa prática, Becker citou a naturalização, por parte de mães e pais, de comportamentos como empurrar o balanço no parquinho e checar as redes sociais ao mesmo tempo. Ou de outros ainda mais perigosos para a coletividade: consultar o celular e até escrever mensagens enquanto dirigem com os filhos no banco de trás.

Especialmente com o advento das mídias sociais, atentou Becker, o celular virou uma coisa tão irresistível que se tornou uma “chatice”, para algumas pessoas, ter que estar com o filho, quando poderiam assistir a um vídeo sensacional no YouTube, mostrar-se ou ver o que os outros estão fazendo no Instagram, ou ler mensagens no WhatsApp.

“Em resumo, são muitos apelos que fazem essa interação com os filhos, que seria uma atividade essencial e prazerosa, ser vista como algo que atrapalha”, afirmou o pediatra. “Isso é uma coisa que me preocupa muito hoje em dia: uma interação parcial, com vínculo empobrecido, que gera na criança problemas de autoestima, porque ela não se vê tão interessante como aquele aparelhinho”, alertou.

O ÓCIO PRODUTIVO

Longe de idealizar a parentalidade, Becker e Juliana foram assertivos ao reconhecer que a interação com a criança pequena é uma



DANIELA TOVIANSKY

“Se o brincar virar obrigação, ele cansa a criança, as relações entre pais e filhos ficam tensas, porque a lógica da brincadeira é um brincar desproposital, é o brincar pelo brincar.”

Juliana Prates Santana

atividade que solicita o adulto intensamente. “A gente não tem que sentar e ficar interagindo por uma hora inteira porque viu isso num manual, mas fazer das atividades do dia a dia a interação com a criança: acordar, tomar café junto e assim por diante”, assinalou Becker.

“Não existe o horário certo da brincadeira, porque a criança brinca em tudo o que ela faz. Essa é a sua forma de expressão”, observou Juliana. “Posto isso, o adulto pode introduzir a interação com a criança no seu fazer cotidiano seguindo a lógica de que pode se divertir junto com ela”, recomendou.

Tornar a brincadeira um meio pedagógico para a criança aprender faz com que o brincar perca seu potencial, prosseguiu a psicóloga. “Se o brincar virar obrigação, ele cansa a criança, as relações entre pais e filhos ficam tensas, porque a lógica da brincadeira é um brincar desproposital, é o brincar pelo brincar.”

Sobre a função pedagógica da brincadeira, Juliana criticou os exageros de pais que ocupam todos os minutos dos filhos com atividades que visem ao desenvolvimento. A especialista, que lidera um projeto que advoga pela desinstitucionalização dos tempos livres da criança, defendeu que o ócio na rotina é um período valioso e necessário ao desenvolvimento infantil e precisa ser resgatado.

“Não se pode mais imaginar uma criança parada assistindo *Sessão da Tarde* sem que ela aproveite todo o seu potencial cognitivo, já que naquele momento ela é igual a uma esponja que aprende muito, então eu [pai/mãe] atolo essa esponja”, enfatizou Juliana. Como consequência desse tipo de situação, disse, veem-se muitas crianças cansadas, estafadas e com patologias típicas dos adultos porque elas estão estressadas.

“A gente tem que ter uma justa medida para dizer o quanto é importante estimular, entendendo que isso implica dar espaço e tempo para que o outro explore, descubra. É a noção de que um bebê pode brincar horas com um pano. Não há nada de extraordinário num pano, mas ele está descobrindo a permanência, a ausência do objeto”,

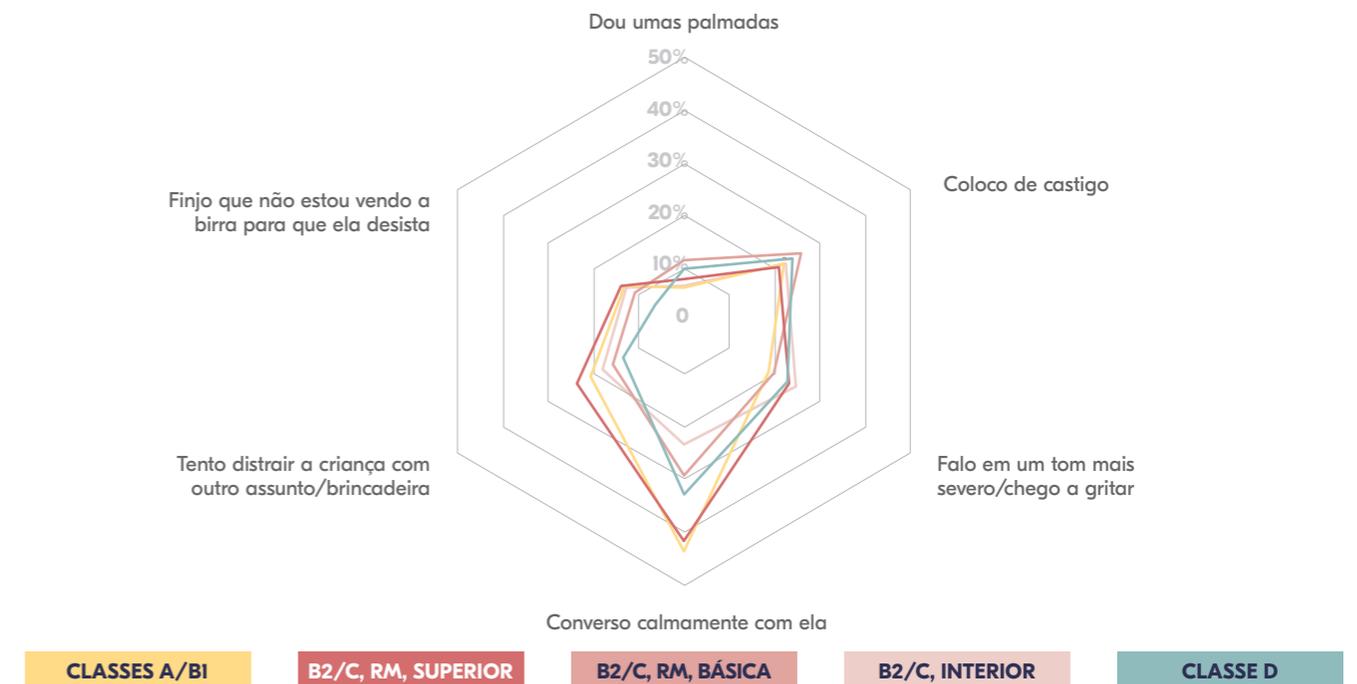
adicionou a especialista. “Precisamos retomar um pouco desse bebê cientista, para quem o universo já produz tantos estímulos que apenas interpretá-los já é suficientemente enriquecedor.”

NECESSIDADES DAS CRIANÇAS VERSUS DIFICULDADES DOS ADULTOS

Nem só de estímulos vive a primeiríssima infância. Ensinar as crianças a seguir regras que favoreçam a convivência social e a obedecer a limites que lhes tragam autorregulação e segurança faz parte das atribuições dos pais e cuidadores. Paradoxalmente, porém, a ta-

FIGURA 37 – FORMAS DE DISCIPLINAR A CRIANÇA

O que você faz num momento de birra da criança ou quando ela não obedece? (Resposta múltipla)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

refa de ensinar disciplina aos filhos sem usar de violência física ou verbal segue sendo um desafio para muitas pessoas.

A fim de mapear o comportamento dos respondentes quanto às estratégias de disciplina, a pesquisa Primeiríssima Infância – Interações perguntou aos responsáveis por crianças de 7 meses a 3 anos quais eram suas atitudes num momento de birra ou desobediência da criança. A figura 37 compila os resultados e exhibe, entre os cinco segmentos sociodemográficos estudados, os baixos índices de escolha da alternativa “dou umas palmadas”.

No rol das estratégias de disciplina tidas como aceitáveis, a prática de conversar calmamente com a criança foi citada por entre 24% e 44% dos respondentes. O grupo das classes B2/C que moram no Interior mostrou-se o menos adepto a este comportamento e o grupo das classes A/B1 o mais afeito a ele.

“Fico me perguntando até que ponto a presença de opções boas

numa pergunta de múltipla escolha pode ter induzido as pessoas a não responder que fazem as coisas erradas por vergonha. Hoje em dia, as pessoas já sabem que castigar, gritar ou bater são formas ruins de lidar com o comportamento negativo da criança”, cogitou Becker.

Em sintonia com a fala de Becker, Juliana considerou elevada a incidência da opção “converso calmamente com ela”. Sobre a formulação da pergunta, a psicóloga manifestou desacordo com o uso do termo “birra” para caracterizar o comportamento da criança, mesmo sabendo que se trata de uma expressão popular.

“O emprego da palavra birra tem problemas porque é como se a criança quisesse intencionalmente pirraçar o adulto quando ela demonstra irritabilidade ou frustração. Mas esse comportamento tomado como inadequado pelo adulto pode ser simplesmente chorar, estar aborrecido”, interpretou.

Por outro lado, prosseguiu, o uso de estratégias disciplinares agressivas revela mais o descontrole de quem as inflige do que da criança. “Evidentemente, o ato violento ocorre quando o sujeito que atua está destemperado, no sentido de que ele está passando por questões que não permitem que utilize outra estratégia com a criança. Além disso, é preciso enfatizar que muitos pais sequer conhecem estratégias mais positivas de correção.”

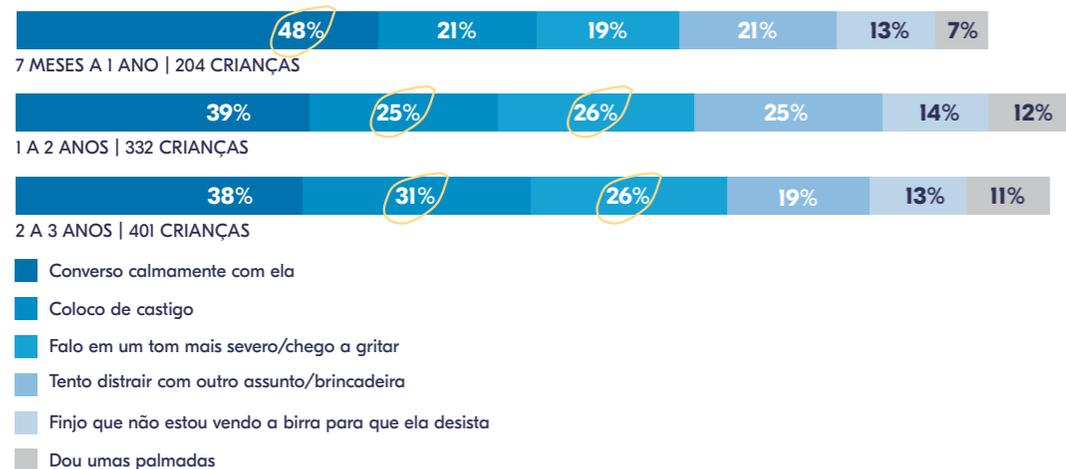
Neste ponto, a questão que emerge é a das necessidades das crianças versus as dificuldades dos adultos de dar conta dessas necessidades – pela falta de apoio, pelo cansaço, pelo desgaste e pela impossibilidade de alternar o cuidador.

“Imagine que você tem uma criança de 3 anos chorando sem parar e você não aguenta mais. O ideal é que possa entregar essa criança para outro adulto que esteja descansado e que você possa se retirar, e não a criança ser colocada de fora, como é a ideia do castigo, o tal ‘cantineiro do pensamento’”, exemplificou Juliana. “Quer dizer, a pessoa fez uma coisa errada e o pai coloca para pensar. A pessoa nunca mais vai querer pensar na vida”, emendou.

O uso de estratégias disciplinares agressivas revela mais o descontrole de quem as inflige do que da criança

FIGURA 38 – FORMAS DE DISCIPLINAR A CRIANÇA CONFORME A IDADE

O que você faz num momento de birra da criança ou quando ela não obedece? (Resposta múltipla)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.



Estudos indicam que a palmada leve, as táticas de castigo e a violência verbal podem se configurar como um padrão de comportamento dentro das famílias e crescer exponencialmente em intensidade

EM NOME DO AMOR

Na pesquisa Primeiríssima Infância – Interações, a questão apresentada na figura 37 foi analisada segundo a faixa etária das crianças e o que se viu foi a intensificação das medidas disciplinares mais duras à medida que a criança cresce (figura 38). O uso da palmada apareceu mesmo entre os bebês de 7 meses a 1 ano.

Em uma breve rodada de comentários, os debatedores da pesquisa analisaram a persistência dos comportamentos de espancamento no Brasil, que deveriam ter sido abolidos com a promulgação da Lei Menino Bernardo, a Lei nº 13.010/2014, também conhecida como Lei da Palmada.

“A cultura da palmada é muito arraigada e vai levar muito tempo para a gente mudar isso”, lamentou Becker. No bojo deste costume, enumera, estão a visão da criança como propriedade dos pais, a noção de Estado mínimo e valores cristãos, entre outros exemplos.

“O que precisa ser discutido é essa ideia de que o corpo infantil não merece ser respeitado – ele é subjugado ao poder do adulto”, argumentou Juliana. E traçou um paralelo: por mais que uma pessoa fique furiosa com um colega de trabalho, não lhe passa pela cabeça usar um ato violento contra ele, mas o raciocínio não vale quando se trata das estratégias de disciplina das crianças. “Isso demonstra que há uma autorização cultural que diz que a gente pode violentar a criança. Essa é uma questão muito séria que precisa ser enfrentada.”

Estudos indicam que a palmada leve, as táticas de castigo e a violência verbal podem se configurar como um padrão de comportamento dentro das famílias e crescer exponencialmente em intensidade. “Se você dá um tapa numa criança que quebra um copo, o que vai fazer com a criança que quebra a TV?”, especulou a psicóloga.

Em geral, reforçou, a pessoa que aplica a punição com castigo físico, tratamento cruel ou degradante não se encontra em estado de calma. “Por esse motivo, há uma desproporcionalidade e é importante defender a integridade física da criança, que tem suas necessidades, tentando

acolher esse adulto também, sabendo que essa tarefa é muito árdua.”

Segundo ela, existem várias evidências dos malefícios das estratégias mais punitivas ou agressivas sobre as crianças. Na prática, a criança vai aprendendo esse repertório de comportamento e vai usá-lo quando entrar na escola, na relação com outras crianças etc.

“É um padrão de comportamento que tende a fazer com que haja mais aumento de violência”, ressaltou. “E o pior é quando a criança associa que amor implica violência, que é muitas vezes o que os pais dizem: ‘Te bati porque eu te amo, te corriji porque eu quero te ensinar’ – e o quanto isso fica associado à nossa concepção de um relacionamento abusivo.”



FERNANDO MARTINS

formação e informação

Fontes de aprendizado e busca de conhecimento para cuidadores

O último bloco de perguntas da pesquisa Primeiríssima Infância – Interações aferiu as principais fontes de informação que atuam na formação dos adultos responsáveis em sua tarefa de estimular o desenvolvimento das crianças.

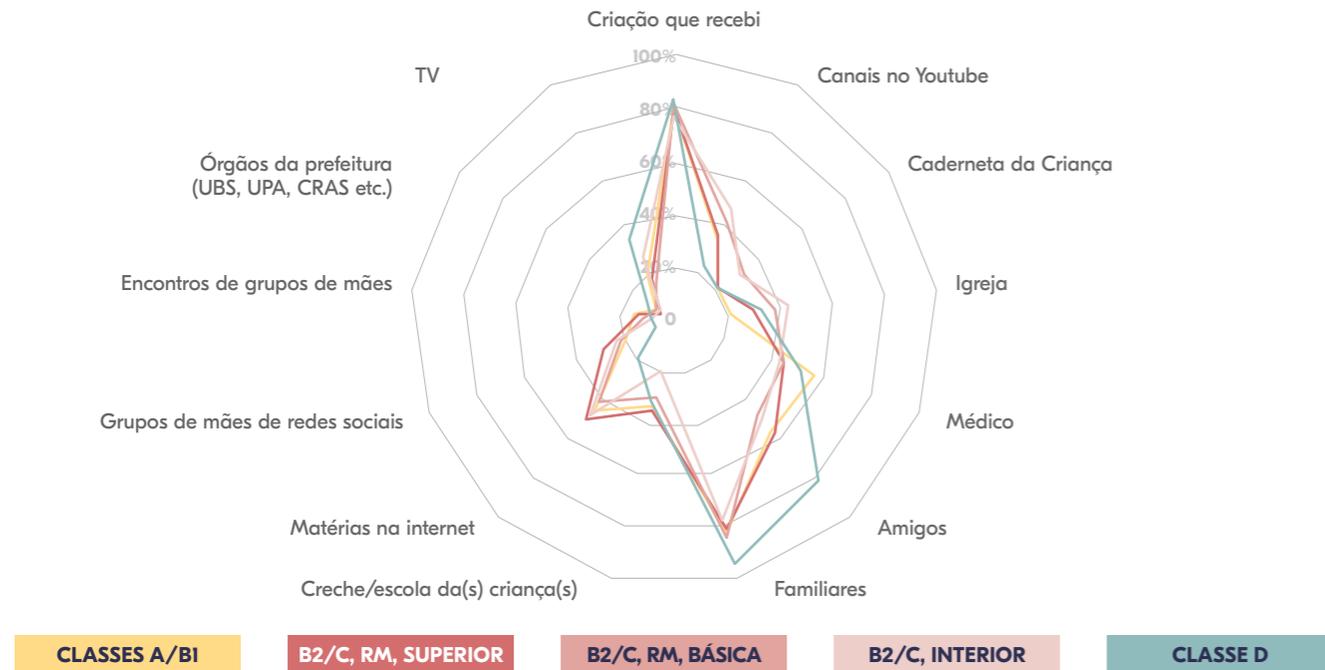
Para tanto, o estudo investigou, em separado, os meios que determinaram esse aprendizado por parte dos respondentes (figura 39), bem como a busca ativa de referências pelos entrevistados, a fim de que possam se aperfeiçoar na função de estimular as crianças (figura 41). Em ambos os casos, a proposta era selecionar as cinco principais fontes de informação.

Entre os recursos que mais influenciaram na formação dos cuidadores, o círculo próximo dos familiares despontou como a fonte de informação preponderante para todos os segmentos sociodemográficos analisados (figura 39). A seguir, constatou-se o peso da transmissão geracional, representada na pesquisa pela opção “criação que recebi”.

FIGURA 39 – FONTES DE APRENDIZADO

Onde você aprendeu o que fazer para estimular a(s) criança(s)? Selecione as cinco principais fontes com as quais você aprendeu. (Resposta múltipla)

Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

Os amigos também desempenharam papel destacado entre as fontes de aprendizado, ficando em terceiro lugar no ranking de influenciadores (figura 40). A exceção ficou para o segmento das classes A/B1, no qual a orientação do médico teve pequena vantagem sobre a opinião dos amigos.

Ao contrário do desejado, os polos de informação ligados às políticas públicas – explicitamente os órgãos da prefeitura nas áreas da saúde e assistência social – tiveram menção diminuta entre todos os grupos de entrevistados (máximo de 12% para a classe D). Por sua vez, o uso da Caderneta da Criança como instrumento de orientação dos

adultos responsáveis variou entre 20% (classe D) e 31% (classes B2/C residentes em Regiões Metropolitanas e com escolaridade básica).

“Em meu entendimento, as respostas sobre as fontes de aprendizado do respondente abarcam toda a questão cultural”, avaliou a economista e estudiosa em comportamento humano Flávia Ávila, durante o último painel de análise dos resultados da pesquisa para a elaboração desta publicação. “Vem daí toda a visão do respondente sobre como ele acha certo tratar a criança”, sintetizou.

A FAMÍLIA E A INTERNET

Quando a pergunta sobre as fontes de informação se voltou às referências buscadas intencionalmente pelos respondentes, o panorama mudou (figura 41). Os familiares permaneceram em primeiro lugar em todos os segmentos e as matérias na internet assumiram um peso grande, na casa de 80% das menções. Apenas na classe D a tendência não se repetiu, fato que corrobora outros estudos sobre a desigualdade de acesso à internet nessa camada da população.

A incidência elevada da busca por informações na internet não surpreendeu o pediatra Daniel Becker e a psicóloga Juliana Prates Santana.

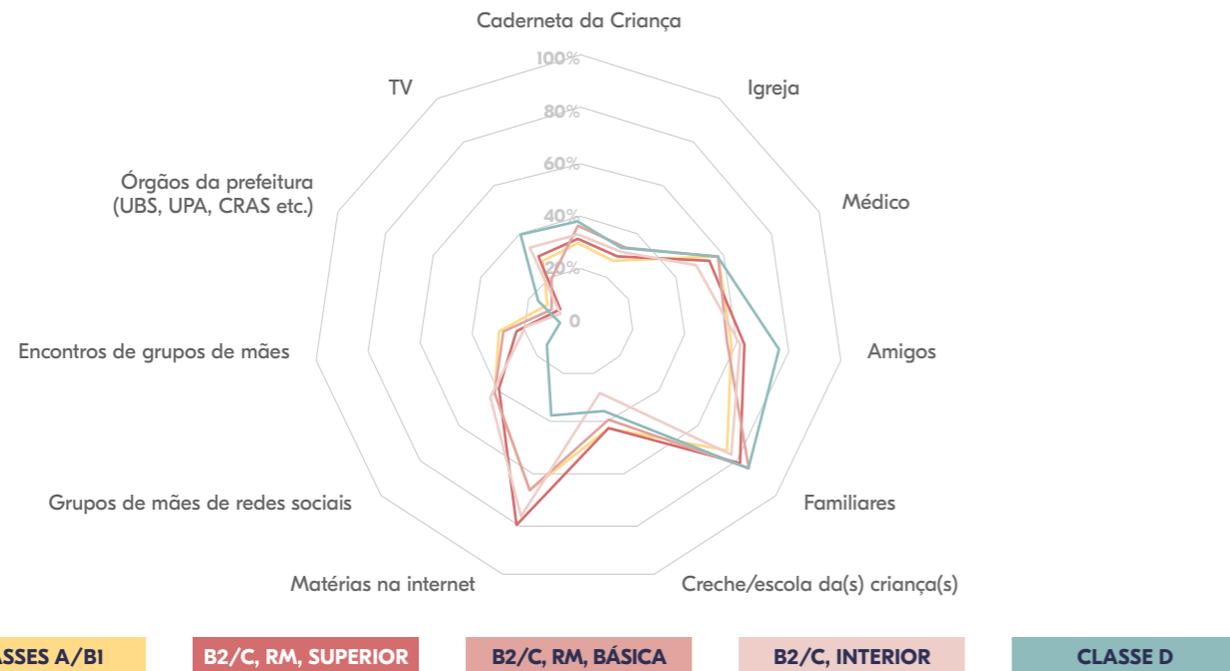
FIGURA 40 – TOP 5 DAS FONTES DE APRENDIZADO POR SEGMENTO SOCIODEMOGRÁFICO

	CLASSES A/BI	B2/C, RM, SUPERIOR	B2/C, RM, BÁSICA	B2/C, INTERIOR	CLASSE D
1º lugar	Familiares	Familiares	Familiares	Familiares	Familiares
2º lugar	Criação que recebi	Criação que recebi	Criação que recebi	Criação que recebi	Criação que recebi
3º lugar	Médico	Amigos	Amigos	Amigos	Amigos
4º lugar	Amigos	Matérias na internet	Médico	Matérias na internet e canais no YouTube	Médico
5º lugar	Matérias na internet	Médico	Canais no YouTube e matérias na internet	Médico e Igreja	TV

Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

FIGURA 41 – BUSCA DE REFERÊNCIAS

E quando você quer aprender mais coisas para estimular mais a(s) crianças), onde você busca mais informação? Selecione as cinco principais fontes. (Resposta múltipla)
Base: total de respondentes (1.000 casos).



Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância – Interações. Elaboração: Conhecimento Social.

“É sabido o fato de a internet ser hoje uma referência para as pessoas em relação ao desenvolvimento infantil, incluindo a escuta a influenciadores, *instagramers*, e a mídia formal, com os jornais e as revistas especializadas”, disse Becker.

“A influência da internet é muito clara para mudanças de comportamento importantes que a gente vem acompanhando: o parto natural, a amamentação, os grupos de mães nas redes sociais. Há, inclusive, determinados segmentos da sociedade que estão se formando por esse meio”, ressaltou Juliana.

No ranking das referências buscadas, os amigos e a figura do mé-

dico orbitaram próximos do terceiro lugar, com alguma vantagem para os amigos. No segmento A/B1 e no B2/C com escolaridade básica, o grupo de mães de redes sociais também entrou para o Top 5, enquanto a creche destacou-se entre as classes A/B1 e B2/C com escolaridade superior.

A Caderneta da Criança ganhou relevância entre os grupos das classes B2/C do Interior e da classe D e a TV, que já emergira como fonte de aprendizado da classe D, e mostrou-se importante também para os respondentes do Interior (figura 42). Segundo Becker, a última versão da Caderneta da Criança é um excelente recurso para as famílias no que se refere ao cuidado com a saúde e o estímulo ao desenvolvimento da criança.

Em sua fala final sobre o estudo, a comunicadora Tânia Savaget afirmou que a discussão da pesquisa trouxe pérolas e reforçou a ideia de que é necessário prestar muita atenção no repertório e nas crenças dos grupos com quem se quer falar quando o assunto é desenvolvimento infantil. Conforme situou, a base de conhecimentos gerados abre novas possibilidades para tratar do que é brincar, o que é conversar, o que é estado de presença e o que é desenvolvimento.

FIGURA 42 – TOP 5 DAS REFERÊNCIAS BUSCADAS POR SEGMENTO SOCIODEMOGRÁFICO

	CLASSES A/BI	B2/C, RM, SUPERIOR	B2/C, RM, BÁSICA	B2/C, INTERIOR	CLASSE D
1º lugar	Familiares	Familiares	Familiares	Familiares e matérias na internet	Familiares
2º lugar	Matérias na internet	Matérias na internet	Matérias na internet	Amigos	Amigos
3º lugar	Amigos e médico	Amigos	Médico	Médico	Médico
4º lugar	Creche	Médico	Amigos	Grupo de mães de redes sociais	TV
5º lugar	Grupo de mães de redes sociais	Creche	Grupo de mães de redes sociais	Caderneta da Criança e TV	Caderneta da Criança

Fonte: Pesquisa Primeiríssima Infância. Elaboração: Conhecimento Social.

referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) 2019**. Disponível em: <<https://bit.ly/37HukK8>>. Acesso em: set. 2020.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: Apego — A natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (texto original publicado em 1988).

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2U12kcl>>. Acesso em: out. 2020.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/3dDXPhf>>. Acesso em: out. 2020.

_____. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/3k2XKpx>>. Acesso em: set. 2020.

_____. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZNRppR>>. Acesso em: set. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Caderneta da Criança**: Passaporte para Cidadania — Menino. 2ª Edição. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34tvGpV>>. Acesso em: out. 2020.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/33ZT8Lj>>. Acesso em: set. 2020.

CHILDREN'S BUREAU. **The Importance of Reading to Young Children**. Disponível em: <<https://bit.ly/34RxKa8>>. Acesso em: out. 2020.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo nº I**: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. São Paulo: Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/33VZcVc>>. Acesso em: set. 2020.

_____. **Estudo nº II**: Importância dos Vínculos Familiares na Primeira Infância. São Paulo: Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3iX5VSP>>. Acesso em: set. 2020.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desafios do acesso à creche no Brasil**: subsídios para o debate. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cam4T6>>. Acesso em: set. 2020.

_____. **Primeiríssima Infância — Creche**: necessidades e interesses de famílias e crianças. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/34XVmdp>>. Acesso em: set. 2020.

_____. **Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/376dvZ3>>. Acesso em: set. 2020.

HAMMOND, LD. e AUSTIN, K. **How People Learn**: Introduction to Learning Theories. Stanford University School of Education, 2001. Disponível em: <<https://stanford.io/3IGv85Q>>. Acesso em: set. 2020.

HARRIS, M. e BICK, E. **Collected papers of Martha Harris and Esther Bick**. Reino Unido: The Roland Harris Education Trust (texto original publicado em 1964).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3koCD0w>>. Acesso em: set. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)**: Educação 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2FLNaUN>>. Acesso em: set. 2020.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO. **Cantar Educa**: o que as crianças aprendem cantando e ouvindo canções? Disponível em: <<https://bit.ly/3j0br7a>>. Acesso em: set. 2020.

MACHADO, C. e PINHO NETO, V. **The Labour Market Consequences of Maternity Leave Policies**: Evidence from Brazil. Disponível em: <<https://bit.ly/2SUG57B>>. Acesso em: set. 2020.

MARINO, E. e PLUCIENNIK, G. (org.). **Primeiríssima Infância — Da gestação aos três anos**: percepções e práticas da sociedade brasileira sobre a fase inicial da vida. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3j0AU0y>>. Acesso em: set. 2020.

MELLO, EFF. e TEIXEIRA, AC. **A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias de rede**. IX Anped Sul, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/31WcnUB>>. Acesso em: out. 2020.

MULTARI, PPN.. **A educação dos filhos na palma das mãos**: análise dos discursos sobre a Lei da Palmada no Facebook. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2020.

PLUCIENNIK, G., LAZZARI, MC. e CHICARO, MF. (org.). **Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil**: parentalidade em foco. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015.

PORTAL FIOCRUZ. **Depressão pós-parto acomete mais de 25% das mães no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/351IBlg>>. Acesso em: set. 2020.

ROMICH, JL. **Sharing the work**: mother-child relationships and household management. The Journal of Early Adolescence, 2007; 27(2): 192-222.

SARMENTO, MJ. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes (17-39), 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2HLnQzf>>. Acesso em: out. 2020.

SEGE, RD.; SIEGEL, BS.; AAP COUNCIL ON CHILD ABUSE AND NEGLECT; e AAP COMMITTEE ON PSYCHOSOCIAL ASPECTS OF CHILD AND FAMILY HEALTH. **Effective Discipline to Raise Healthy Children**. Pediatrics, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/375PTUx>>. Acesso em: out. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **#Menos Telas #Mais Saúde**. São Paulo: Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3j0Qg5c>>. Acesso em: set. 2020.

THE UNIVERSITY OF MELBOURNE. **Reading to Young Children: A Head-Start in Life**. Melbourne: Faculty of Business & Economy. Disponível em: <<https://bit.ly/3nR7C8d>>. Acesso em: out. 2020.

THEME FILHA, MM.; AYERS, S.; GAMA, SGND.; e LEAL, MDC. **Factors associated with postpartum depressive symptomatology in Brazil**: The Birth in Brazil National Research Study, 2011/2012. Journal of Affective Disorders, 194, pp. 159-167. doi: 10.1016/j.jad.2016.01.020. Disponível em: <<https://bit.ly/3k4BfAA>>. Acesso em: set. 2020.

UNICEF. **When do babies begin to learn?** Transcript of “When do babies begin to learn?” video. Disponível em: <<https://uni.cf/3lRsSZt>>. Acesso em: set. 2020.

WIKIPEDIA. **Interação social**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Interação_social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Intera%C3%A7%C3%A3o_social)>. Acesso em: set. 2020.

 FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal

